

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGRICULTURA ORGÂNICA

DISSERTAÇÃO

Circuitos Curtos de Comercialização de Produtos
Orgânicos: o Caso de NOVA FRIBURGO – RJ

TAILA DA SILVA GUIMARÃES

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA**

**CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS
ORGÂNICOS: O CASO DE NOVA FRIBURGO – RJ**

TAILA DA SILVA GUIMARÃES

Sob Orientação do Professor
João Sebastião de Paula Araújo

e Co Orientação da Professora
Maria Fernanda de Albuquerque Costa Fonseca

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica, Área de Concentração em Desenvolvimento Rural.

Seropédica
Setembro, 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pela autora

G963c Guimarães, Taila da Silva, 1979-
Circuitos Curtos de Comercialização de Produtos
Orgânicos: o Caso de Nova Friburgo - RJ / Taila da Silva
Guimarães. - 2017.

94 f.: il.

Orientador: João Sebastião de Paula Araújo.

Coorientadora: Maria Fernanda de Albuquerque Costa
Fonseca.

Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica,
2017.

1. Agricultura Orgânica. 2. Sistemas agroalimentares localiza-
dos. 3. Sistema participativo de garantia. I. de Paula Araújo, João
Sebastião, 1969-, orient. II. de Albuquerque Costa Fonseca, Maria
Fernanda, 1954-, coorient. III Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica. So-
lo. IV. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta dissertação, desde que seja citada a fonte.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA**

TAILA DA SILVA GUIMARÃES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica – PPGA, Área de Concentração em Desenvolvimento Rural.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 03/10/2017.

João Sebastião de Paula Araújo. Dr., UFRRJ
(Orientador)

Mauro Sérgio Vianello Pinto. Dr., EMBRAPA Agroindústria de Alimentos

Anelise Dias. Dra., UFRRJ

**Dedico a todos os agricultores e agricultoras,
jovens rurais e técnicos, que dedicam suas vidas a
arte de produzir e comercializar alimentos
saudáveis, acreditando sempre em um mundo
mais justo.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela honra da vida, por acordar todos os dias e poder enxergar o céu, o sol, a beleza, cor e forma das árvores, os tons de verde das folhas, sentir a brisa da manhã, o cheiro da terra, do alimento e da chuva, o som das águas, o canto dos pássaros, o silêncio da noite e a sutileza dos momentos.

Agradeço a minha mãe, mulher simples e batalhadora, guerreira de coração enorme. Só pude chegar até aqui porque ela esteve ao meu lado o tempo todo. Obrigada pela dedicação de uma vida inteira, pelo companheirismo, por me aceitar do jeito que eu sou, por me dar colo nos momentos difíceis e por vibrar comigo a cada vitória. Obrigada por guiar meus passos com todo afeto, amor e ternura e ter me escolhido como filha.

Aos meus avós, *in memoria*, Dalva e Almir, pelo amor verdadeiro e pelos ensinamentos sobre a vida que carrego no meu coração e nos meus dias.

A minha filha Laís, meu maior presente de Deus, minha amiga e companheira da caminhada da vida, que me faz viver melhor com seu sorriso e alegria, e entende minha ausência nos momentos de estudo e trabalho.

Ao meu tio Almir Júnior, que em todos os momentos esteve ao meu lado sempre apoiando e incentivando as minhas escolhas.

Ao meu amado companheiro Daniel Dias, presente em mais essa jornada, pelo seu amor, cuidado, dedicação, ensinamentos, companheirismo e paciência.

A ABIO e aos agricultores do grupo Friburgo SPG ABIO pelos bons momentos e boas risadas, pelos ricos ensinamentos, amizade e carinho.

Ao Professor João Araújo, pela orientação, paciência, compreensão, amizade e apoio.

Em especial, agradeço a pesquisadora da PESAGRO Maria Fernanda de Albuquerque Costa Fonseca, não só pelos ensinamentos ao longo dessa caminhada, mas pelas orientações que me deu para a vida, por todo apoio, amizade, carinho, momentos de alegria, companheirismo, dedicação e incentivo incondicional, sem ela, nada disso teria acontecido.

A Dra. Anelise Dias e ao Dr. Mauro Vianello pela participação na banca e importantes contribuições para melhoria do estudo

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro por me acolher na graduação e por me dar a oportunidade de retornar no Mestrado, fazendo de cada momento da minha vida único, incomparável e inesquecível.

Aos meus amigos do mestrado do PPGAO da turma 5, pela amizade e momentos de alegria.

As minhas fiéis amigas: Helena Ventura e Renata Dumans, que me acompanham a mais de 20 anos em todos os momentos da minha vida.

Aos amigos queridos, eternamente presentes e a todos que diretamente e indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

GUIMARÃES, Taila da Silva, **Circuitos Curtos de Comercialização de Produtos Orgânicos: o Caso de Nova Friburgo - RJ**. 2017. 94p. Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia, Departamento de Fitotecnia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

O presente estudo visa confirmar a hipótese de que o desenvolvimento da agricultura orgânica no Rio de Janeiro é fruto de estratégias de produtores e técnicos organizados em Sistema Participativo de Garantia (SPG) que utilizam-se dos circuitos curtos de comercialização para aumentar a oferta de produtos orgânicos, na capital e no interior do Estado do Rio de Janeiro. O trabalho teve como objetivo apresentar o cenário atual dos circuitos curtos de comercialização acessados pelos produtores membros do grupo Friburgo do SPG da Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO) no município de Nova Friburgo, visando contribuir para a melhoria da oferta, com a qualidade orgânica e com acesso aos produtos orgânicos pela população urbana e rural do município. A metodologia utilizada foi a de estudo de caso, com a sistematização e análises de parte dos dados secundários coletados pela PESAGRO-RIO e dos dados primários obtidos em reuniões do grupo Friburgo SPG ABIO, conversas com agricultores, entrevistas e observações mensais nos espaços de comercialização. Os resultados mostram a história da agricultura orgânica no município de Nova Friburgo, assim como o perfil dos produtores orgânicos membros do grupo Friburgo SPG ABIO, os principais circuitos curtos de comercialização acessados, a oferta e os preços dos produtos orgânicos ao longo do ano de 2016, e, as não conformidades encontradas nos pontos de venda. Concluiu-se que os produtores orgânicos e técnicos quando organizados em grupos/ organizações voltados para garantia da qualidade orgânica e redes alternativas alimentares, utilizam uma diversidade de canais de comercialização, os circuitos curtos, locais e regionais, proporcionando uma oferta diversificada de produtos saudáveis para a população, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional das famílias rurais e urbanas.

Palavras-chave: Agricultura orgânica. Sistemas agroalimentares localizados. Sistema participativo de garantia.

ABSTRACT

GUIMARÃES, Taila da Silva, **Short Circuits for Commercialization of Organic Products: the Case of Nova Friburgo - RJ**. 2017. 94p. Dissertation (Professional Masters in Organic Agriculture). Institute of Agronomy, Plant Science Department of the Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

The present study aims at confirming the hypothesis that the development of organic agriculture in Rio de Janeiro is the result of strategies of producers and technicians organized in the Participatory Guarantee System (PGS) using short selling circuits to increase the offer of organic products in the Capital and in the interior of the State of Rio de Janeiro. The objective of this work was to present the current scenario of the short selling circuit market accessed by the members of the Friburgo group of the PGS of the Association of Organic Farmers of the State of Rio de Janeiro (ABIO) in the municipality of Nova Friburgo, aiming to contribute to the improvement of product offer, organic quality and access to organic products by the urban and rural population of the municipality. The methodology used was a case study with the systematization and analysis of part of the secondary data collected by PESAGRO-RIO and the primary data obtained at meetings of the ABIO Friburgo PGS group, conversations with farmers, interviews and monthly observations in market places. The results present the history of organic agriculture in the municipality of Nova Friburgo in addition to the profile of the organic producers that are members of the ABIO Friburgo PGS group, the main short selling circuits accessed, the offer and prices of organic products throughout 2016 and the nonconformities found at marketing places. It is concluded that organic farmers and technicians, when organized in groups and organizations focused on organic quality assurance and alternative food networks, access a variety of marketing channels, short selling circuits and local and regional circuits, providing a diversified offer of healthy products to the population, contributing to the food and nutritional security of rural and urban families.

Keywords: Organic agriculture. Local food systems. Participatory guarantee system.

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

- ABIO – Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
- AFAPE – Associação Friburguense de Amigos e Pais do Educando
- ANA- Articulação Nacional de Agroecologia
- ANVISA- Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- AO- Agricultura Orgânica
- APA – Área de Proteção Ambiental
- ASNTR-NF- Associação Serra Nova dos Trabalhadores Rurais de Nova Friburgo
- ATER- Assistência Técnica e Extensão Rural
- CCFO- Circuito Carioca de Feiras Orgânicas
- CIEE- Centro de Integração Empresa Escola
- CEPH- Centro Estadual de Pesquisa em Horticultura, antiga EENF da Pesagro-Rio
- COAGRE- Coordenação de Agroecologia
- CNPO- Cadastro Nacional de Produtor Orgânico
- COOPFEIRA – Cooperativa da Feira da Vila Amélia
- CPOrg- Comissão da Produção Orgânica
- CSA- Sigla em inglês para Agricultura Apoiada pelos Consumidores
- CSFO- Circuito da Serra de Feiras Orgânicas
- DIBAP- Diretoria de Biodiversidade de Áreas Protegidas do Instituto Estadual do Ambiente
- DUAC- Documento Único de Avaliação da Conformidade Orgânica da ABIO
- ECOCERT- Certificadora Internacional Francesa
- EMATER RIO– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro
- Embrapa- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EENF- Estação Experimental de Nova Friburgo da Pesagro Rio
- FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
- FAO- sigla inglês para Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
- FiBL- Sigla inglês para Instituto de Pesquisa da Agricultura Orgânica, na Suíça
- FNECDC- Fórum Nacional das Entidades Civas de Defesa do Consumidor
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBD- Instituto Biodinâmico - Certificadora Brasileira de Produtos Orgânicos

ICMS- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IFOAM- Sigla em inglês para Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica
IMA- Instituto Mineiro de Agropecuária
IN- Instrução Normativa
INCA- Instituto Nacional do Câncer Josué Alencar Gomes da Silva
INEA- Instituto Estadual do Ambiente
INMETRO- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
ISO- Sigla em inglês para Organização Internacional de Normas, organização privada referência internacional
MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MMA- Ministério do Meio Ambiente
MS- Ministério da Saúde
NPP- Núcleo de Pesquisa Participativa da PESAGRO- RIO
OAC- Organismo de Avaliação da Conformidade
OAO- Observatório da Agricultura Orgânica do CEPH da Pesagro- Rio
OC- Organismo de Certificação
OCS- Organismo de Controle Social
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG- Organização Não Governamental
OPAC- Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
OSCIP- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA- Programa de Aquisição de Alimentos
PESAGRO - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PETP- Parque Estadual dos Três Picos
PLANAPO- Plano Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica
PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO- Política Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica
PNATER- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RPPN- Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAN- Segurança Alimentar e Nutricional
SEAPA- Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SEBRAE-RJ- Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena e Média Empresa do Rio de Janeiro
SEDES- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SEMA- Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SisOrg- Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SKAL- Certificadora Internacional Holandesa
SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SPG- Sistema Participativo de Garantia
TDR- Termo de Referência
UFRRJ- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNCTAD- Sigla em Inglês para Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UPP- Unidade de Pesquisa Participativa da PESAGRO- RIO no Programa Rio Rural

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Evolução do SPG no Mundo nos anos de 2014 e 2015 de acordo com portal da IFOAM.....	5
Tabela 2. Diferença entre os Mecanismos de Avaliação da Conformidade.	11
Tabela 3. Mecanismos de Avaliação da Conformidade da Produção Orgânica credenciados no MAPA (dezembro de 2012, janeiro de 2014, junho 2017).....	18
Tabela 4. Evolução do número de Produtores Orgânicos Cadastrados no MAPA no SISORG por escopo produtivo no período de 2014 a 2017.....	19
Tabela 5. Evolução do SPG da ABIO do ano de 2010 ao ano de 2017.....	24
Tabela 6. Municípios do Estado do Rio de Janeiro com iniciativas de feiras orgânicas e agroecológicas no ano de 2017.	27
Tabela 7. Ações para reconstrução do Canal de Comercialização Feira Orgânica em Nova Friburgo – RJ no ano de 2011.....	38
Tabela 8. Produtores orgânicos do município de Nova Friburgo cadastrados no CNPO – MAPA junho de 2017.	42
Tabela 9. Produtores orgânicos registrados no CNPO membros do grupo Friburgo do SPG da ABIO, localização e escopo – junho 2017.....	44
Tabela 10. Canais de Comercialização acessados pelos membros do grupo Friburgo SPG ABIO.....	45
Tabela 11. Escala de entregas de cestas pelo Sítio Cultivar no município de Nova Friburgo – ano 2017.....	54
Tabela 12. Média Anual de Preços de Produtos Orgânicos Ofertados no Mercado da Vila Amélia em Nova Friburgo e na Feira da AAT em Teresópolis no ano de 2016.	64

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Regulamentação da Agricultura Orgânica..	9
Figura 2. Selos do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg) para produtos que utilizam a certificação por auditoria e o Sistema Participativo de Garantia (SPG) como mecanismos de avaliação da conformidade orgânica.	11
Figura 3. Consumo de Produtos orgânicos no Brasil no ano de 2017.	14
Figura 4. Unidades de Produção Orgânica por Região no Brasil.	19
Figura 5. Número de Produtores Cadastrados em Diferentes Mecanismos de Avaliação da Conformidade na Região Sudeste.	20
Figura 6. Territorialidade dos produtores orgânicos da ABIO no Estado do Rio de Janeiro no ano de 2001.	22
Figura 7. Produtores Orgânicos do SPG da ABIO, escopo e territorialidade no Estado do Rio de Janeiro no ano de 2016.	23
Figura 8. Principais Canais de Comercialização acessados pelos produtores orgânicos e distribuidores no Estado do Rio de Janeiro ano 1997.	25
Figura 9. Mata Atlântica no entorno dos Três Picos – Nova Friburgo - RJ.	31
Figura 10. Selo da Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro.	35
Figura 11. Logo do Circuito da Serra de Feiras Orgânicas.	39
Figura 12. Inauguração da Feira Orgânica na Praça do Suspiro. Prefeito, Coordenação Executiva da ABIO e Pesquisadora da PESAGRO CEPH/OAO - agosto 2012.	40
Figura 13. Inauguração da Feira Orgânica na Praça do Suspiro. Produtor Bicalho e Produtos Murata - Produtores do Sítio São Bernardo e Sítio Irmãos Cardinot - agosto 2012.	40
Figura 14. Banca do Sitio Cultivar no Mercado da Vila Amélia – Ano 2017.	41
Figura 15. Mapa de Localização das Unidades Produtivas do grupo Friburgo do SPG da ABIO no Estado do RJ – Ano 2017.	43
Figura 16. Linha do Tempo do início das ações de comercialização de Produtos Orgânicos pelos membros do Grupo Friburgo SPG da ABIO.	46
Figura 17. Mercado da Vila Amélia no início do século XX.	47
Figura 18. Logo do Projeto Mãos na massa do Mercado Central de Nova Friburgo. Foto: PMNF, 2015 – Secretaria Municipal de Turismo e Marketing de Nova Friburgo.	48
Figura 19. Banca do Sítio Irmãos Cardinot no Mercado da Vila Amélia – Ano 2016.	49
Figura 20. Banca do Sítio São Bernardo no Mercado da Vila Amélia – Ano 2016.	50
Figura 21. Vista Geral do Mercado da Vila Amélia no município de Nova Friburgo.	50
Figura 22. Banca do Armazém Manjerição no Mercado da Vila Amélia - Ano de 2016.	51
Figura 23. Banca Luz da Vida no Mercado da Vila Amélia - Ano de 2017.	51
Figura 24. A e B. Mercado do Porto em Portugal, ano de 2016.	52

Figura 25. Barraca do Sítio Flor de Nova Friburgo na Praça do Cônego - agosto 2017.....	53
Figura 26. Mapa dos Pontos de Comercialização de Produtos Orgânicos no 10º Distrito do Município de Nova Friburgo – Ano 2017.	56
Figura 27. Mapa da Sociobiodiversidade de Nova Friburgo.....	57
Figura 28. Canais de Comercialização de Produtos Orgânicos no Bairro do Cônego – Nova Friburgo ano 2017.....	58
Figura 29. Mapa de Oferta de Produtos Orgânicos nos Distritos no município de Nova Friburgo – ano 2017.....	59
Figura 30. Produtos mais ofertados no CSFO – período de agosto a dezembro de 2012.	60
Figura 31. Oferta de Produtos Orgânicos no Mercado da Vila Amélia, em Nova Friburgo - RJ. Período: Jan. –Dez. 2016.....	61
Figura 32. Média de Preços dos produtos orgânicos praticados no mês de outubro dos anos de 2012 e 2016 em Nova Friburgo no varejo e nas feiras.	63
Figura 33. Rotulagem de Produto Orgânico Processado.....	65

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Objetivo Geral	2
1.2 Objetivos Específicos	2
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	3
2.1 Agricultura Orgânica no Mundo e Mercados	3
2.1.1 Regulamentação da agricultura orgânica, produção e produtores	3
2.1.2 Mercado de produtos orgânicos, consumo e políticas públicas.....	6
2.2 Agricultura Orgânica no Brasil e Mercados	8
2.2.1 A Regulamentação da agricultura orgânica no Brasil	8
2.2.2 Mercados de produtos orgânicos no Brasil e políticas públicas.....	12
2.2.3 Características da produção e evolução do número de produtores orgânicos no Brasil..	17
2.3 Agricultura Orgânica no Estado do Rio de Janeiro e Mercados.....	21
2.3.1 Evolução da produção orgânica no estado do Rio de Janeiro	22
2.3.2 Mercados de produtos orgânicos e canais de comercialização no Estado do Rio de Janeiro.....	24
2.3.2.1 Venda direta.....	24
2.3.2.2 Venda indireta.....	28
3 MATERIAL E MÉTODOS	30
3.1 Caracterização da Área de Estudo	30
3.2 Coleta, Sistematização e Análise de Dados	32
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
4.1 Agricultura Orgânica Agroecológica no Município de Nova Friburgo e Região: Produção, Canais de Comercialização e Construção do Conhecimento Agroecológico.....	34
4.2 Perfil dos Membros do Grupo Friburgo do SPG ABIO	42
4.3 Canais de Comercialização em Nova Friburgo	45
4.3.1 Feiras	46
4.3.2 Cestas em domicílio	53
4.3.3 Lojas especializadas	55
4.3.4 Mercarias e supermercados.....	56
4.4 Oferta de Produtos Orgânicos em Nova Friburgo	59
4.5 Preços dos Produtos Orgânicos	62
4.6 Apresentação da Informação dos Produtos Orgânicos	65
4.7 Identificação das não conformidades nos Pontos de venda de Produtos Orgânicos em Nova Friburgo	66
6 CONCLUSÕES.....	67
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68
8 ANEXOS	79

1 INTRODUÇÃO

No Brasil e no mundo, a demanda por produtos orgânicos é crescente, principalmente nos canais de comercialização mais tradicionais que consideram importante o contato dos consumidores com os produtores dos alimentos, como nas feiras, para, por exemplo, a garantia da qualidade dos produtos.

Poucas informações são encontradas sobre mercados, oferta e preços de produtos orgânicos, estratégias e controle social da qualidade orgânica na produção e nas vendas. As estatísticas com relação à produção orgânica mundial são escassas, embora anualmente, desde 1999, o anuário do Instituto de Pesquisa da Agricultura Orgânica (FiBL) e da Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura (IFOAM): O Mercado da Agricultura Orgânica, divulgue o panorama do desenvolvimento da agricultura orgânica e dos mercados de produtos orgânicos nos principais países da União Européia, América do Norte, América do Sul, Ásia, Oceania e África. No Brasil, a partir de 2011, com a implantação da regulamentação da agricultura orgânica, os dados oficiais sobre produtores orgânicos, escopos produtivos e organizações credenciadas para dar garantia das qualidades orgânica, são disponibilizados na internet no Portal do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento) no CNPO (Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos) com atualizações periódicas, porém, não sistematizadas e analisadas.

Desde o ano de 1984, com a inauguração da primeira feira de produtos orgânicos do Brasil (“Feirinha da Saúde” em Nova Friburgo), até os dias atuais, muitas mudanças aconteceram na conjuntura da agricultura orgânica e da agroecologia no Brasil, principalmente no que se diz respeito à regulamentação da agricultura orgânica, ao aumento da oferta via venda direta através das feiras e entregas de cestas em domicílio, a diversificação dos canais de comercialização acessados pelos produtores orgânicos e as políticas públicas como PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) Agroecologia, PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que priorizam os produtos orgânicos. No eixo da comercialização, o fomento aos chamados circuitos curtos de comercialização e as redes alimentares alternativas (por exemplo, comida da gente e junta local) visam articular produtores e consumidores para a SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) da população e reduzir a pegada ecológica com aumento do consumo local. Por exemplo, em 2010, foi inaugurado na cidade do Rio de Janeiro o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO), onde os produtores orgânicos do Estado começaram a escoar grande parte de suas produções, e a aumentar a oferta para a população urbana na cidade do Rio de Janeiro.

No município de Nova Friburgo, formou-se um grupo de comercialização para participar do CCFO, porém, a logística e o esgotamento físico dos produtos com as longas distâncias (mais ou menos 300km no mínimo por semana) fizeram alguns produtores orgânicos desistirem do fornecimento para o CCFO e, diversificarem os canais de comercialização localmente, concentrando suas vendas nas feiras locais, nas cestas em domicílio, lojas especializadas, pequenos supermercados, portais, clubes de compra, e eventos específicos, restaurantes que elaboram pratos, e ou, usam ingredientes orgânicos. Os circuitos curtos de comercialização utilizados pelos produtores do grupo Friburgo do Sistema Participativo de Garantia (SPG) da Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO), não se restringe a dimensão geográfica das áreas produtivas aos pontos de

venda, mas tem como base a confiança e a construção coletiva de processos e relações que fortaleçam as relações entre os atores envolvidos na produção e consumo.

O presente estudo de caso apresenta uma visão geral da regulamentação da agricultura orgânica, dos mecanismos de garantia e avaliação da conformidade orgânica, dos canais de comercialização, do consumo e das políticas públicas, das características da produção e da evolução do número de produtores no mundo, no Brasil, no Estado do Rio de Janeiro e no município de Nova Friburgo.

A sistematização e da análise dos dados da agricultura orgânica no município de Nova Friburgo permitiu um melhor conhecimento sobre a oferta e os preços dos produtos orgânicos, do perfil dos produtores, fornecedores e comerciantes de produtos orgânicos do município e da região, assim como um melhor entendimento das não conformidades nos espaços de comercialização de produtos orgânicos no município e da diversidade dos canais de comercialização acessados pelos produtores orgânicos do grupo Friburgo SPG ABIO.

Diante do cenário da ausência de informações sobre comercialização que se apresentava desde a década de 80 disponível para os produtores orgânicos de Nova Friburgo e região, e, demais atores envolvidos na dinâmica de fomento a agroecologia e a produção orgânica no campo das ciências sociais e humanas, e o entendimento sobre a construção social dos mercados, a hipótese desse estudo é de que os produtores orgânicos membros do grupo Friburgo SPG ABIO optam por comercializar seus produtos através dos circuitos curtos de comercialização e que existem oportunidades de melhorias na oferta dos produtos orgânicos em Nova Friburgo.

1.1 Objetivo Geral

Contribuir para a melhoria da oferta e da qualidade orgânica e do acesso aos produtos orgânicos pela população rural e urbana da cidade de Nova Friburgo, por meio do estabelecimento do cenário atual dos circuitos curtos de comercialização de produtos orgânicos e identificação dos gargalos e oportunidades de melhorias.

1.2 Objetivos Específicos

- Conhecer o perfil dos produtores orgânicos membros do grupo Friburgo SPG ABIO, a localização e os canais de comercialização acessados no município;
- Conhecer e analisar a oferta e os preços dos orgânicos no varejo na cidade de Nova Friburgo;
- Identificar não conformidades nos pontos de vendas e na rotulagem dos produtos orgânicos ofertados nos diferentes canais.
- Identificar os gargalos nos canais de comercialização acessados no município de Nova Friburgo e propor alternativas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Agricultura Orgânica no Mundo e Mercados

O intuito deste tópico é apresentar uma visão geral do estado da arte e das características da agricultura orgânica e dos mercados de produtos orgânicos no mundo, abordando os seguintes temas: regulamentação da agricultura orgânica e da produção, mercados e consumo, políticas públicas, mecanismos de avaliação da conformidade orgânica e caracterização da produção.

2.1.1 Regulamentação da agricultura orgânica, produção e produtores

A institucionalização da agricultura orgânica no mundo teve início no ano de 1972, com a criação da IFOAM e a publicação de suas primeiras normas, em 1978. Nos anos de 1972 e 1973, experiências de cunho prático surgem quase que simultaneamente e marcam o lançamento da semente da agricultura orgânica no Brasil. Uma delas é a fundação da Estância Demétria - em Botucatu no interior de São Paulo (DAROLT, 2000).

A França foi o primeiro país a regulamentar a agricultura orgânica. As normas privadas da IFOAM serviram como referência para a comercialização dos produtos orgânicos no mundo até a década de 90 e para o estabelecimento de outras normas locais e regulamentos técnicos em diferentes países. A partir da década de 90 foram criados os regulamentos técnicos para a produção orgânica de origem vegetal da União Européia (EC 2092/91) e posteriormente o Codex Alimentarius¹ estabeleceu diretrizes para a produção orgânica de origem vegetal e produção animal (GL-32/99/Rev.2001). Para os produtos têxteis e cosméticos, eram usadas as normas da IFOAM. No ano de 2003, a Força Tarefa Internacional da FAO (Sigla em inglês para Organizações das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura)/UNCTAD (sigla em inglês para Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) / IFOAM, para harmonização e equivalência das normas na agricultura orgânica mostrou a necessidade de flexibilizar e buscar acordos de reconhecimento mútuo, respeitando as diversidades dos diferentes países (FONSECA, 2009).

De acordo com o levantamento anual sobre normas e estatísticas da agricultura orgânica certificada no mundo, da FiBL-IFOAM (WILLER; LERNOURD, 2017, p.27) ao final de 2016, assim como em 2015, observou-se um aumento no número de países que forneceram informações. Em 2015 estavam disponíveis dados para 179 países contra 172 países em 2014, enquanto que em 2008, 154 países enviaram informações (WILLER, 2008 p.28). Ou seja, houve um aumento contínuo do número de informações das estatísticas mundiais da agricultura orgânica.

O crescimento em hectares de terras ocupadas com agricultura orgânica certificada pode ser verificado ao compararem os dados de 2008 (WILLER, 2008) com os apresentados em 2017 (WILLER, LERNOURD, 2017) referentes aos anos de 2016 e 2015, dependendo da fonte de informações. Em 2008, existiam 35 milhões hectares de terras agricultáveis orgânicas enquanto que em 2015 existiam 50,9 milhões de hectares de terras agricultáveis orgânicas (crescimento de cerca de 45% em 7 anos), incluindo áreas em conversão. Com relação à

¹Criado em 1963, é uma comissão da FAO e da OMS que elabora normas sobre alimentos, com foco em aspectos relacionados a higiene, nutrição, aditivos, etc. O objetivo é facilitar o comércio e proteger o consumidor de decepções e fraudes, fornecendo os princípios básicos, principais restrições, listas e critérios para novos produtos, ou seja uma ferramenta para regularizações nacionais (SCHIMIDT, LOVISOLO, 1988 citados em FONSECA, 2005).

dispersão dessas áreas pelos continentes, o ranking dos continentes permanece. Se em 2008 a Oceania liderava com o maior percentual das áreas (35%), em 2015 sua participação aumentou para 45%, seguido da Europa que ocupava o segundo lugar em áreas agricultáveis ocupadas pela agricultura orgânica, 23% em 2008, aumentando para 25% em 2015. Depois vem a América Latina que continua a ocupar o terceiro lugar, mas que diminuiu a área certificada como orgânica no período: em 2008 tinha 23% de área agricultáveis certificadas orgânicas (8.065.890 de hectares) enquanto que em 2015 sua área era de 6.8 milhões hectares, que correspondia a 13% das terras agricultáveis orgânicas no mundo.

Na Oceania, em 2008, as áreas agricultáveis orgânicas correspondiam a cerca de 3% das áreas totais agricultáveis do continente, seguido da Europa com cerca de 2% das áreas agricultáveis ocupadas com manejo orgânico. Em média, em 2015, 1% da área agricultável dos países era orgânica. Existem outras áreas orgânicas principalmente de extrativismo sustentável, e também que incluem aquacultura, apicultura, florestas e áreas de cultivo em terras não agrícolas.

No total, em 2008, a área total (terra agricultável e áreas não agricultáveis) estimada era de 67 milhões de hectares alcançando em 2015 uma área total de 78 milhões hectares, correspondendo a um crescimento de cerca de 17% em 7 anos (um pouco mais do que 2% ao ano). Alguns países têm grandes áreas orgânicas (monoculturas, pecuária extensiva e extrativismo) como é o caso da Austrália, Argentina e Brasil. A Ásia e África se caracterizam por pequenas áreas e grande volume de produtores envolvidos com o manejo orgânico certificado, principalmente para exportação.

Com relação aos produtores orgânicos certificados, em 1999 eram 200 mil produtores orgânicos (WILLER; LERNOURD, 2017.p.23), citando Willer (2008), passavam para 1,3 milhões de produtores orgânicos, enquanto que Willer e Lenourd (2017) computaram 2,4 milhões de produtores, ou seja, crescimento de cerca de 85% no período de 8 anos. Em 2008, na África estavam localizados 35% dos produtores orgânicos certificados, seguido da Ásia com 29%, América Latina (19%) e Europa (16%). Em 2015, o cenário mudou com a Ásia concentrando o maior número de produtores orgânicos (35%), seguido da África (29%) e Europa 17%.

Em 2008, de acordo com Huber, Schmid, Napo-bitantem (2008) citados em Huber e Schimidt (2017.p.150), existiam 73 países com regulamentação orgânica e 16 países em processo de rascunho de legislação. No que diz respeito à normalização/regulamentação da agricultura orgânica, 8 anos depois, existiam no ano de 2016, 87 países (aumento de 19% na institucionalização da agricultura orgânica), enquanto que 17 países estavam em processo de rascunho de legislações. Existem desafios para institucionalizar algumas atividades no CODEX Alimentarius (por exemplo, aquacultura). Nenhum compromisso foi estabelecido com diferentes técnicas de reprodução animal, fontes de suprimento aos animais, o não uso ou o uso limitado de hormônios, e períodos de conversão para a agricultura orgânica.

A certificação por auditoria é o mecanismo de avaliação da conformidade orgânica institucionalizado nas diretrizes do *Codex Alimentarius* e nas normas da IFOAM, mas também na maioria dos regulamentos técnicos dos países no mundo.

A partir de iniciativas de institucionalizações na América Latina lideradas pelo Brasil (LERNOURD, FONSECA, 2004), atualmente, os Sistemas Participativos de Garantia (SPGs) estão reconhecidos no mundo. São sistemas de garantia localmente focados agindo como método de certificação alternativa de baixo custo, particularmente adequados para pequenos produtores e mercados locais, que vem ganhando espaço em todos os continentes. Em 2016, existiam 250 iniciativas de SPG em 73 países envolvendo cerca de 130 mil produtores, com 47 mil unidades controladas, com destaque para a Índia, Peru e Quênia (KATTO:

ANDRIGUETTO KIRCHINER, 2017. p.157). O Brasil é o único país que reconhece a certificação do SPG para a garantia da qualidade orgânica, no mesmo nível que a certificação por auditoria.

Na Tabela 1, a seguir observa-se a evolução dos SPG's no mundo nos anos de 2014 e 2015. Os dados da Tabela 1 demonstram aumento contínuo do número de produtores orgânicos e área certificada pelo SPG motivado por políticas públicas.

Tabela 1. Evolução do SPG no Mundo nos anos de 2014 e 2015 de acordo com portal da IFOAM.

ANO	Países com SPG operacionais	Países com iniciativas de SPG	Número de Produtores	Área certificada (hectares)
2014	70	70	46 mil	49.803 ha
2015	123	110	109 mil	78.772 ha
Crescimento	75%	57%	122%	58%

Fonte: GOMES (2016) baseado em Huber e colaboradores (2015); Huber e colaboradores (2016).

Estimavam-se que no ano de 2014 existiam ao menos 70 iniciativas de SPG operacionais em todos os continentes e em 2015, passaram a ter pelo menos 123 iniciativas de SPG (crescimento 75% em 01 ano). Se em 2014 mais de 70 iniciativas estavam em desenvolvimento, estas passaram a ser 110 em 2015 (crescimento 57%).

Com relação ao número de produtores orgânicos, estimava-se que em 2014 eram mais de 46 mil produtores passando em 2015 para 109 mil envolvidos com SPG no mundo. Com relação ao número de hectares envolvidos com produtores orgânicos “certificados” membros de SPG, estimativas em 2014 era de que existiam 49.803 hectares de área agrícola, enquanto que em 2015 (GOMES, 2016), a área sob manejo controlado por SPG passou para 78.772 hectares (crescimento de 58%).

No ano de 2008, os SPG's² foram reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em sua 30ª Reunião Regional, demonstrando que esses mecanismos de avaliação da conformidade são adequados aos mercados internos e externos (FONSECA, 2009), embora somente o Brasil reconheça os SPG's no mesmo nível de garantia que a certificação por auditoria (BRASIL, 2007; BRASIL, 2009). Os países que tem regulamentação da produção orgânica e reconhecimento nos principais mercados de exportação, permitem os SPG's para os mercados locais, mas não mudam suas regulamentações técnicas para não prejudicar a exportação dos produtos orgânicos.

Como viu-se, a indústria de alimentos e bebidas orgânicas é bem regulamentada no mundo, com mais de 80 países tendo regulamentação nacional. A Europa e os Estados Unidos possuem normas próprias para seus produtos orgânicos, com isso os produtores interessados em exportar para o Japão, China, Austrália ou Brasil, devem adotar as normas praticadas no mercado desses países. A ausência de uma norma unificada ou a presença de múltiplas

²Para maiores informações sobre a institucionalização dos SPG's no mundo e no Brasil ver em FONSECA (2005) e em MEDAETS (2003).

normas orgânicas dificultam a negociação global de produtos orgânicos, além disso, atender a múltiplas normas envolve maiores custos de inspeções e auditorias, aumentando o custo de produção e os preços aos consumidores. Os acordos de equivalência de produtos orgânicos entre parceiros comerciais como EUA e Europa; EUA e Japão, são positivos pois evitam contradições das normas dos países. Esses acordos acabam por evidenciar as diferenças nas normas orgânicas. No mundo ideal teria uma norma orgânica uniforme ou similar para facilitar as negociações globais (IFOAM, 2016).

2.1.2 Mercado de produtos orgânicos, consumo e políticas públicas

De acordo com Sahota (2017, p.138), as vendas globais de alimentos e bebidas orgânicas foram de 81,6 bilhões em 2015. Sendo que a América do Norte, possuía mais da metade das vendas internacionais. Embora a agricultura orgânica seja praticada em 179 países, duas regiões geram a maior parte das vendas: Europa e América do Norte. A América do Norte tem o maior mercado para alimentos orgânicos e bebidas no mundo, o que corresponde a 53% das vendas globais, com valor de 43 bilhões de dólares, sendo a cota de mercado de vendas total de alimentos orgânicos era de quase 5%. A maior categoria de vendas eram os produtos frescos, *in natura*. A segunda maior categoria são os produtos de origem animal, como leite e derivados. Para o autor, oferta de produtos orgânicos não atende a demanda. Além de frutas e vegetais orgânicos, níveis significativos de ingredientes orgânicos eram importados pelos países de alta renda, como por exemplo: grãos, sementes oleaginosas, ervas, especiarias e açúcar. As exportações de alimentos orgânicos também estavam crescendo nos Estados Unidos e no Canadá, já que ambos os países entraram em uma série de acordos comerciais para facilitar o comércio internacional. O governo dos Estados Unidos assinou acordos de equivalência orgânica com a União Européia, Suíça, Taiwan, Coreia do Sul e Japão. Na América do Norte (EUA e Canadá) todos os maiores supermercados estavam oferecendo alimentos orgânicos com marcas próprias.

De acordo com Sahota (2017, p.139), os mercados europeus de alimentos e bebidas orgânicas eram de 31.1 bilhões de dólares em 2015. A Alemanha era o maior mercado avaliado em 9.5 bilhões de dólares. O mercado Francês era o segundo maior, seguido pelo mercado do Reino Unido, Itália e Suíça. Os mercados de orgânicos desses cinco países geravam $\frac{3}{4}$ das vendas européias. Outros importantes mercados para produtos orgânicos na Europa são: Áustria, Suécia, Dinamarca, Espanha e Noruega. Os maiores consumidores de alimentos orgânicos eram os países da Escandinávia e os países dos Alpes Europeus. Assim como na América do Norte, a maioria das vendas de produtos orgânicos estavam nos principais mercados varejistas e todos os principais supermercados estavam ofertando produtos orgânicos com suas marcas próprias. Uma das maiores empresas de produtos orgânicos da Europa, “Royal Wessanem” continuou a adquirir novas marcas e, no ano de 2016, comprou a “Piramide Tea”, Mrs Crimble’s e “IneoBio” uma das poucas companhias com a presença Pan Européia, com portfólio de marcas que incluíam: “Bjorg”, “Kallo Foods”, “Clipper”, “Allos”, “Isola Bio”, “Whole Earth”, “Tartex” e “Alter Eco”.

Por último, Sahota (2017, p.146) observou que na Ásia, as vendas de produtos orgânicos continuam crescendo, onde a China possui o maior mercado da região, sendo que o país estava vivendo uma mudança com a produção agrícola, mudando o foco da exportação para consumo interno. Inicialmente, o país teve um grande crescimento de commodities orgânicas, como oleaginosas, ervas e ingredientes relacionados. Muitos produtos processados e bebidas orgânicas estavam sendo produzidos no país. Japão, Coreia do Sul e Taiwan também aumentaram seu mercado de produtos orgânicos. A China teve um aumento do

mercado porque o país passou por alguns escândalos de alimentos, incluindo venda de carnes estragadas, carnes contaminadas, assim como numerosos acidentes de adulterações. A Austrália teve um grande e crescente mercado de produtos orgânicos, e a distribuição de produtos orgânicos nos supermercados e redes varejistas estava crescendo. Produtores da Austrália e Nova Zelândia tinham o foco principal na exportação, mirando os países Asiáticos. O Oriente Médio tinha um pequeno mas crescente mercado de produtos orgânicos, com maior demanda concentrada nas grandes cidades como: Dubai, Abu Dhabi, Cairo e Riyadh. O Brasil possuía o maior mercado de produtos orgânicos da América Latina, embora estivesse mostrando lento crescimento nos anos recentes por conta da crise econômica e política. Outros países da América Latina como Argentina, Peru, Chile e Colômbia estavam aumentando exponencialmente as exportações no mercado de produtos orgânicos.

Nos últimos anos, tem havido uma tendência mundial de surgimento de diversas políticas públicas de apoio à agricultura orgânica. Em 2016, a IFOAM identificou no mundo algumas políticas implementadas nos vários níveis (municipal, estadual, nacional) para promover a agricultura orgânica.

Na Índia, ambos os governos (federal e estaduais) tomaram iniciativas sem precedentes de apoio à agricultura orgânica. O governo federal lançou um programa com vários tipos de medidas de apoio à agricultura orgânica, com um orçamento de cerca de 40 milhões de euros. Apesar das incertezas sobre a inclusão do SPG no próximo regulamento orgânico para o mercado interno, o Ministério de Agricultura continuava a apoiar o SPG, tinha aberto um escritório em Nova Deli, e primeira loja orgânica estatal estava comercializando apenas produtos do SPG. A certificação por auditoria foi apoiada e, pela primeira vez, o governo federal ampliou o apoio financeiro que variaram de 27 000 para 234 000 euros dos governos de oito estados para criação de organismos de certificação orgânica pública e obtenção de acreditação. O Estado de Gujarat anunciou que instituirá na Índia, a primeira Universidade exclusivamente dedicada à pesquisa em agricultura biológica (como chamam a agricultura orgânica).

No Peru, em 2016, o governo de Hancavelica no Peru aprovou uma política regional, reconhecendo o SPG como ferramenta para alcançar um desenvolvimento sustentável e promover a agricultura orgânica entre os pequenos agricultores. Isso aconteceu em um contexto onde o governo nacional continuava a excluir SPG no seu regulamento técnico orgânico nacional.

Na China, o governo no seu planejamento de 2016 a 2020 planejou investir em torno de 187 milhões de euros no treinamento de novos agricultores, dando preferência aos estudantes recém-formados interessados em agricultura. O programa tem o foco na agricultura orgânica, ecológica e sustentável, com meta de 1 milhão de agricultores capacitados com acesso ao mercado internacional de 2010. No Canadá, o Ministério da Agricultura de Quebec anunciou suporte de 600 mil dólares canadenses para as associações orgânicas, visando implementação de uma campanha de garantia da qualidade orgânica (KATTO - ANDRIGUETTO, 2017. p. 159).³

Cada vez mais se observava a tendência de se sobrepor o comércio de produtos orgânicos ao “comércio ético”, pois havia um número crescente de produtos orgânicos que eram considerados como sendo de “comércio justo”, uma vez que os movimentos orgânicos estavam incluindo os direitos sociais e o “comércio justo” em seus padrões (QUESTED, 1998, citado por BROWNE et al., 2000).

³Maiores informações sobre Políticas Públicas e programas implementados por vários governos no mundo visando o apoio a agricultura orgânica podem ser encontradas gratuitamente no website da IFOAM: www.ifoam.bio/en/global-policy-toolkit-public-support-organic-agriculture-0.

2.2 Agricultura Orgânica no Brasil e Mercados

No Brasil, os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA) nos anos de 1979 em Curitiba, Estado do Paraná, e em 1984 em Petrópolis no Estado do Rio de Janeiro, tiveram como objetivo a tentativa de questionamentos técnicos referentes a dogmas da Revolução Verde. Possibilitaram discussões e o comprometimento oficial de 21 secretários de agricultura, através da assinatura da Carta de Petrópolis, no II EBAA, citado por Fonseca (2000), para apoiar políticas públicas de estímulo a agricultura orgânica. Esse comprometimento assumiu caráter federal, quando da criação da Comissão de Articulação e Cooperação em Agroecologia, na gestão de José Lutzemberger, na Secretaria Especial de Meio Ambiente, em 1991, iniciativa esta sem continuidade. A partir de 1991, vários estados criaram comissões de agricultura orgânica no interior de suas secretarias de agricultura com objetivo de estimular o debate e a prática da agricultura orgânica. Importante ressaltar que essas trajetórias nunca foram lineares e sofreram vários avanços e retrocessos de acordo com os ocupantes dos governos estaduais (FONSECA, 1999).

Viu-se (DAROLT, 2000) que, na década de 70, a Estância Demétria seguia os princípios da agricultura biodinâmica. O Instituto Biodinâmico (IBD), Certificadora Brasileira de Produtos Orgânicos, foi criado no ano de 1983, e se estabeleceu também em Botucatu- SP. O surgimento da agricultura orgânica no Brasil coincidiu com o ressurgimento dos movimentos alternativos na Europa e Estados Unidos. Nos Estados Unidos, a agricultura se baseava na revalorização da propriedade familiar e, na Europa, o modelo defendido era de contracultura e contestação à sociedade capitalista e de consumo. No Brasil, a agricultura alternativa surgiu em um contexto de política agrária excludente, motivada por movimentos sociais e organizações com objetivo de transformação social e a preocupação ambiental durante a construção da lei dos agrotóxicos (CASTANEDA, 2010).

Mesmo com o aumento da agricultura orgânica no mundo e no Brasil no fim do século XX, no século XXI, o uso abusivo de agrotóxicos continuava e aumentava seu consumo em território brasileiro, com casos de intoxicação de trabalhadores rurais, aumento dos índices de câncer de acordo com o INCA (Instituto Nacional do Câncer Josué Alencar Gomes da Silva) e identificação dos produtos com maiores níveis de contaminação pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) conforme documento do INCA (2015). Para a transição agroecológica, não basta simplesmente a mudança de práticas agrícolas. Trata-se de mudanças em políticas e enfoques econômicos e socioculturais, nos hábitos de consumo e nas práticas/relações comerciais que regem os processos de desenvolvimento rural sustentável. Os desafios que podem mover os produtores a fazerem a transição agroecológica são: mercados, pesquisa, incentivo à base ecológica e a busca da soberania e segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2011) da população rural e urbana.

2.2.1 A Regulamentação da agricultura orgânica no Brasil

Após discussão pública e da sociedade civil, a agricultura orgânica no Brasil foi institucionalizada pela Lei Federal nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003 (BRASIL, 2003). Sua regulamentação ocorreu em 2007 com a publicação do Decreto nº 6327 (BRASIL, 2007) e as Instruções Normativas (IN's) em 2008 e 2009 que entraram em vigor no ano de 2011. As IN's tem revisões periódicas (a cada 4 anos) e apresenta-se na Figura 1, um esquema com as regulamentações em vigor.

Em 1994, se iniciam as discussões entre órgãos públicos e organizações da sociedade civil para a regulamentação da agricultura orgânica pressionadas pelos exportadores e certificadoras. Depois da criação da comissão mista em 1994, em 1999 publica-se a primeira

Instrução Normativa (IN nº 007- MA) da agricultura orgânica, onde a aceitação de que existam diferentes formas de se garantir a qualidade orgânica, que reconhecia diferentes sistemas de certificação existentes no país e criava as Comissões da Produção Orgânica (CPOrgs – UF) nos Estados.

A Instrução Normativa 07/99 estabeleceu um conjunto de normas relativas ao manejo de pragas e doenças, a proibição do uso de produtos sintéticos, as regras de processamento, armazenagem e transporte, os mecanismos de controle de qualidade e o credenciamento de entidades certificadoras. No entanto, em vista da própria precocidade⁴ da regulamentação brasileira, essa Instrução deixou em aberto uma série de lacunas que criaram inúmeras incertezas jurídicas, as quais, ao longo do tempo, catalisaram movimentos de crítica e contestação que desestabilizaram o funcionamento do mercado (NIERDELE, 2013).

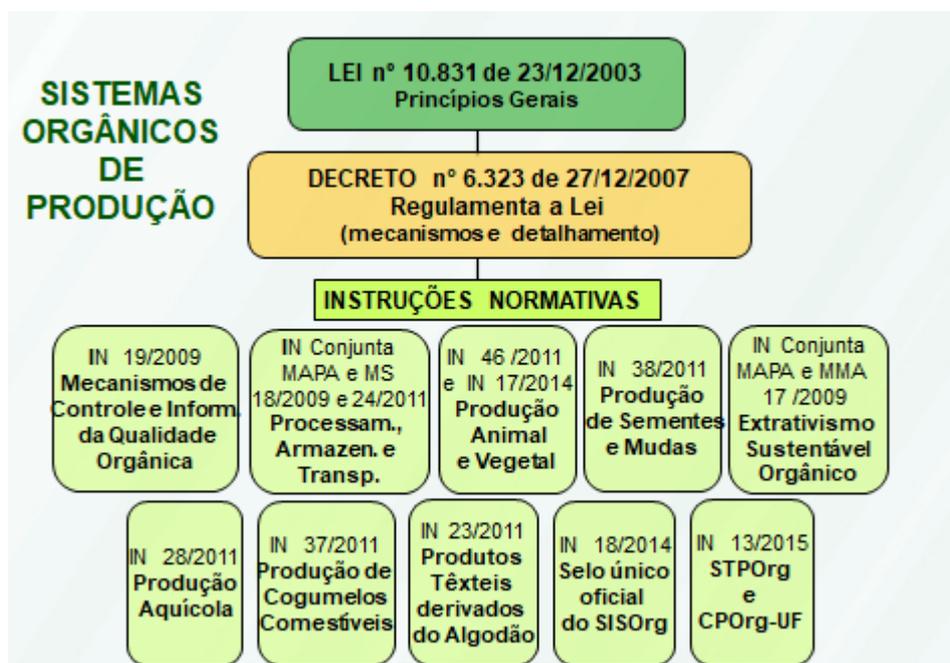


Figura 1. Regulamentação da Agricultura Orgânica. Fonte: MAPA (2016).

A regulamentação da produção orgânica, após ampla discussão entre sociedade civil organizada (movimentos sociais), poder público (técnicos, extensionistas e pesquisadores) e privado (certificadoras, exportadores), lideradas pelo MAPA, faz parte de um conjunto de políticas públicas construídas a partir de 2003, mais fortemente, com a entrada do governo popular do Partido dos Trabalhadores (PT). Pode-se citar Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2006, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Agroecologia, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em 2009 entre outras. Em 2012, no intuito de reintegrá-las e facilitar suas dinâmicas, é construída e publicado a PNAPO (MOURA, 2016).

A política de institucionalização da agricultura orgânica no Brasil e suas especificidades com relação aos mecanismos de avaliação da conformidade orgânica é bem

⁴ 5 anos de discussão na Comissão. A tentativa de implantação da IN- 006/02 (BRASIL, 2002) é que foi precoce e não respeitou os acordos e reconhecimento de diferentes sistemas de certificações existentes no país. Os movimentos sociais e técnicos se colocaram no II ENA no Rio de Janeiro e foi criado o GAO (Grupo da Agricultura Orgânica) para discutir normas adequadas. (FONSECA, 2009).

característica e inovadora no caso do Brasil já que no mundo, a certificação é o mecanismo aceito.

A regulamentação da lei federal 10.831/2003 da Agricultura Orgânica demonstrava as tensões dos movimentos da agricultura orgânica e de agroecologia no Brasil entre aceitar uma normalização construída e imposta por padrões externos, que preconizavam a certificação como única forma de garantia da conformidade dos produtos orgânicos, e/ou estabelecer padrões nacionais de produção e de transmissão da confiança aos consumidores, calcados em processos históricos mais adequados aos pequenos produtores, com pouca, ou nenhuma infraestrutura de apoio governamental ou privado (GUIMARÃES, 2012). De acordo com Fonseca (2005), normas técnicas internacionais referências (CODEX, IFOAM) de produção orgânica se mostravam inadequadas as realidades culturais, geográficas e climáticas de um país tropical e as realidades de uso do solo.

Os produtos orgânicos alcançam mercados à distância por meio do estabelecimento de regras (o que é e o que não é orgânico), pela maneira e intensidade na qual se transmite esta informação, pela reputação dos atores envolvidos e pela confiabilidade da informação transmitida aos clientes e consumidores (FONSECA, 2005).

A regulamentação brasileira reconhece três formas de dar garantia da qualidade orgânica aos produtos, processos e serviços através da avaliação da conformidade dos sistemas de produção e comercialização e da certificação por auditoria, realizado pelo Organismo de Avaliação da Conformidade (OAC), o Sistema Participativo de Garantia (SPG) operado pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) e por último, o Organismo de Controle Social (OCS) realizado por agricultores familiares organizados (BRASIL, 2009a). Tanto o OPAC quanto OCS usam o controle social como ferramenta para dar a garantia da qualidade orgânica. A garantia dada pelo SPG além do controle social, envolve avaliações técnicas, sendo a mesma dada pela certificação por auditoria e os dois mecanismos fazem parte do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg) e podem usar o selo. A OCS não pode usar o selo.

Na Tabela 2 apresentam-se as principais diferenças entre os mecanismos de avaliação da conformidade orgânica.

Tabela 2. Diferença entre os Mecanismos de Avaliação da Conformidade.

	Organização de Controle Social – OCS	Sistema Participativo de Garantia - SPG	Certificação
Pessoa Jurídica CNPJ	Não é necessário	OPAC	Certificadora
Garantia da Qualidade	Controle Social	Controle Social e Registros	Inspeções Auditorias e Registros
Assistência Técnica	Permitido	Permitido	Proibido
Grupo de Produtores	Sim	Sim	Possível ou individual
Cumprimento dos Regulamentos	Responsabilidade Solidária	Responsabilidade Solidária	Individual ou do grupo
Comercialização	Venda Direta	Sem restrições	Sem restrições
Informação da qualidade orgânica	Declaração de conformidade orgânica	Selo SISORG acompanhado ou não da marca do OPAC	Selo SISORG acompanhado ou não da marca do OAC

Fonte: MAPA (2015) adaptado pela autora.

O Selo do SisOrg não pode ser usado em propagandas na internet e em restaurantes, o MAPA autua. De acordo com o CNPO do MAPA (MAPA, 2017), em julho de 2017 estavam registradas 50 OAC (certificadoras), 314 OCS (Organização do Controle Social) e 19 OPAC (operam SPG).

Na Figura 2 apresenta-se o selo do SisOrg (BRASIL, 2009b).



Figura 2. Selos do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg) para produtos que utilizam a certificação por auditoria e o Sistema Participativo de Garantia (SPG) como mecanismos de avaliação da conformidade orgânica.

2.2.2 Mercados de produtos orgânicos no Brasil e políticas públicas

O processo da comercialização é um dos principais entraves ao desenvolvimento da agricultura orgânica principalmente das pequenas unidades familiares e as afastadas de grandes centros urbanos. A criação e manutenção do acesso aos tradicionais e aos novos canais de comercialização dependem da diversificação, da padronização de produtos e da regularidade na oferta da produção (ARNALDI, 2004). Pode-se acrescentar que a facilidade na comercialização depende do tipo do produto inerente ao clima e vegetação (por exemplo: extrativismo sustentável), da participação dos produtores em associações e cooperativas que favoreça a articulação produtores e consumidores.

Assis (2002) defende o desenvolvimento dos mercados a partir de ações locais que aproximem produtores dos consumidores, adotando posturas críticas no mercado de produtos orgânicos a fim de encará-los como um meio e não objetivo principal no processo de desenvolvimento.

A comercialização de produtos orgânicos no Brasil é feita por diferentes canais, dentre os quais destaca-se dois grupos de venda: I. a venda direta e II. as vendas no atacado (CAMPANHOLA, 2001 em DAROLT, 2012).

A venda direta é caracterizada pela relação direta entre produtores e consumidores, sem intermediários. Pode-se considerar: vendas na unidade de produção, sem intermediários; as vendas nas feiras livres tradicionais e específicas (orgânicas); as vendas pelos produtores através de cestas diversificadas de produtos orgânicos em domicílios; as vendas para lojas de associações de produtores; vendas por produtores para grupos de consumidores organizados; vendas para mercados institucionais públicos, por exemplo, alimentação escolar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e doação para pessoas em situação de risco alimentar através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ambos por agricultores familiares.

Durante a regulamentação da agricultura orgânica, foi definido o que seria venda direta, já que os agricultores familiares não precisariam de certificação somente registro no MAPA para acessar estes canais de comercialização (FONSECA et al, 2009). O MAPA em 2010 publicou uma nota técnica fundamentando a venda direta de orgânicos por agricultores familiares (MAPA, 2010).

A vendas indireta é caracterizada por existir a intervenção de um intermediário entre o produtor e o consumidor. Pode-se considerar: entrega de produtos orgânicos para as distribuidoras de produtos orgânicos; vendas para lojas especializadas; venda para lojas de cooperativas de produtos e consumidores ecológicos; venda para as redes de supermercados; restaurantes; pequenos mercados; lojas virtuais (DAROLT, 2012; DAROLT, 2013).

A perspectiva da agroecologia e da produção orgânica (BRASIL, 2012), funda-se em princípios e práticas que favoreçam a aproximação entre agricultores e consumidores, priorizando os circuitos curtos de comercialização, a conservação e a valorização da agrobiodiversidade e das culturas alimentares regionais; o uso sustentável dos ecossistemas; a facilitação e a popularização do acesso aos produtos agroecológicos; o reconhecimento do papel do autoconsumo; e a contribuição estratégica das mulheres para o abastecimento alimentar (ANA, 2014). No Brasil, não existe definição institucionalizada do que seja circuito curto de comercialização.

Os “circuitos de proximidade”, outro nome para os circuitos curtos de comercialização, no caso, de alimentos orgânicos produzidos localmente e de forma sustentável, tornou-se uma oportunidade para os pequenos agricultores, que reduzem seus custos de operação fazendo com que os consumidores tenham acesso facilitado a produtos mais saudáveis. Para Lage (2016), esses mercados podem ser denominados ecológicos, de

proximidade, orgânicos ou feiras. O nome pode mudar de acordo com a localidade, mas o fato é que os circuitos curtos reduzem ao mínimo a intermediação e unem oferta e demanda local dos alimentos e tornam-se uma ferramenta para o desenvolvimento econômico e social dos territórios.

Essa modalidade de comercialização de maior proximidade, para muitos autores, possui benefícios sociais, econômicos e ambientais, com vantagens na redução da distância entre o produtor e o consumidor, melhoria da segurança alimentar e na qualidade dos produtos, o favorecimento de adoção de boas práticas de produção, respeitando o ambiente, fortalecendo a economia local e reforçando o capital social (BAPTISTA et al, 2013).

A forma de comercialização mais adequada a produtores e consumidores pode variar em função da organização do sistema de produção, da disponibilidade de tempo, mão de obra e da infraestrutura disponível tanto para produtores quanto para consumidores. De qualquer forma, sempre haverá vantagens e desvantagens para cada escolha (DAROLT, 2012). Além disso, pode-se acrescentar as relações sociais estabelecidas do indivíduo e grupos com as comunidades locais mas também do sistema de garantia escolhido que favoreça a integração dos produtores. A definição de circuito curto de comercialização está relacionado à proximidade (diminuição da pegada ecológica) e articulação dos produtores com os consumidores (FONSECA et al.2015).

A maioria dos produtores de base ecológica bem sucedidos nos circuitos curtos de comercialização utiliza pelo menos três canais de venda (feiras livres e/ou orgânicas, programas de governo e cestas em domicílio), mas há alternativas que se desenvolvem junto com o crescimento da demanda (Darolt e Constanty, 2008 citados por DAROLT 2012), dependendo do arranjo produtivo local.

A sensibilização das pessoas para o tema do consumo responsável é fundamental para promover a reflexão crítica sobre as consequências sociais e ambientais dos atuais padrões de produção e consumo (PISTELLI, MASCARENHAS, 2011).

A comercialização de produtos nas feiras, talvez seja a forma mais antiga de relacionamento comercial entre consumidores e produtores rurais, um espaço social, cultural e educativo que propicia o desenvolvimento dessas relações. As feiras são parte da construção de novos mercados ou releitura dos tradicionais canais de venda direta dos produtores. As estratégias giram em torno da valorização da profissão e dos produtos junto aos consumidores com base no seu processo de produção, e não apenas no produto em si.

A Pesquisa Nacional sobre o Consumo de Orgânicos no Brasil foi publicada no ano de 2017, pelo Instituto de Pesquisa e Opinião Pública Market Analysis em parceria com o Conselho Brasileiro de Produção Orgânica e Sustentável (ORGANIS, 2017), evidenciou que o maior mercado de orgânico estava na Região Sul, onde o consumo era mais que o dobro do consumo nacional, de acordo com figura 3. A pesquisa foi realizada em 9 cidades de 4 regiões do Brasil, sendo estas: Recife, Salvador, Brasília, Goiânia, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, um total de 905 entrevistas domiciliares. Essa pesquisa foi feita por amostragem nos domicílios e não nos locais de comercialização de produtos orgânicos.

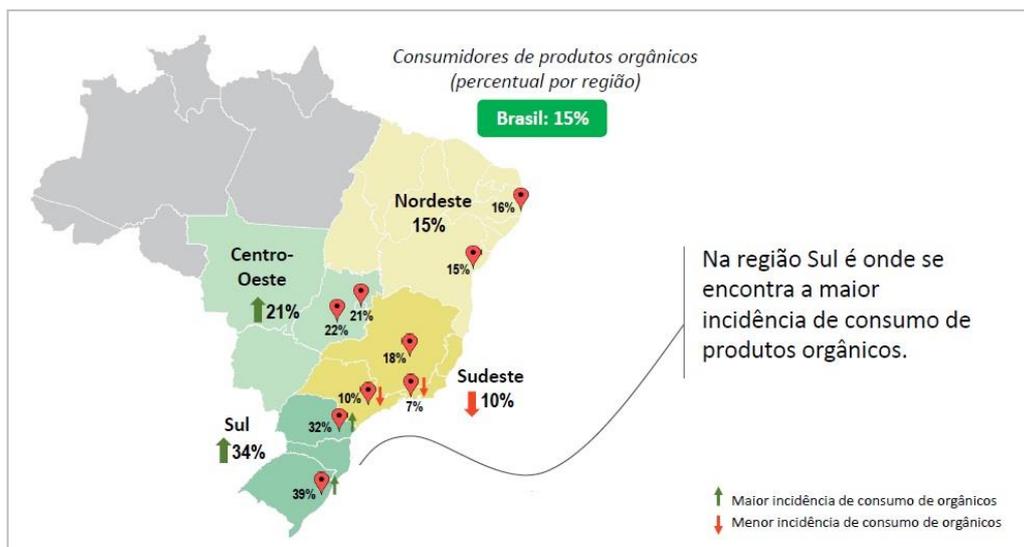


Figura 3. Consumo de Produtos orgânicos no Brasil no ano de 2017. Fonte: Organis (2017)

Segundo a pesquisa brasileira da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Organis, no ano de 2017, os benefícios com a saúde são a principal motivação para o consumo de produtos orgânicos, dados mencionados por Darolt (2012). Outras vantagens citadas foram a contribuição com o ambiente e as melhores características dos produtos se comparados aos convencionais. As verduras, legumes e frutas são os produtos mais consumidos. O supermercado foi o local mais comum para as compras, visão diferente dos consumidores quando faz-se a pesquisa no local de consumo de produtos orgânicos. As feiras também atendem uma parcela importante desse mercado sendo que, nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste tem maior presença na comercialização de orgânicos. Metade dos consumidores percebiam o selo do SisOrg no momento da compra, embora a grande maioria reconhecia que o uso do selo é obrigatório (ORGANIS, 2017).

Em pesquisa realizada por Dias et al (2015), que tinha como objetivo obtenção de informações a respeito de aspectos específicos do comportamento do consumidor brasileiro de alimentos orgânicos em circuitos curtos, revelou que os principais motivos pelos quais os consumidores preferem comprar alimentos orgânicos em feira foram, respectivamente, proximidade da feira ao local de trabalho ou residência e, a confiança no produtor. Para os autores, a diversidade de produtos ofertados foi considerada de menor importância. Segundo produtores entrevistados na pesquisa, as feiras e a venda direta na propriedade, criam pontos de encontro entre produtores e consumidores, que disseminam não só a proposta da produção orgânica e agroecológica, mas valores e estilo de vida. Os produtores acreditavam que repassar informações técnicas sobre a produção orgânica ao consumidor também conferia credibilidade aos seus produtos e serviços e servia como gerador de confiança e lealdade. Afirmaram também que a criação dos vínculos entre produtores e consumidores e a criação de grupos para troca de informações entre produtores e consumidores (grupo de consumo responsável, por exemplo) reforçaram os processos de confiança e lealdade. A redução de intermediários força o contato com o consumidor e garante a qualidade, já que não existem intermediários que podem fraudar produtos ou representar de forma inadequada os princípios do sistema orgânico de produção.

A mesma pesquisa confirma que, apesar da certificação ser um aspecto relevante para as primeiras compras e o estabelecimento da confiança dos consumidores, a maior parte dos consumidores entrevistados não reconhecia nenhum certificado, além de confundir o significado do certificado orgânico com aspectos ligados a sanidade dos alimentos. Por outro lado, a pesquisa evidenciou que os produtores fazem questão de manter-se certificados como garantia de credibilidade junto aos consumidores como estratégia de fidelização e para evitar produtores oportunistas na feira (DIAS et al, 2015).

Um dos motivos alegados por não consumir orgânicos é o alto preço dos produtos orgânicos. A pesquisa do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) realizada no ano de 2010, comparava preços de produtos orgânicos nos supermercados, feiras e grupos de consumo responsável e demonstrou que uma mesma cesta de 17 produtos orgânicos comprada na feira chega a ser quase 59% mais barata do que no supermercado. Se comparada ao grupo de consumo responsável, a cesta chega a ser 30% ainda mais barata que na feira (IDEC, 2010).

Cada vez mais, os consumidores valorizam os atributos ligados a um processo de produção tido como saudável, natural, sem o uso de agrotóxicos, que protege o meio ambiente, fornece um retorno financeiro adequado aos produtores e trabalhadores rurais, valoriza o saber de produtores e técnicos na construção do conhecimento agroecológico, em suma, valoriza além dos aspectos agrícolas, questões ambientais e sociais. São atributos conhecidos como bens de crença, não sendo identificáveis nem após as compras, e os produtos orgânicos encontram-se nesta categoria (FONSECA, 2005).

As cestas em domicílio oferecem praticidade e comodidade aos consumidores, sendo um canal de comercialização com crescente demanda visto que os contatos via redes sociais foi facilitado, o maior desafio é fidelizar o cliente apresentando sempre produtos bem selecionados, pois o cliente não está presente no momento da escolha. As lojas especializadas podem estar associadas a organizações de produtores e consumidores para garantir a qualidade orgânica, podendo também servir de apoio para o acesso aos mercados institucionais (FONSECA, 2005; DAROLT, 2012).

Outra modalidade de venda direta são os CSA's (Sigla em Inglês para Agricultura Apoiada pelos Consumidores), termo mais usual por iniciativas lideradas por consumidores como suporte a grupo de agricultores, ou seja, um sistema de agricultura apoiada ou mantida pela comunidade, uma parceria entre consumidores e agricultores. Esse tipo de consumidor representa uma inovação e uma boa alternativa ao modelo dominante de desenvolvimento agroalimentar. Os resultados dessa modalidade dependem da participação dos atores envolvidos e a estruturação do sistema, que se baseia em três características: transparência, sistema de preços definidos e risco compartilhado (DAROLT, 2012).

No Brasil, a primeira experiência registrada como CSA foi com a Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica (ADAO) em Fortaleza no Estado do Ceará em 1990, onde consumidores estabeleceram pactos com agricultores, definindo custos de acordo com as necessidades das partes, não somente antagonismos de interesses, consumidores buscando preços mais baixos e produtores buscando lucros altos (YAMAMOTO, 2006).

Mais recentemente, no século XXI, algumas ações de comercialização de produtos orgânicos usando a internet confundem o conceito de CSA com o de cestas. No CSA, a participação via financiamento antecipado é uma das práticas, além da participação na decisão do que plantar, ajudar na colheita, etc. Outra característica é a inexistência de intermediário entre produtores e consumidores.

As primeiras redes de consumidores de produtos orgânicos no Brasil surgiram, de forma incipiente, no final da década de 70. A Coonatura (Cooperativa de Consumidores de

Produtos Naturais) e a Coolmeia (Cooperativa Ecológica) são as primeiras experiências de cooperativas de consumidores de produtos orgânicos no Brasil. Surgiram em 1978 e 1979, nas cidades do Rio de Janeiro e Porto Alegre, respectivamente (FONSECA, 2005).

As estruturas organizacionais e trajetórias das duas redes são semelhantes. A Coolmeia foi criada por consumidores engajados no movimento ecológico que lutavam contra o uso de agrotóxicos e em prol da agricultura alternativa (CARNEIRO, 2012). Segundo Fonseca (2005), a organização da Coolmeia era baseada nos princípios do cooperativismo e da autogestão. A cooperativa chegou a reunir cerca de setenta famílias de produtores, mil consumidores e vinte e cinco trabalhadores.

No contexto de criação de ambas as iniciativas, os alimentos orgânicos eram considerados de difícil acesso, uma vez que estava em curso políticas públicas de fomento à modernização agrícola, nos moldes da Revolução Verde. Neste sentido, não só os produtos se afastavam da concepção de natural e saudável, como também o país vivia um período de intenso êxodo rural (CARNEIRO, 2012).

Inicialmente a Coolmeia comercializava em feiras e em loja própria. A Coolmeia foi responsável pela criação, em outubro de 1989, do primeiro mercado de rua ecológico no Sul do Brasil, a Feira de Agricultores Ecológicos da Coolmeia em Porto Alegre- RS. Posteriormente passou a vender também os seus produtos em lojas de produtos especializados, restaurantes e cestas em domicílio.

Dentre os mercados que têm revelado maior pujança no processo de reconfiguração dos territórios, pode-se destacar aqueles associados à produção de alimentos orgânicos, trata-se na realidade, de uma vasta gama de canais de comercialização que englobam desde pequenas redes varejistas atraídas pela ampliação da demanda por produtos orgânicos até circuitos locais ancorados em um processo de revalorização do vínculo direto entre produtores e consumidores envolvendo ainda a presença crescente do Estado como demandante de alimentos a partir de políticas como o PAA e o PNAE. Esses mercados são expressão da emergência de uma nova economia de qualidade que se exprime, no âmbito da produção e do consumo, por um amplo e diversificado conjunto de valores redefinindo o conteúdo das relações econômicas (KARPIC, 2009; ALLAIRE, 2004; GOODMAN, 2003).

O PNAE é um dos mais antigos programas sociais do governo federal, criado no ano de 1950, quando pela primeira vez estruturou um programa de alimentação escolar público em âmbito nacional (BADUE, 2011). É um programa destinado e operacionalizado pela alimentação escolar e a atender a criança em todas as etapas da educação básica pública. Com a regulamentação da nova lei do PNAE, Lei 11.947/2009 e Resolução 38/2009, instituiu-se nacionalmente que pelo menos 30% dos recursos usados na alimentação escolar sejam destinados a compra de produtos oriundos da agricultura familiar. A responsabilidade pela aquisição dos alimentos são da Secretaria de Educação, escolas federais ou unidades executoras, prevê ainda, participação da secretaria de agricultura, EMATER e organizações da agricultura familiar (NIERDELE et al, 2013).

O PAA, foi regulamentado por diversos decretos, estando em vigor hoje o Decreto 7.775 de 2 de julho de 2012 (BRASIL, 2012) e é um dos componentes do Programa Fome Zero, e possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a aquisição de produtos da agricultura familiar com dispensa de licitação para fornecimento às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e aquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Uma experiência amplamente reconhecida no Brasil a qual articula agricultores, técnicos e consumidores da Região Sul do Brasil em torno da construção de circuitos alternativos de comercialização baseados nos preceitos da economia solidária e da produção

orgânica é a Rede Ecovida de Agroecologia (RADOMSKY, 2011; PEREZ-CASARINO, 2012).

Conforme observou Perez – Casarino (2012), baseado em (REDE ECOVIDA, 2000, p. 4), a Rede Ecovida tem como objetivo “aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores”, como elemento estrutural da proposta agroecológica, trabalhando na construção do comércio justo e solidário. Pode-se, então, falar de uma construção social dos mercados de alimentos orientada por uma concepção apoiada na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)⁵ e da Soberania Alimentar (SOBAL) buscando-se a garantia do acesso universal aos alimentos, disponibilidade e regularidade de oferta, sustentabilidade ambiental dos mecanismos de comercialização, redesenho das relações sociais e, inclusive, a participação social nos mercados. Ambos os conceitos sugerem um programa em que a agricultura familiar e camponesa, a sustentabilidade ambiental e a equidade nas relações de mercado tornem-se pré-condições para a estruturação de sistemas agroalimentares que garantam o direito humano à alimentação adequada (SEVILLA-GUZMÁN, 2006; SEVILLA-GUZMÁN e SOLER, 2010, citados por Perez-Casarino, 2012).

O Circuito de Comercialização da Rede Ecovida é considerado Circuitos de Proximidade, visto que não se restringe a dimensão espacial ou geográfica, há circulação de produtos entre os Estados da Região Sul, e construção de espaços e relações de mercados que priorizam a proximidade espacial, mas que articulados a essa proximidade possibilitem a informação interpessoal, gerem e fortaleçam sociabilidades, bem como as relações de solidariedade e reciprocidade entre os atores envolvidos. O Circuito de proximidade busca processos autônomos e socialmente enraizados de produção, beneficiamento e circulação de alimentos, que se orientem pela construção coletiva de processos de emancipação social no âmbito dos sistemas agroalimentares, baseados na solidariedade, transparência, horizontalidade e confiança (PEREZ – CASARINO; FERREIRA, 2013). Além disso, pode-se afirmar que há confiança gerada nas atividades dos grupos de SPG ECOVIDA e na aproximação com os consumidores.

O funcionamento da Rede é horizontal e descentralizado e está baseado na organização das famílias produtoras em grupos informais, associações ou cooperativas. Essas organizações se articulam com associações ou cooperativas de consumidores, ONG’s e outras instituições e formam núcleos regionais, circunscrito a uma determinada área geográfica. Cada núcleo tem uma coordenação. A soma dos diferentes núcleos (nos estados RS, SC e PR) formam a Rede Ecovida de Agroecologia. Além dos núcleos, a rede é composta por uma coordenação composta por representantes dos estados, com função animadora e deliberativa (REDE ECOVIDA, 2007, citados por PEREZ-CASARINO; FERREIRA, 2013).

2.2.3 Características da produção e evolução do número de produtores orgânicos no Brasil

Na Tabela 3, apresenta-se a evolução a partir de 2012, no Brasil, do número de produtores orgânicos no CNPO do MAPA, registrados, classificados de acordo com mecanismo de garantia da qualidade orgânica escolhido.

⁵Conforme estipulado no art. 3º da Lei nº 11.346/2006, (BRASIL, 2006) a segurança alimentar e nutricional compreende a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitam a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Tabela 3. Mecanismos de Avaliação da Conformidade da Produção Orgânica credenciados no MAPA (dezembro de 2012, janeiro de 2014, junho 2017).

Mecanismos de Avaliação da Conformidade	Produtores Orgânicos credenciados no MAPA			
	Dezembro	Janeiro	Junho	Aumento (%)
	2012	2014	2017	Período de 2012 a 2017
OCS	1.715	2.391	3.963	131,07
OPAC	1.241	1.477	3.920	215,87
OAC	2.942	3.926	7.507	155,16
TOTAL	5898	5794	15390	160,93

Fonte: Scofano (2014) baseado em Brasil (2013) e BRASIL.MAPA(2014); PLANAPO II (2016), adaptado pela autora baseado em MAPA (junho 2017).

Entre 2012 (01 ano após a regulamentação) e 2014, observou-se redução do número de produtores orgânicos registrados. Tinha-se 5.898 produtores no CNPO e passou-se para 5.794 (redução de 1,76%), devido ao descredenciamento das OCS. Quanto aos percentuais de cada mecanismos de garantia da qualidade orgânica, estes eram em 2012 respectivamente de 6,75% para OCS, 25,49% para OPAC e 67,76% para certificadoras. Cinco anos depois, em 2017, existiam 15.390 estabelecimentos cadastrados, sendo 25,75% OCS, 25,47% OPAC e 48,77% para OAC (certificadoras), ou seja, aumento do número de produtores vinculados aos mecanismos que consideram o controle social como principal mecanismo para dar garantia da qualidade orgânica. Nos dados da Tabela 3 observou-se que no Brasil, no ano de 2017, (MAPA, 2017a), os mecanismos de avaliação da conformidade orgânica considerados individualmente, o maior número de produtores orgânicos credenciados no MAPA (48,78%) ainda utilizava a certificação por auditoria. Entretanto, mecanismos que usam o controle social como base da garantia cresceram muito, e correspondem juntos a 51,22% do total de produtores orgânicos registrados no CNPO. No período de 5 anos houve um aumento médio de 160% no total do número de produtores orgânicos credenciados no MAPA.

Estes dados mostram que são acessados os diversos mecanismos para diferentes realidades num Brasil mega diverso, portanto, a análise reafirma a escolha acertada da sociedade e do poder público por uma regulamentação da produção orgânica flexível e diversa, construída pensando em se adequar as diferentes realidades. Entretanto, a linguagem das normativas e o volume é grande e dificultam um maior entendimento pela sociedade.

Ao observar-se os dados sistematizados na Figura 4, apresentados durante a Biofach em São Paulo em junho de 2017, pelo coordenador da COAGRE/ MAPA, Rogério Dias, na BioBrasil em palestra sobre Agricultura Orgânica no Brasil (MAPA, 2017b). Mostrando o número de unidades de produção orgânica por Região do Brasil, viu-se que a Região Nordeste e a Região Sul eram as que mais possuíam unidades produtivas orgânicas cadastradas no MAPA no Brasil, porém, no período de 2013 a 2017, a região Centro Oeste foi a que obteve o maior crescimento em número de unidades produtivas orgânicas, com aumento de 187%, seguido pela região Norte com aumento de 85% no período.

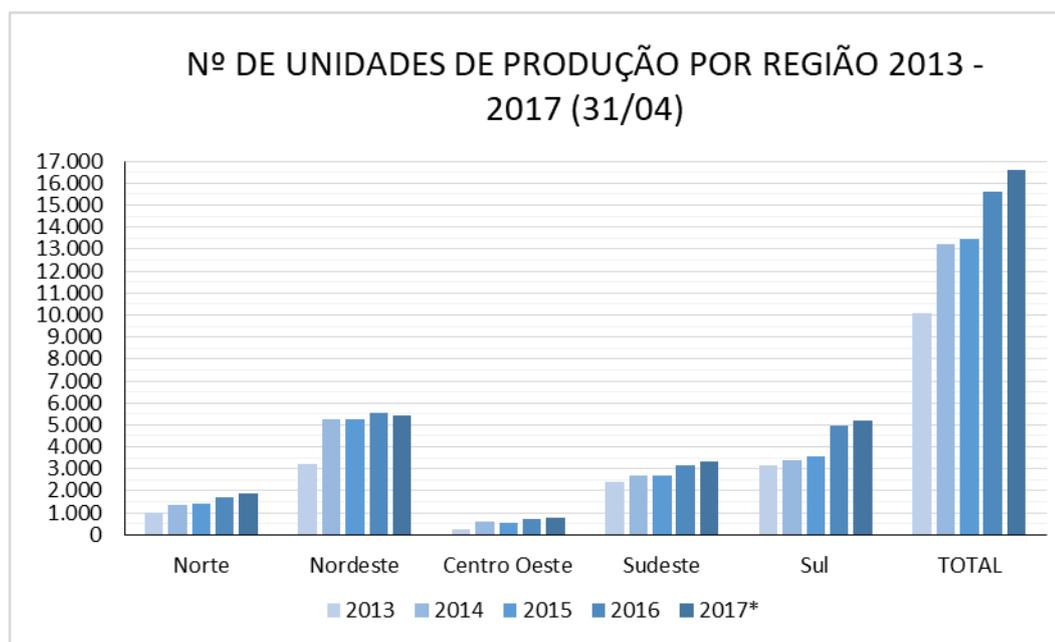


Figura 4. Unidades de Produção Orgânica por Região no Brasil. Fonte: MAPA (2017b). Obs: *até junho 2017.

Entretanto, como existem vazios (falta de informação) das atividades no CNPO, há dificuldade em verificar em quais segmentos houve crescimento (hortaliças e frutas no escopo vegetal, por exemplo).

Muitos produtores orgânicos possuem mais de um escopo produtivo, por isso o número de escopos não deve ser igual ao número de produtores orgânicos. Entretanto, para observar uma tendência e o perfil da produção, selecionou-se no CNPO os escopos isoladamente (atividade principal). Na Tabela 4 apresenta-se a evolução do número de produtores orgânicos cadastrados no MAPA por escopo produtivo no período de 2014 a 2017.

Tabela 4. Evolução do número de Produtores Orgânicos Cadastrados no MAPA no SISORG por escopo produtivo no período de 2014 a 2017.

ESCOPO PRODUTIVO	Número de produtores Janeiro 2014 (%)	Número de produtores Junho 2017 (%)	Evolução (%) Período de 2014 a 2017
Produção Primária Vegetal	3369	6955	106,4
Produção Primária Animal	1137	1429	25
Processamento de origem vegetal	494	344	-30,3
Processamento de origem animal	52	31	-40,4
Extrativismo sustentável orgânico	197	1118	467
Processamento de Insumos Agrícolas	0	01	100
TOTAL	5249	9878	88,18

Fonte: A autora. Baseada em Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) do MAPA janeiro 2014 (SCOFANO, 2014); MAPA (junho 2017a).

Observa-se na Tabela 4, que grande parte dos produtores orgânicos possui escopo produtivo para produção primária vegetal e o crescimento do número de produtores orgânicos com esse escopo foi de 106% ao longo desses três anos (40 meses).

O número de produtores orgânicos com escopo produtivo de processamento de origem vegetal diminuiu em 30%, assim como o escopo processamento de origem animal que reduziu em 40%. Esta queda pode refletir a ação das auditorias do MAPA realizadas com maior rigor nas agroindústrias orgânicas exigindo legalização sanitária (alvará e registro), ambiental e registro no MAPA (sucos e bebidas, produção de origem animal: ovos, carnes, mel, laticínio). Observou-se que o escopo extrativismo sustentável cresceu em 465% podendo ter relação com o aumento de 85% no número de unidade produtivas orgânicas na Região Norte (Figura nº 04).

Ao comparar-se os tipos de mecanismos de avaliação das conformidades da produção orgânica na Região Sudeste (Figura 5), usando os dados do CNPO do MAPA, observou-se que São Paulo possui o maior número de produtores orgânicos dos estados da Região Sudeste cadastrados no MAPA.

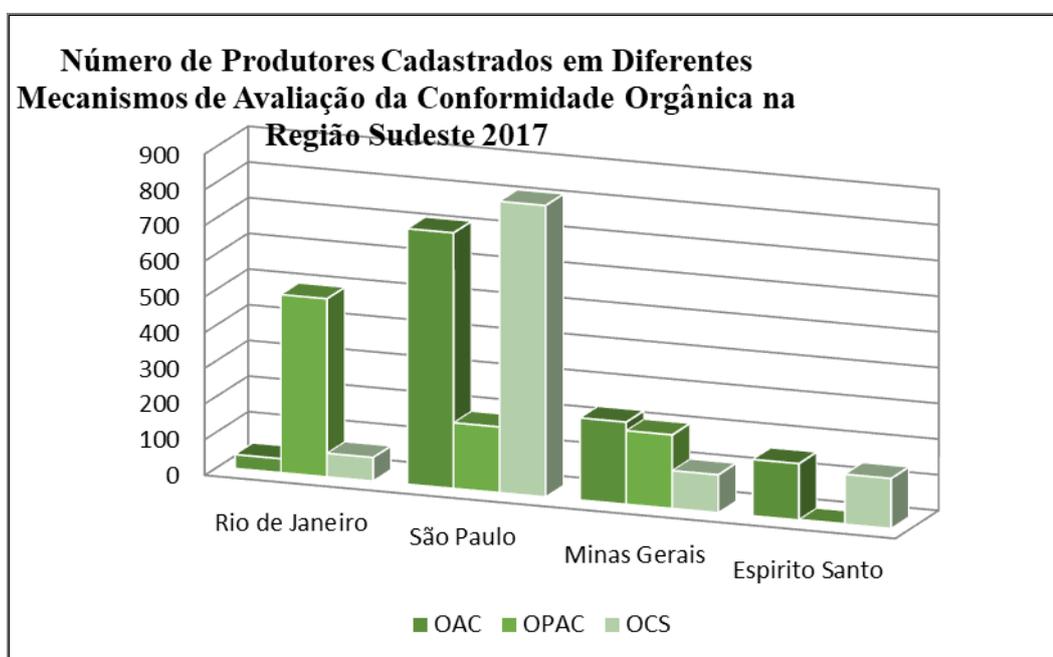


Figura 5. Número de Produtores Cadastrados em Diferentes Mecanismos de Avaliação da Conformidade na Região Sudeste. Fonte: A autora com base no CNPO do MAPA (2017a).

Em 2017, o mecanismo de avaliação da conformidade mais utilizado pelos produtores da Região Sudeste do Brasil era a certificação por auditoria, seguida pelo controle social do OCS. Entretanto, ao olhar para os estados na região, a situação altera-se. No Rio de Janeiro, o maior número de produtores orgânicos estava vinculado ao SPG ABIO, enquanto que em São Paulo o maior número de produtores escolheu como mecanismo de avaliação da conformidade orgânica, a OCS. Em Minas Gerais e Espírito Santo, as certificadoras por auditoria representam o maior número de produtores orgânicos credenciados no MAPA.

Quanto às políticas públicas, o marco legal da agroecologia e produção orgânica iniciado em fins do século XX e fomentado a partir do ano de 2003, é integrado a partir da

elaboração da PNPO por meio do decreto 7.794 (BRASIL, 2012) e do PLANAPO, um ano após (BRASIL, 2013a). Em 2016, foi elaborado o PLANAPO II por meio da Portaria Interministerial nº 1, de 3 de maio de 2016, a partir das mesmas bases de ampla participação da sociedade civil (BRASIL, 2016).

O PLANAPO (BRASIL, 2013a), lançado pelo Governo Federal em 17 de outubro de 2013, foi considerado o primeiro ciclo do plano, que aconteceu no período de 2013 a 2015, resultou em amplo conjunto de ações públicas, envolvendo a destinação de mais de R\$ 2,9 bilhões. Além de ter incentivado a articulação entre agentes públicos e privados em torno da agroecologia, contribuiu para a incorporação do tema em processos de planejamento e implementação de políticas públicas, tanto em nível federal, quanto subnacional. Em um processo de continuidade e aperfeiçoamento do primeiro ciclo do Plano, foi lançado o PLANAPO II, que tem como propósito articular diversos Ministérios, unidades setoriais e entidades governamentais em torno de programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica. São 194 iniciativas, distribuídas em 30 metas e organizadas a partir de seis eixos estratégicos, dentre eles a Comercialização e Consumo. Para a efetivação do PLANAPO II, busca-se o diálogo e articulação com os estados e municípios, de forma a integrar políticas de incentivo, fortalecimento e ampliação dos sistemas de produção orgânicos e de base agroecológica com os processos de planejamento e implementação de políticas local. Um dos objetivos do PLANAPO II é fortalecer a comercialização dos produtos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade nos diversos mercados, nas compras públicas e ampliar o consumo (BRASIL, 2016).

No ano de 2016, o Brasil apresentou diversos resultados de políticas públicas em agroecologia e produção orgânica. No lado positivo, em abril, a prefeitura da cidade de São Paulo aprovou um decreto que definir um alvo para transformar 100% das refeições escolares orgânica até o ano de 2026, são ofertadas anualmente 2 milhões de refeições escolares. Em nível nacional, o PLANAPO (BRASIL, 2013a; BRASIL, 2016), o plano principal para o desenvolvimento da agroecologia e desenvolvimento orgânico, incluindo metas ambiciosas de contratos públicos. Um ponto negativo, após a remoção do presidente do Brasil em 2016, a agroecologia e a agricultura familiar sofreram perdas significativos. O novo governo aboliu o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que coordenava os projetos de desenvolvimento rural com foco na agroecologia e agricultura família. O PLANAPO foi muito afetado, indo de um amplo recurso ministerial, com o apoio de 11 ministérios, para apenas dois ministérios (KATTO - ANDRIGUETTO, 2017. P.159).

2.3 Agricultura Orgânica no Estado do Rio de Janeiro e Mercados

No Estado do Rio de Janeiro, a agricultura orgânica, como se conhece hoje, se desenvolveu desde o fim dos anos 70, com a fundação da Coonatura em 1979, e posteriormente nos anos 80 com a criação da ABIO, fundada em 1984-1985 no município de Nova Friburgo (FONSECA, 1999). Nessa década, muda-se o perfil dos produtores, surgem os chamados neorurais, pessoas de origem urbana, geralmente com outras fontes de renda, conscientizados dos problemas ambientais e de saúde, que estavam em busca de um novo “estilo de vida” e formas de produção sustentáveis (FONSECA, 2000). Esse grupo de agricultores neorurais costumam buscar as empresas de assistência técnica e extensão rural e de pesquisa públicas, associações de produtores ou ONG’s para apoio na condução das atividades (DAROLT, 2012).

A partir de meados da década de 90 do século passado, a ABIO e organizações de pesquisa (PESAGRO - RIO, Embrapa Agrobiologia e Embrapa Agroindústria de Alimentos)

participaram direta e ativamente do processo de regulamentação da agricultura orgânica no Brasil. Como viu-se, esse processo culminou com a promulgação da Lei Federal nº 10.831, em 2003, seguida do Decreto nº 6.323, em 2007, e das Instruções Normativas, a partir de 2008 e 2009. Durante os anos 90 e o começo do século XXI (2001), o número de produtores orgânicos se manteve estável no Estado: em torno de 148 pessoas eram membros da ABIO e os principais canais de comercialização acessados pelos produtores orgânicos eram os supermercados, mercado atacadista (CEASA e UNACOO), distribuidoras de produtos orgânicos (exemplo Agrinatura), cestas em domicílio, feiras e lojas especializadas (FONSECA, 2005).

2.3.1 Evolução da produção orgânica no estado do Rio de Janeiro

No ano de 2001 (CAMPOS, 2001), a ABIO possuía 148 produtores orgânicos credenciados que estavam distribuídos em 27 municípios do Estado do Rio de Janeiro nas Regiões: Serrana, Baixada Metropolitana, Centro-Sul Fluminense, Baixada Litorânea, Médio Paraíba, Noroeste Fluminense, conforme Figura 6.

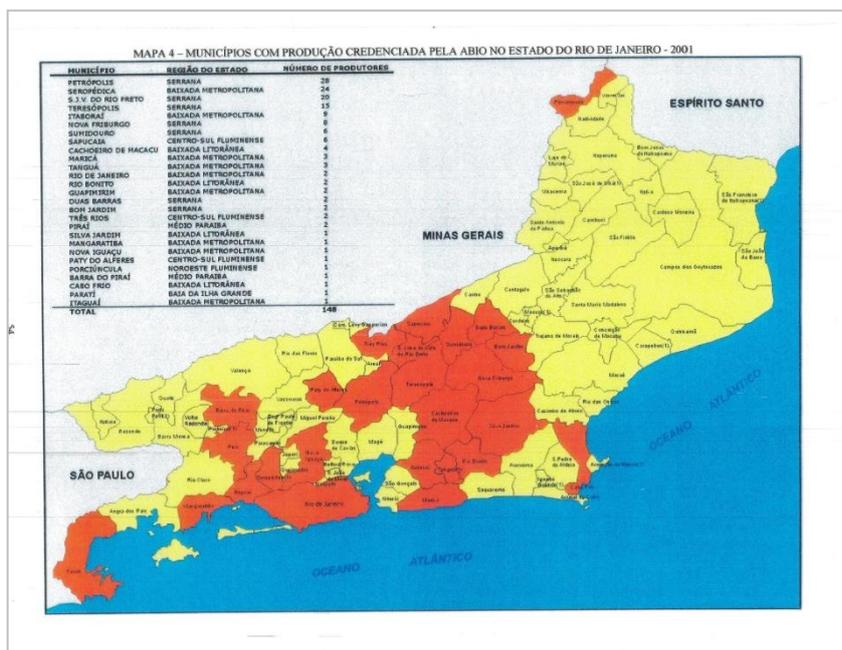


Figura 6. Territorialidade dos produtores orgânicos da ABIO no Estado do Rio de Janeiro no ano de 2001. Fonte: Campos (2001).

Durante quase 10 anos o número de produtores da ABIO permaneceu inalterado. No Estado do Rio de Janeiro, de acordo com os dados da ABIO, em dezembro de 2010 existiam 11 Grupos de produtores orgânicos no SPG ABIO totalizando 137 associados com 12 municípios envolvidos (FONSECA e colaboradores, 2011). Entretanto, em setembro do ano de 2012, o número de grupos de SPG aumentou para 18, envolvendo 187 associados e 26 municípios, ou seja, aumento de 37% no número de núcleos, 36% no número de associados e 116% no total de municípios envolvidos no Estado do Rio de Janeiro com a produção na agricultura orgânica (FONSECA e colaboradores, 2013). Além do SPG que favorece a organização, a criação do CCFO em maio de 2010, foi estratégia exitosa alcançada pela ABIO em parceria com Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDES).

Na Figura 7 apresenta-se a distribuição geográfica dos produtores orgânicos de acordo com dados do CNPO (EMBRAPA, 2016) para a produção primária animal e vegetal.

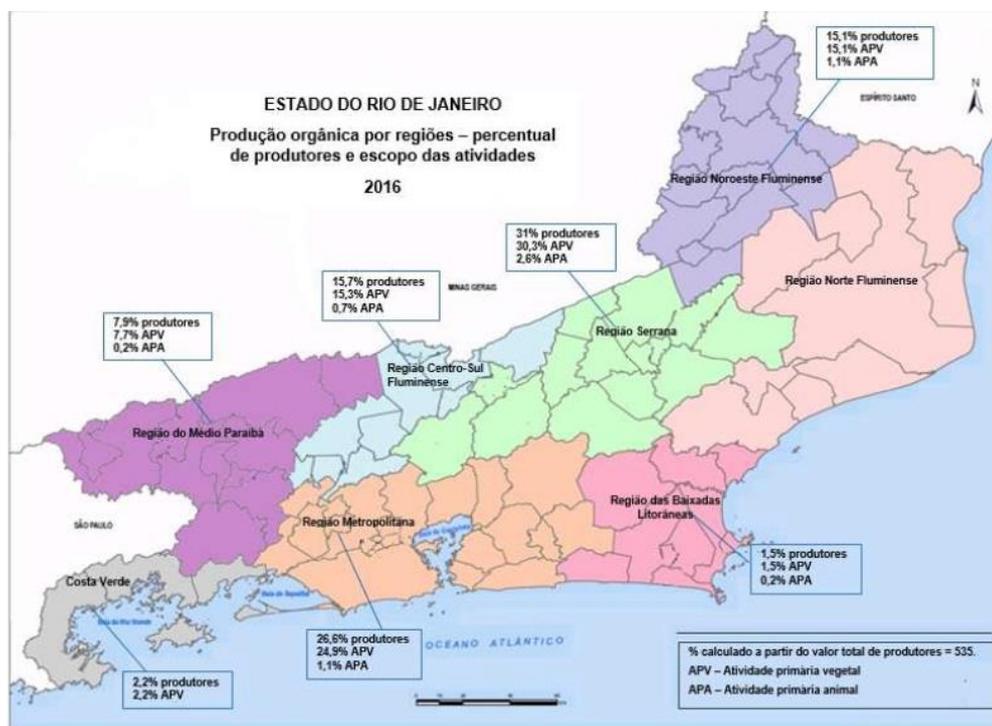


Figura 7. Produtores Orgânicos do SPG da ABIO, escopo e territorialidade no Estado do Rio de Janeiro no ano de 2016. Fonte: EMBRAPA (2016).

Observa-se na figura 7 que em 2016, 31% dos produtores orgânicos do SPG ABIO estavam na Região Serrana e 30,3% tem como escopo produtivo atividade de produção primária vegetal.

Em maio de 2016, em reunião do conselho técnico da ABIO, que aconteceu em Seropédica - RJ, foram apresentados os dados gerais do SPG da ABIO. Neste ano, a ABIO tinha 31 grupos de SPG, com um total de 440 produtores distribuídos em 51 municípios e 520 escopos produtivos. Nos dados mais atuais da ABIO (2017), apresentados na reunião do conselho técnico da ABIO em Seropédica em junho de 2017, existiam 39 grupos de SPG no Estado, 5 grupos em formação, onde 51 municípios estão envolvidos, 667 produtores são certificados por todos os escopos certificados em uma média de 14,5 produtores por grupo, com 520 escopos, uma média de 14,7 certificados por grupo. Nos últimos dois anos, 104 membros desistiram da agricultura orgânica ou foram excluídos do SPG.

Esses dados tratados anteriormente, encontram-se resumidos na Tabela 5.

Tabela 5. Evolução do SPG da ABIO do ano de 2010 ao ano de 2017.

Quantitativo	Abril 2010	Setembro 2012	Agosto 2014	Mai 2016	Novembro 2016	Junho 2017	Crescimento (%) Período de 2010 a 2017
Número de grupos	11	18	20	31	34	39	254
Número de produtores certificados	137	187	270	440	483	565	312
Número de municípios	12	26	38	51	49	51	325
Certificados por escopo produtivo	-	-	-	520	555	667	

Fonte: ABIO (2017) adaptado pela autora

Analisando os dados apresentados pelo conselho técnico da ABIO (2017), conforme a tabela 5, pode-se evidenciar que em 7 anos houve um aumento de 254% no número de grupos de SPG da ABIO, 312% de aumento no número de produtores orgânicos (média de 45% ao ano), 325% de aumento no número de municípios envolvidos com a produção orgânica. Em 2010, não existiam compilação dos certificados por escopo, iniciando essa denominação no ano de 2016. Se comparar-se o ano de 2016 com o ano de 2017 pode-se evidenciar um aumento de 20% ao ano. Conforme observou Fonseca e colaboradores (2015) o aumento a partir de 2010 deve-se a criação do CCFO nas praças da cidade do Rio de Janeiro, seguindo os princípios da economia solidária e do comércio justo e solidário.

2.3.2 Mercados de produtos orgânicos e canais de comercialização no Estado do Rio de Janeiro

2.3.2.1 Venda direta

No Estado do Rio de Janeiro o histórico de organizações que buscam viabilizar a comercialização através dos circuitos curtos de comercialização e da venda direta de produtos orgânicos para a população urbana é antiga. Em 1978 foi fundada a Coonatura no Rio de Janeiro, cooperativa de consumidores que além de vender produtos orgânicos, tinha a preocupação de incentivar pequenos produtores da região serrana do estado do Rio de Janeiro a plantar sem agrotóxicos e adubos químicos, a venda direta consistia em um importante mecanismo de construção da confiança (FONSECA, 2005).

Em 1984, no município de Nova Friburgo, foi inaugurada a primeira feira exclusiva de produtos orgânicos, denominada “Feirinha da Saúde”, por um grupo de agricultores e técnicos que posteriormente fundaram a ABIO no Estado (FONSECA, 1999). O objetivo, a princípio, era contribuir para a expansão do movimento da agricultura orgânica e da oferta de alimentos sem uso de agrotóxico, então incipiente no país (FONSECA, 2005; FONSECA, 2009).

Na cidade do Rio de Janeiro, em 1988, na tentativa de usar canais de comercialização formais para comercializar produtos orgânicos, foi inaugurada a Feirinha da ABIO na Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL) do Humaitá. Posteriormente, em 1994, surge mais um ponto de venda, com a inauguração da Feira Cultural e Ecológica da Glória, através de ações conjuntas de associações de moradores, ABIO e Coonatura (FONSECA, 1999).

No Rio de Janeiro, em 2001, foi fundada a Rede Ecológica, por um grupo de consumidores que realizavam compras coletiva, diretamente de pequenos produtores orgânicos e alguns não orgânicos a preços acessíveis. A iniciativa foi de alguns moradores no bairro da Urca. Hoje a Rede Ecológica possui diversos núcleos, a maioria em bairros da cidade do Rio de Janeiro, mas alguns em cidades vizinhas. Se tornou um movimento social que visa fomentar o consumo ético, solidário e ecológico. A participação na Rede Ecológica é aberta a qualquer pessoa que se identifique com seus princípios, basta apenas se associar. Organizações de consumidores de produtos orgânicos ao se colocarem como um canal alternativo de comercialização podem ser vistas como um movimento pró consumo responsável e, portanto, fazem parte dos movimentos de consumidores. Um movimento de consumidores abrange pelo menos três categorias distintas de movimento social: a) movimentos em defesa dos direitos dos consumidores; b) movimentos anticonsumo e c) movimentos pró-consumo responsável. (PORTILHO, 2006).

No ano de 1999 se deu a abertura de um entreposto de produtos orgânicos de origem vegetal no Pavilhão 30 do Centro Atacadista CEASA- RJ. Anteriormente, no pavilhão 30, produtos orgânicos eram comercializados como convencionais (FONSECA, 1999).

Na Figura 8, apresenta-se esquema elaborado para identificação dos canais de comercialização de produtos orgânicos no Rio de Janeiro no final do século XX.

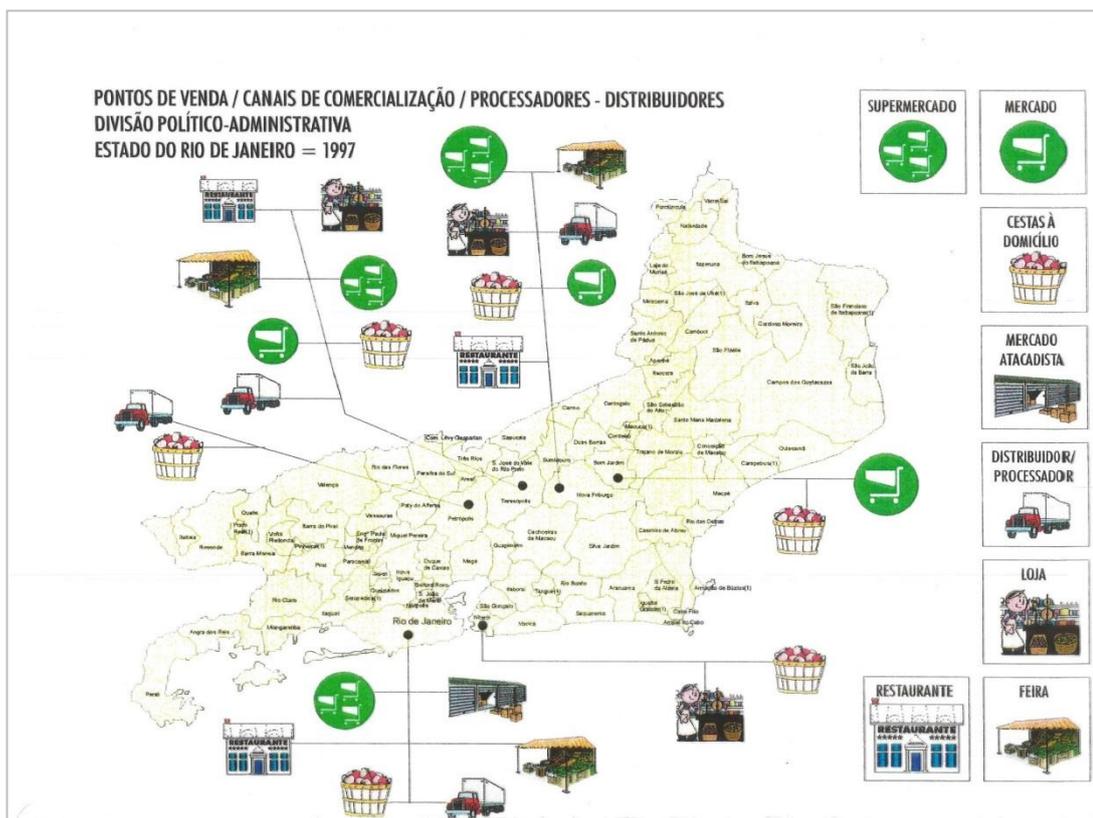


Figura 8. Principais Canais de Comercialização acessados pelos produtores orgânicos e distribuidores no Estado do Rio de Janeiro ano 1997. Fonte: Fonseca (2000).

Durante meados da primeira década do século XXI, a ABIO, inicialmente em 2006, com apoio da CPOrg-RJ e da Secretaria Estadual de Agricultura Pecuária e Abastecimento (SEAPA), posteriormente sozinha, pela liderança da coordenação executiva, Cristina Ribeiro, da ABIO e a criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDES) em 2010, a Prefeitura do Rio de Janeiro, em parceria com a ABIO, inaugurou o CCFO, que impulsionou o desenvolvimento da produção orgânica da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro e o acesso aos produtos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro. Com a saída das distribuidoras das grandes redes de supermercado e com o crescimento da ABIO, os produtores buscaram diversificar os seus canais de comercialização, escoando sua produção nas feiras locais, no CCFO e nas cestas em domicílio (FONSECA E COLABORADORES, 2013).

A pesquisa realizada pelo IDEC e Fórum Nacional das Entidades Civas de Defesa do Consumidor (FNECDC) no ano de 2010 e publicada na edição no 142 da Revista do IDEC, informa a localização de feiras de alimentos orgânicos e agroecológicos nas 27 capitais do país. (http://www.idec.org.br/uploads/revistas_materias/pdfs/ed-162-pesquisa-organicos.pdf), A metodologia utilizada foi através de consulta dos principais sites de alimentos orgânicos do país: Associação de Agricultura Orgânica (AAO) <www.ao.org.br>; Planeta Orgânico <www.planetaorganico.com.br>; Rede de Agricultura Sustentável <www.agrisustentavel.com>; Crudivorismo <www.crudivorismo.com.br> e Doce Limão <www.docelimao.com.br>. Na segunda etapa, as informações foram verificadas junto aos membros do Fórum Nacional das Entidades Civas de Defesa do Consumidor (FNECDC), aos órgãos que atuam na área de abastecimento e agricultura, e às redes e entidades do movimento agroecológico das cidades avaliadas. Foram consideradas apenas as feiras de rua, praças e/ou realizadas em espaços públicos. O Rio de Janeiro (RJ) é a cidade campeã, com 25 feiras nessas modalidades.

A pesquisa do mapa do IDEC do ano de 2017 (<https://feirasorganicas.org.br/>), identificou 67 iniciativas em todo Estado do Rio de Janeiro, com destaque para o município do Rio de Janeiro com 38 feiras orgânicas e agroecológicas, conforme Tabela 6. Portanto, em 7 anos (2010-2017), no Estado do Rio de Janeiro, os pontos de feira/ oferta de orgânicos aumentaram 168%, ou seja, em média, 24% de crescimento ao ano, estando presente em 21 municípios (23% do total).

Tabela 6. Municípios do Estado do Rio de Janeiro com iniciativas de feiras orgânicas e agroecológicas no ano de 2017.

Municípios Estado do Rio de Janeiro	Número de Feiras Orgânicas e Agroecológicas
Armação dos Búzios	1
Barra Mansa	1
Cabo Frio	1
Guapimirim	1
Macaé	1
Mendes	1
Natividade	1
Niterói	6
Nova Friburgo	1
Nova Iguaçu	1
Petrópolis	2
Pinheiral	1
Piraí	1
Porciúncula	1
Resende	1
Rio das Ostras	2
Rio de Janeiro	38
Seropédica	2
Teresópolis	1
Três Rios	1
Volta Redonda	1

Fonte: Baseado em IDEC 2017 <https://feirasorganicas.org.br>

Outra modalidade de venda direta acessada pelos produtores orgânicos do Estado do Rio de Janeiro foram as entregas para os programas do governo federal (PAA e PNAE). Os principais gargalos encontrados para fornecimento de produtos orgânicos citados por FONSECA e colaboradores (2013) foram: Cardápios não adequados à produção local da agricultura familiar nas chamadas públicas; ausência de agroindústria para processamento mínimo de hortaliças; pouca organização dos agricultores familiares para planejamento e comercialização coletiva; oportunismo de agricultores familiares que só querem vender para o governo quando o preço do mercado está baixo; má qualidade dos produtos e ausência de padronização por parte de alguns agricultores familiares; escassez de infraestrutura para armazenamento e distribuição dos alimentos; dificuldade na logística de distribuição.

Dados apresentados no Green Rio em 2016, pela EMATER RIO, sobre oferta de produtos da agricultura familiar no mercado institucional, demonstram que no ano de 2006 a Associação Serra Nova dos Trabalhadores Rurais de Nova Friburgo (ASNTR-NF) foi a primeira organização do Estado do Rio de Janeiro a aderir ao PAA, e, no ano, de 2008 os agricultores da comunidade Serra Velha também aderiram ao programa. Os primeiros projetos foram elaborados pela equipe local da EMATER RIO, todos os controles de entrega, recebimento das mercadorias e as notas fiscais emitidas eram preparados e executados pelos Extensionistas - ação de apoio às associações. No PAA acessado em 2014 (com término em 2015) foram contratados R\$ 150.000,00 com a Associação de Serra Nova, e R\$114.000,00 com Associação de Serra Velha, totalizando R\$ 264.000,00 de ingresso de recursos para os agricultores de ambas as comunidades (EMATER, 2016).

As oportunidades encontradas nas compras governamentais através dos programas do governo Federal (PAA e PNAE) para produtos orgânicos (ou não), de acordo com Fonseca e

colaboradores (2013) eram: fornecimento de gêneros alimentícios saudáveis; fortalecimento dos processos sociais organizativos da agricultura familiar; garantia da qualidade da alimentação, manutenção e apropriação de hábitos alimentares saudáveis, desenvolvimento local sustentável; agricultura familiar no mercado formal (quantidade, periodicidade e rastreabilidade); aumento da circulação da riqueza no âmbito local e do dinamismo na economia local; inserção dos produtos orgânicos na alimentação escolar; criação de fóruns de discussão com atores estratégicos nas cidades; articulação campo- cidade em prol do desenvolvimento sustentável e segurança alimentar.

A organização dos produtores orgânicos visando atender a demanda da alimentação escolar usando as Feiras dos Circuitos como pontos de convergência para a distribuição nas escolas em torno dos locais das feiras, é estratégia a ser estimulada. Nos municípios, a oferta às escolas, creches e hospitais são oportunidades de fornecimento de alimentos saudáveis à população de baixa renda, desmistificando que os alimentos orgânicos é um nicho de mercado somente para ricos já que as políticas do PAA e do PNAE (BRASIL, 2009c) priorizam os alimentos orgânicos.

De acordo com Rentig, Marsdsen e Banks (2003) citados por (LEE e GOUDEAL, 2014), a primeira categoria da cadeia curta se baseia essencialmente na interação face a face como um mecanismo para alinhar redes de consumidores e produtores. Os consumidores compram diretamente produtos com os produtores ou do processador, de forma que a autenticidade e confiança são medidas através das interações pessoais. Consistem basicamente na venda direta através das feiras ou em centros urbanos, onde os agricultores expõem seus alimentos a venda em bancas improvisadas, “colha e pague”, além de entregas em domicílio, vendas online. Muitos desses canais de comercialização tem considerado alimentos orgânicos como prioridade, assim como alguns canais convencionais que fazem parte da cadeia curta, como os supermercados locais, que mudam suas estratégias de marketing, tornando o mercado mais competitivo.

2.3.2.2 Venda indireta

Os supermercados no século passado, vinham se caracterizando como os que praticavam os maiores sobrepreços no mercado de produtos orgânicos (FONSECA, 1999). Segundo Guivant e colaboradores (2003), a tendência internacional coloca os supermercados como canal central e dominante na expansão do consumo de produtos orgânicos, mesmo considerando os conflitos que podem existir entre fornecedores e produtores e a restrição atual do consumo às classes de maior poder aquisitivo. Pesquisa recente da Organix (2017) nos domicílios também encontrou este como o principal canal de comercialização de produtos orgânicos no Estado do Rio de Janeiro.

Segundo observado em pesquisas recentes, na maioria dos supermercados no contexto internacional, a orientação para este setor alimentar se dá fundamentalmente como parte de uma estratégia de apelar aos consumidores orientados para produtos considerados saudáveis. A incorporação dos alimentos orgânicos dentro do mercado convencional e, particularmente, nas gôndolas dos supermercados, nem sempre é vista como um desenvolvimento desejável por uma parte do movimento de agricultura orgânica, porque implicaria envolver a produção em grande escala, comercializar em redes de supermercados, elitizar o consumo com altos preços, etc (GUIVANT E COLABORADORES, 2003).

A opção defendida seria a de manter, como forma de resistência, a produção e o consumo de orgânicos em pequena escala, em mercados locais. Entretanto, o crescimento significativo do mercado de orgânicos depende da reflexividade do consumidor e de que os

supermercados incluem estes alimentos dentro de sua oferta. O desafio se situa nos termos de negociação entre produtores e o setor varejista. À medida que cresce a oferta, e estimula-se o consumo, junto com as transformações nos padrões de estilo de vida, pode estar sendo gerada uma dinâmica de fortalecimento da produção orgânica, o que fugiria das previsões negativas de parte dos movimentos de agricultura orgânica.

Os produtores do Estado do Rio de Janeiro também tiveram várias tentativas de venda indireta de produtos orgânicos. No ano de 1996, duas produtoras de Nova Friburgo, Jovelina Fonseca e Cristina Ribeiro, abriram as negociações para o fornecimento de produtos orgânicos no supermercado Zona Sul na cidade do Rio de Janeiro. Paralelo a isso, nos anos 90, foram inauguradas três distribuidoras de produtos orgânicos na Região Serrana: Agrinatura no município de Nova Friburgo, Horta Orgânica no município de São José do Vale do Rio Preto e o Sítio do Moinho no município de Petrópolis, com objetivo de escoar a produção orgânica da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro para a cidade do Rio de Janeiro através de entregas de cestas em domicílio e posteriormente nas grandes redes de supermercados. As distribuidoras de produtos orgânicos representaram um importante canal de comercialização no Estado do Rio de Janeiro naquela época (FONSECA, 1999).

Após a saída das distribuidoras das grandes redes de supermercados em meados da primeira década do século XXI, aumentaram as demandas por cestas em domicílio. A Agrinatura e a Horta Orgânica fecharam e o Sítio do Moinho abriu loja própria em diferentes localidades na cidade do Rio de Janeiro e aumentou os esforços para as entregas de cestas em domicílio.

As distribuidoras de produtos orgânicos, no Estado do Rio de Janeiro, em pesquisa realizada no ano de 2009 pela PESAGRO- RIO (FONSECA, 2009), em sua maioria, comercializavam verduras, legumes, frutas, ervas frescas e ovos. Tinham seus fornecedores na Região Serrana e comercializavam 90% dos seus produtos na cidade do Rio de Janeiro, através de cestas em domicílio, o que representava 25% de suas vendas. Ao longo dos anos as distribuidoras foram diversificando seus canais de comercialização, além do domicílio, os produtos orgânicos eram comercializados em restaurantes (13%), lojas especializadas (7%) e feiras livres (10%).

Pesquisas da PESAGRO- RIO (FONSECA, CAMPOS 2000; GUIVANT et al,2003) mostraram que os canais de venda direta têm preços mais baixos que nos supermercados. Pesquisas do IDEC no ano de 2010 apontaram que nas feiras e nas cestas em domicílio, os produtos orgânicos possuíam preços mais baixos do que os praticados pelos supermercados (IDEC, 2010) e em 2011 foi feito novo levantamento (IDEC, 2012).

3 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia adotada para a dissertação foi a de estudo de caso (YIN, 2010). Caracterizando os circuitos curtos de comercialização de produtos orgânicos, acessados pelo grupo Friburgo SPG ABIO (com membros em diferentes municípios). Para o estudo de caso, foi realizada a sistematização e análise de parte dos dados coletados pela PESAGRO-CEPH/OAO (FONSECA; GUIMARÃES, 2012 – FASE I; FONSECA 2016 – FASE II) com apoio do Programa Rio Rural junto aos produtores orgânicos do grupo Friburgo SPG da ABIO.

3.1 Caracterização da Área de Estudo

A Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro é caracterizada por seu relevo montanhoso, solos pouco profundos, clima tropical úmido e tropical de altitude propício a olericultura, sob o domínio ecológico da Mata Atlântica com remanescentes expressivos (ANTONIO, 2017).

É o mais importante polo de produção agrícola do estado do Rio de Janeiro, principalmente na olericultura, fruticultura, floricultura, cafeicultura, avicultura e pecuária leiteira, além do destaque na produção orgânica. Isso se deve ao fato desta área ter tradição em produção familiar de hortaliças, também devido à proximidade da cidade do Rio de Janeiro, o que favoreceu a relação do campo com a cidade, facilita o transporte e a comercialização (já que grande parte dos consumidores está na metrópole), além da troca de conhecimento técnico (MATTOS, 2010) A comercialização é sempre um grande problema para os pequenos produtores, devido à escala e aos intermediários, à infraestrutura e à logística mas também pela regulamentação voltada para grandes estabelecimentos.

A área do estudo sobre os circuitos curtos de comercialização de produtos orgânicos será o município de Nova Friburgo, localizado na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, situado no centro-norte, ocupando uma área total de 933,4 km², dividida em oito distritos e com 182.082 habitantes (IBGE, 2010). Possui atividades industriais, especialmente metal-mecânica e moda íntima, atividades de comércio, de prestação de serviços e turismo (BARROS, 2004). Segundo IBGE (2010), existem 1607 estabelecimentos rurais, ocupando uma área total aproximada de 21.000 hectares. A área média dos estabelecimentos rurais é de 13 hectares, entretanto, ao usar-se outras fontes mais vê-se números diferentes. Para alguns autores, dos mais de 2.400 produtores envolvidos na produção agropecuária, 90% são agricultores familiares. A atividade agrícola é diversificada com olerícolas (SILVA; PINTO, 2010; ASSIS; AQUINO, 2010). O Programa Rio Rural contabilizou 2178 beneficiários* em Nova Friburgo, de acordo com a última atualização de abril de 2016 do Programa Rio Rural conduzido pela EMATER (ANTONIO, 2017).

A maior parte da cobertura vegetal do município constitui-se em Floresta Ombrófila Densa Montana (IBGE, 1991), sendo uma das maiores reservas de fauna e flora do país (INEA, 2014). O município está a montante de duas bacias hidrográficas – Rio Macaé e Rio Dois Rios.

* Os beneficiários receberam incentivos via projetos individuais ou coletivos para práticas agrícolas e ambientais.

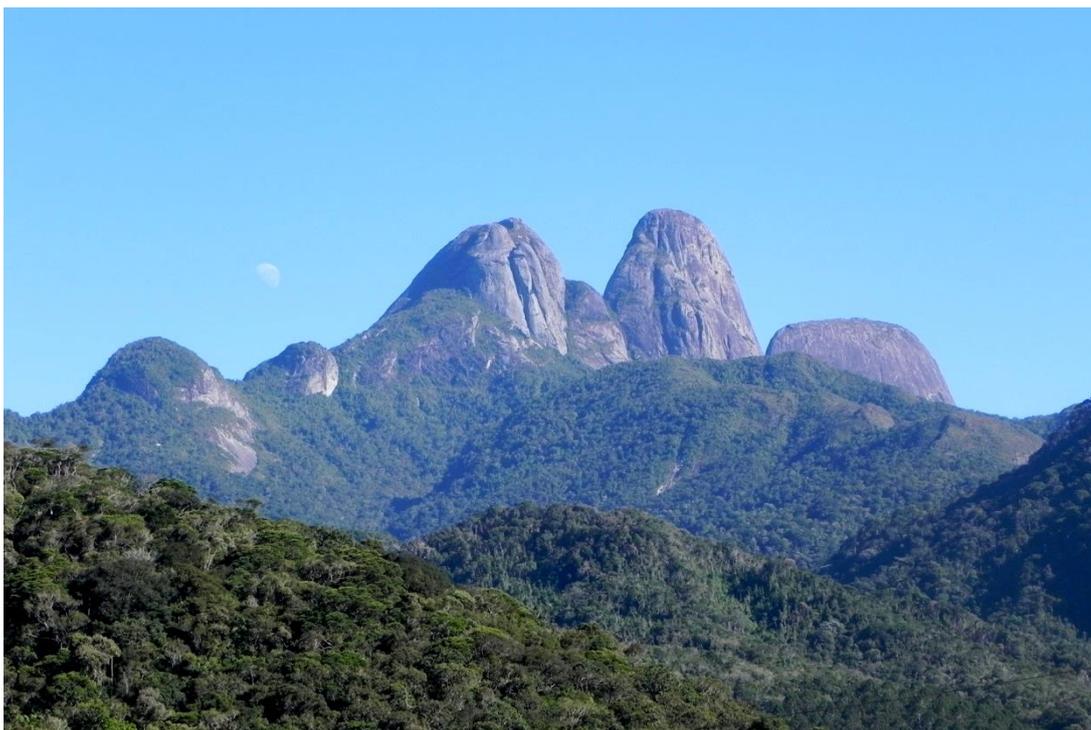


Figura 9. Mata Atlântica no entorno dos Três Picos – Nova Friburgo - RJ. Foto: Érika Cortines (2017).

Os princípios da agricultura orgânica se preocupam para além das questões agrícolas, com o eixo ambiental e social. Na região do estudo, os avanços da legislação ambiental possibilitaram a criação de diversas Unidades de Conservação (UC) com destaque para a APA (Área de Proteção Ambiental) Estadual de Macaé de Cima, criada em 14/09/2001 pelo Decreto Estadual nº 29.213 (RIO DE JANEIRO, 2001), e ao Parque Estadual dos Três Picos (PETP) criado em 5 de junho de 2002, pelo decreto-lei nº 31.343 (RIO DE JANEIRO, 2002), considerado um bem público destinado ao uso comum do povo de acordo com o artigo 99, inciso I da Lei Federal 10.406 de 10 de Janeiro de 2002 (Código Civil) (BRASIL, 2002), com uma área aproximada de 46.350 hectares e um perímetro de 512 km, sendo considerada a maior Unidade de Conservação da Natureza de Proteção Integral, de administração pública do Estado do Rio de Janeiro, subordinada a Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP), diretoria pertencente ao INEA (INEA, 2013).

A região de abrangência da APA e do PETP no município de Nova Friburgo possui um enorme potencial para o turismo ecológico, ao turismo de aventuras (escaldas, p. ex.) assim como o desenvolvimento de atividades agrícolas associadas a preservação ambiental, porém, é caracterizada por conflitos entre a regulamentação do uso do solo, a preservação ambiental, e as demandas sociais.

Além das Unidades de Conservação citadas anteriormente, no Estado do Rio de Janeiro, o município de Nova Friburgo possui o maior número de Reserva Particular do Patrimônio Nacional (RPPN) reconhecidas pelo INEA, regulamentadas no Decreto Estadual nº 40.909/2007 (RIO DE JANEIRO, 2007), visando contribuir para descentralização e fomento das políticas públicas de conservação em terras privadas e para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidade de Conservação de Reserva Biológica (SNUC). A área total protegida no ano de 2017 era de 450 hectares dentro de 21 RPPN's (INEA, 2017), o que possibilitava arrecadação municipal do Imposto sobre Operações de Mercadorias e Serviços

(ICMS) verde para o município, dentre outras vantagens para o proprietário rural, o ambiente e a sociedade.

Com todas as vertentes ambientais, Nova Friburgo apresenta uma produção agrícola muito significativa no contexto estadual, e esta produção está pautada majoritariamente na mão-de-obra familiar, que está diretamente atrelada à herança fundiária do local, que desde a sua colonização (Século XIX), por imigrantes suíços e alemães, e que teve sua agricultura constituída por pequenas propriedades e estabelecimentos rurais e assim se mantém até o período atual. Além da herança cultural dos colonos, existem outros motivos para a perpetuação das pequenas e médias propriedades, como os de origem morfoclimática (SILVA, 2006). Como não era o clima ideal para produção de café, devido as condições climáticas, começaram a produzir hortaliças para abastecimento da capital do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro. Essa preservação ambiental possibilita fomento ao turismo.

3.2 Coleta, Sistematização e Análise de Dados

Para conhecer o perfil dos produtores orgânicos organizados em grupos (SPG), cadastrados no MAPA, dos municípios de Nova Friburgo e região, assim como os canais de comercialização acessados em Nova Friburgo e os mecanismos de garantia orgânica usados, buscou-se os dados no portal do MAPA na internet, atualizado em junho de 2017 (MAPA, 2017), além dos dados da ABIO atualizados em junho de 2017 e apresentados na reunião do conselho técnico (ABIO, 2017) e também o banco de dados da PESAGRO CEPH/Observatório da Agricultura Orgânica (OAO) sobre preços e ofertas de produtos orgânicos.

Para conhecer a oferta e os preços dos produtos orgânicos no município de Nova Friburgo e para identificação das não conformidades nos pontos de venda, assim como as rotulagens utilizadas nos produtos orgânicos, foram realizadas visitas ao Mercado da Vila Amélia mensalmente ao longo do ano de 2016, aos sábados a partir das 8h30min.

Para os dados referentes ao Circuito da Serra de Feiras Orgânicas (CSFO) em Nova Friburgo, e da feira da Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT) foram consultados e analisados os dados das fontes secundárias do banco de dados da PESAGRO- CEPH/ OAO e dados do Programa Rio Rural, da consultoria contratada através de Termo de Referência para assessorar a reorientação de sistemas produtivos na Região Serrana através de pesquisas participativas no ano de 2012.

A coleta de preços dos produtos orgânicos *in natura* nos pontos de comercialização de produtos orgânicos do município de Nova Friburgo foi realizada somente uma vez, no mês de outubro do ano de 2016 nos seguintes estabelecimentos varejistas: Superpão, Extra, Tutifruiti, Casa Friburgo e Armazém Sabor da Roça. Também foram pesquisadas as cestas em domicílio e grupos de compras coletivas na cidade de Nova Friburgo, a partir dos canais de comercialização acessados pelos membros do grupo Friburgo SPG ABIO.

Para sistematização e padronização das informações coletadas, foi criada uma planilha simples padrão para as coletas de preço nos diferentes pontos de comercialização. Os dados eram transcritos para o formato digital para da PESAGRO CEPH/OAO que centralizava e sistematizava as informações. Os dados quantitativos e qualitativos dos produtos orgânicos foram classificados por categorias de acordo com as características das partes consumidas e de atributos como cor, forma e uso.

Para análise dos dados de preços da venda direta e do varejo de Nova Friburgo, foram selecionados 22 produtos de cada categoria de acordo com a parte consumida, sendo estas: Hortaliças tipo Bulbo, Tubérculos, Raízes e Rizomas; Hortaliças tipo Folha, Flor e Haste; Hortaliças tipo Frutos; Frutas; Ervas, temperos, flores e sacarinas; Produtos de origem animal;

Produtos processados. Para análise dos preços da venda direta nas feiras nos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo foram selecionados 27 produtos.

As informações primárias, foram obtidas através da participação observadora da autora em reuniões do grupo Friburgo SPG ABIO, conversas com agricultores, pesquisas de oferta e preços (alvo principal da nossa pesquisa) com observações mensais nas feiras e nos espaços de comercialização no varejo (mercados, mercearias e lojas especializadas) e entrevistas com produtores e “gerentes” dos pontos de venda de acordo com os temas atuais que eram gargalos para os produtores..

Foram levantadas algumas informações complementares para abordar aspectos ligados à legislação e a qualidade dos produtos orgânicos, visando discutir a apresentação e rotulagem dos produtos orgânicos, embalagens, e não conformidades orgânicas. Essas ações permitiram elencar gargalos, demandas por pesquisa, ensino e ATER, bem como possíveis alterações na regulamentação da agricultura orgânica e do sistema agroalimentar (classificação e registros) além de ações para identificar, priorizar e agarrar (planejar) as oportunidades de melhoria.

O mesmo projeto de pesquisa da PESAGRO – RIO (FONSECA, 2016) coletava preços na feira de Teresópolis da AAT, mas não foi objeto de análise dessa dissertação. Entretanto, as informações de Teresópolis só serão usadas para comparação de preço com Nova Friburgo, não sendo caracterizados os produtores, os produtos e os canais de comercialização ficando para outro estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Agricultura Orgânica Agroecológica no Município de Nova Friburgo e Região: Produção, Canais de Comercialização e Construção do Conhecimento Agroecológico.

A oferta de produtos orgânicos no município de Nova Friburgo teve início na década de 80, onde um grupo de produtores, consumidores e técnicos, em um contra-movimento à política de modernização da agricultura praticada pela grande maioria dos produtores da região inaugurou em, 1984, a Feirinha da Saúde. A oferta de produtos era bastante diversificada e sua localização era a rua do antigo INSS, próximo a Praça Getúlio Vargas, Centro da cidade Nova Friburgo. Contava com produtores de Nova Friburgo, Bom Jardim, Duas Barras, Cachoeiras de Macacu e Sumidouro. Após a criação da feira, os produtores sentiram necessidade de se organizar e fundaram a ABIO no ano de 1985, organização sem fins lucrativos de âmbito estadual (FONSECA, 1999; FONSECA 2000). Ao final da década de 80 a ABIO cria suas normas baseadas nas da IFOAM, sendo uma certificadora até o ano de 1999, início da regulamentação. Essas normas serviram para muitas associações da agricultura orgânica, pelo fato da ABIO ter sido uma das pioneiras no Brasil. Com a publicação da IN nº 007/99 (BRASIL, 1999) a ABIO passa a seguir a normativa brasileira para avaliar a qualidade orgânica das práticas agrícolas, ambientais e sociais na produção dos seus associados.

Na comercialização, após a Feirinha da Saúde, dois produtores membros da ABIO, que em 2016 eram membros do grupo Friburgo SPG ABIO, continuaram a ofertar semanalmente produtos orgânicos na Rua José Eugênio Muller, centro da cidade, e também no Mercado da Vila Amélia.

Ao longo dos anos 80, abriram dois restaurantes em Nova Friburgo que tinham relação com alimentação alternativa, o *Campo Verde* e o *Terra Azul*, além do funcionamento de uma cooperativa de consumidores denominada *Pacha Mamma*, que funcionava como entreposto da COONATURA (CASTANEDA, 2010).

Em 1988, foi criada a primeira estação de pesquisa voltada para agricultura orgânica da América Latina, a Estação Experimental de Nova Friburgo (EENF) da PESAGRO- RIO, em Campestre, no 3º Distrito, através de uma doação do município para a empresa do Estado. Ao longo de algum tempo, foram realizadas diversas atividades na estação experimental, como por exemplo, pesquisas com adubação verde, fruticultura e análises de solos para produtores rurais⁶. No ano de 2006 o espaço da EENF mudou o nome para Centro Estadual de Pesquisa em Horticultura (CEPH) estando dividido em dois espaços territoriais e linha de pesquisa: um que é o campo experimental ocupado por agricultores familiares parceiros, desde o início dos anos 2000, que produzem de forma convencional através de um contrato. Nesse contrato consta que os agricultores familiares convencionais devem iniciar a transição agroecológica das áreas. Porém, como não existe pesquisador nem os cargos de chefia e subchefia são ocupados por profissionais com formação e especializado em práticas agrícolas em Nova Friburgo na PESAGRO, com conhecimentos agrônômicos, a transição agroecológica nunca foi realizada nem se estabeleceram parcerias com organizações, ou contratações de profissionais com experiência nas práticas agrícolas da agricultura orgânica para realizar a transição agroecológica. A contratação pelo Programa Rio Rural de técnico

⁶As análises de solos iniciaram-se nos anos 90 e terminaram com a saída dos pesquisadores na área produção vegetal face baixos salários no final da primeira década do século XXI. Desde então o foco da unidade são as pesquisas realizadas no Observatório da Agricultura Orgânica coordenado pela única pesquisadora remanescente do concurso público realizado nos anos 90 na PESAGRO-RIO.

agrícola foi a solução encontrada, mas não implantada, com as interrupções face a crise financeira do Estado. Nesse mesmo espaço do campo experimental ficava o laboratório de solos, referência na região durante muito tempo, fechado em 2013. Atualmente, foi feito um termo de cooperação técnica da PESAGRO com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) campus Nova Friburgo, para reativação e ampliação da capacidade analítica do CEPH – (PESAGRO – RIO) para suporte ao Programa de Biorremediação do Agrossistemas Contaminados por metais pesados e agrotóxicos da Bacia Rio dois Rios, porém não há pesquisador da PESAGRO na equipe.

Em 1992, durante a Eco 92, na cidade do Rio de Janeiro, aconteceram no município de Nova Friburgo, eventos técnico científicos que envolviam a agricultura orgânica e a ABIO. O objetivo era apresentar a IFOAM (que teria sua 9ª Conferência Internacional em São Paulo) a comunidade orgânica da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro (FONSECA, 1999).

Dando continuidade aos mecanismos de garantia e informação da qualidade orgânica, iniciado com as normas orgânicas nos anos 80, a ABIO, no ano de 1992, lança seu selo, para melhor identificação junto aos consumidores dos produtos da agricultura orgânica (Figura 10.).



Figura 10. Selo da Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro.

Em meados da década de 90 (1996/1997), duas produtoras orgânicas do município de Nova Friburgo, iniciaram a oferta de orgânicos nos supermercados da cidade do Rio de Janeiro, na rede Zona Sul (FONSECA, 2000). Identificaram rapidamente as regras impostas pelos grandes varejistas (frequência, preços, diversidade, código de barras, sobras, etc) e avaliaram que não conseguiriam atender a todas essas regras além dos desgastes físicos nas entregas, passando os pontos nas lojas da rede de supermercado para o Sítio do Moinho e, optaram pelo aumento da oferta no mercado local na cidade de Nova Friburgo, pois as relações comerciais se davam de maneira mais direta com menores custos de logística.

Em 1992, em Nova Friburgo, o Sítio Cultivar deu início as suas atividades com agricultura orgânica. Ofertando no Rio de Janeiro em 1996, e posteriormente, ofertaram seus produtos orgânicos nos supermercados locais (Casa Friburgo e Cavalão Preto), no ano de 1997, e no Supermercado ABC em 1999 (FONSECA, 1999).

Em 1992/1993, pesquisadores e professores da Rural criaram a fazendinha Agroecológica do Km 47, na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Esse mesmo grupo, ganhou em 1997 edital RECOPE (Recursos FAPERJ) para constituição da Redes de Pesquisa, com a proposta da Rede Agroecologia Rio, onde 01 dos pólos de atuação para ensino, pesquisa e ATER, estava no município de Nova Friburgo, no 2º Distrito Riograndina, Comunidade Janela das Andorinhas. A inclusão da EMATER-RIO da ABIO e da ASPTA na parceria em prol da construção do conhecimento agroecológico ampliava, integrava e interiorizava as ações para o desenvolvimento da agroecologia e da agricultura orgânica. Além da visão multidisciplinar, a proposta incorporava novas metodologias de ensino, pesquisa e ATER considerando o protagonismo dos agricultores. No final da década de 1990,

início do século XXI, a comercialização dos produtos orgânicos oriundos dos produtores da ABIO de Nova Friburgo e região, eram feitas de forma direta (cestas em domicílio, feira da Glória na cidade do Rio de Janeiro) e na forma indireta (pequenas distribuidoras, supermercados, mercados locais). As relações comerciais com o grande varejo foram se deteriorando, e as distribuidoras de orgânicos na região da Serra diminuíram suas atividades chegando algumas a fecharem (Horta Orgânica em São José do Vale do Rio Preto fecha em 2009 (Felippe, 2017) e Agrinatura em Teresópolis, por exemplo).

Enquanto aconteciam as discussões sobre a regulamentação brasileira da agricultura orgânica, as atividades de produção e os gargalos tecnológicos, apoiaram a realização, em 2002, do I Congresso Brasileiro de Agricultura Orgânica em Nova Friburgo, no Country Clube, onde tiveram presentes estudantes, técnicos e produtores.

Em 1998 é instalado no 3º Distrito, o CEFFA Rei Alberto I, onde pesquisadores da PESAGRO apoiavam as atividades de formação para o desenvolvimento sustentável da região.

No ano de 2005⁷, o Núcleo de Pesquisa e Treinamento para Agricultores (NPTA) da Embrapa Agrobiologia se iniciou processo de maior incidência da Embrapa na região e começou seu trabalho no 2º Distrito em Riograndina, comunidade Janela das Andorinhas com pesquisas sobre o uso de resíduos da indústria têxtil para adubação orgânica na cultura do caqui. Posteriormente no 3º Distrito do município com utilização de adubos verdes. Em 2007, através de negociações entre EMBRAPA e Prefeitura Municipal de Nova Friburgo (PMNF), com objetivo de criar condições para adaptações para a adaptação e disseminação de conhecimentos e tecnologias de base agroecológicas, adequados à realidade dos ambientes de montanha da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, foi inaugurado o escritório na Sede da Secretaria Municipal de Agricultura, antiga rodoviária ao lado da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo (ANTONIO, 2017),

No final de 2007, a ABIO preocupada com a comercialização local dos produtos orgânicos, apoiou os produtores de Friburgo e região com a aquisição de 2 barracas e foi inaugurada a feira orgânica na Praça do Cônego (GUIMARÃES, 2012). Além disso, desde 2006 se tentava abertura de novos locais de comercialização (feiras) na cidade do Rio de Janeiro. Em maio de 2010 houve a inauguração no Rio de Janeiro do CCFO (ABIO e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEDES).

Em 2008, com a conclusão e publicação dos regulamentos técnicos da agricultura orgânica, a ABIO opta pelo SPG e em 2011 o grupo Friburgo recebe o certificado de número 1 (ABIO, 2012).

No ano de 2011, a Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro foi atingida pela maior catástrofe ambiental “natural” do Brasil e do mundo atingindo também o município de Nova Friburgo, devido a um grande volume de chuvas decorrentes de um Evento Hidrológico

⁷ Os recursos usados para a instalação do NPTA, vieram de uma emenda parlamentar do Deputado Federal do PT, Jorge Bittar que deveriam ser nacionalmente usados no desenvolvimento da EENF da Pesagro-Rio. Entretanto, questões políticas entre o poder público municipal e estadual, fizeram com que os recursos não fossem para a Pesagro. Esta ação, inclusive, com a construção de unidade laboratorial no 3º Distrito (Santa Cruz) próximo a localidade de Campestre, onde estava a Pesagro desde 1988, demonstra que a parceria que construiu a Fazendinha Agroecológica do km 47 (UFRRJ, Embrapa, Pesagro) em 1992/1993 estava sendo quebrada quando o processo de interiorização da Embrapa que no estado do Rio de Janeiro possui 03 centros nacionais. Esta atitude abalou as relações sociais entre os pesquisadores das duas organizações de pesquisa que compunham o grupo de agricultura orgânica no CNPq de renome nacional. Os baixos salários e ausência de investimento eram face da mesma moeda de desmonte da ação pública no setor.

Externo (EHE). Foram registrados até 250 mm de acordo com Dourado (2012). Este grande volume de chuva de forma intensa, aliado à saturação do solo e vulnerabilidade dos ambientes de montanha da região, ocasionou transbordamento de rios e córregos e diversos tipos de movimentação de massa de encostas.

Somente no município de Nova Friburgo, ocorreram cerca de 3 mil deslizamentos de terra no município, 900 mortes e centenas de pessoas desaparecidas, desabrigadas, estradas e pontes destruídas, moradias, plantações, contabilizando perdas expressivas no setor agrícola (ANTONIO, 2017). A cidade ficou sem os serviços essenciais como água potável, energia elétrica e sistema de telefonia. Forças de Segurança Nacional foram deslocadas para a região, a fim de auxiliar no resgate das vítimas, na segurança da população e na distribuição de mantimentos. O diagnóstico da Secretaria do Estado de Agricultura e Pecuária (SEAPEC, 2011) estimou que 1400 hectares sofreram erosão laminar superficial e 900 hectares formaram-se voçorocas. O Programa RIO RURAL⁸ Emergencial garantiu recursos a fundo perdido para o desenvolvimento de ações voltadas para atendimento as famílias rurais mais atingidas pela catástrofe, aplicados principalmente para minimizar os prejuízos e evitar o abandono das áreas de produção, além de contribuir para o reordenamento do uso do solo, com incentivos para adoção de práticas agroecológicas e ambientais, tais como o uso de adubos verdes.

Após a catástrofe, os produtores orgânicos não voltaram para a feira do Cônego, pois buscavam um local mais central do município. Nessa época, os produtores orgânicos não afetados já vinham escoando sua produção para a cidade do Rio de Janeiro através do CCFO, inaugurado em maio de 2010 (FONSECA e colaboradores, 2011). Para o fornecimento ao CCFO, os membros do grupo Friburgo SPG da ABIO (que estava em construção) se organizaram e denominaram-se Grupo Orgânicos da Serra. Em fins de 2011, os produtores orgânicos, organizados no grupo Friburgo SPG da ABIO solicitaram a Pesagro/CEPH/OAO apoio para a reinauguração da Feira orgânica em Nova Friburgo.

Com a demanda identificada no ano de 2011 pelos membros do grupo Friburgo SPG da ABIO/ Grupo de Comercialização Orgânicos da Serra, a PESAGRO RIO e a ABIO usando a identidade do grupo, iniciam o apoio para a reconstrução desse canal de comercialização. Nessa época, o grupo tinha a opção de comercializar seus produtos na COOPFEIRA da Vila Amélia, onde já havia um membro do grupo comercializando há alguns anos. Entretanto, após discussões, a maioria decidiu pela feira específica de produtos orgânicos, pois, dentre outros argumentos, não queriam misturar a comercialização de produtos orgânicos com produtos convencionais. Na Tabela 7 apresenta-se os resumos das ações realizadas para este fim.

⁸ O Programa Rio Rural, construído em 2006 com ações inicialmente nas regiões norte e noroeste do Estado do Rio de Janeiro, teve proposta de financiamento adicional aprovada pelo banco mundial, onde as ações na Região Serrana seriam implantadas após 2010. Cerca de 90% dos recursos do Programa Rio Rural eram pra atender beneficiários dos incentivos planejados e conduzidos pela EMATER. A proposta da Pesagro, coordenada pelo núcleo de pesquisa participativa, dava continuidade a proposta de desenvolvimento da agroecologia e da agricultura orgânica na região, com foco nas redes alternativas alimentares. No FA, havia propostas aprovadas de instalação da Fazendinha Agroecológica da Serra, no campo experimental do CEPH, materializando a proposta de integração entre as organizações e os setores em prol da reconstrução do conhecimento agroecológico nascida no século passado, racionalizando e integrando infraestruturas, recursos humanos e financeiros.

Tabela 7. Ações para reconstrução do Canal de Comercialização Feira Orgânica em Nova Friburgo – RJ no ano de 2011.

ACÇÕES	DESCRIÇÃO
INSTITUCIONAIS	Articulação para a liberação do espaço pela Prefeitura Municipal de Nova Friburgo (PMNF) através da Sub Secretaria de Posturas; Visitas da PESAGRO em áreas de Produção Orgânica junto com a Sub Secretaria de Posturas de Nova Friburgo para constatação da efetividade da oferta no município;
ORGANIZACIONAIS	Parcerias com a EMATER para disponibilização das barracas; Reuniões para construção dos acordos e compromissos para o funcionamento (Anexo C).
INFRA ESTRUTURA	Aquisição de balança digital e levantamento dos custos de barracas; Construção da marca Circuito da Serra de Feiras Orgânicas; Padronização do layout (Avental, boné, bandeira, tabela de preços, histórico das áreas);
DIVULGAÇÃO	Distribuição de cestas de produtos orgânicos em eventos; Divulgação da feira com filipetas e banner; Reuniões estratégicas com consumidores/ associações/ universidades/ ecochefs; Contato com os restaurantes para o levantamento das demandas. Entrevistas rádios, televisão e jornal.

Fonte: Guimarães (2012).

Identificada a demanda de comercialização pelos produtores orgânicos membros do grupo Friburgo SPG da ABIO, a PESAGRO CEPH/OAO submeteu um projeto de pesquisa participativa para o Programa Rio Rural, através do Núcleo de Pesquisa Participativa (NPP), para criação de uma Unidade de Pesquisa Participativa (UPP) em Indicadores de Produção e Comercialização na Agricultura Orgânica. O objetivo geral da UPP era contribuir para o acesso dos produtores orgânicos da região serrana cadastrados no MAPA aos diversos canais de comercialização, priorizando os circuitos curtos de comercialização na modalidade venda direta: feiras, hotéis e restaurantes, cestas à domicilio e aos programas do governo (PAA e PNAE⁹). Além do apoio ao acesso aos diversos canais de comercialização, o projeto da UPP visava fortalecer a construção de redes de produção e consumo que envolvessem um amplo leque de organizações sociais, a articulação produtor consumidor formando consumidores conscientes, aproximação do urbano com o rural, além da aproximação dos produtores de alimentos e chefes de cozinha (FONSECA, 2011).

O Projeto UPP em Indicadores de Produção e Comercialização na Agricultura Orgânica teve a sua primeira fase no período de 01/2011 a 12/2012 com ações para o desenvolvimento da Agricultura Orgânica, coordenado pela pesquisadora Maria Fernanda de Albuquerque Costa Fonseca, com apoio de bolsistas da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e estagiárias do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) para SEAPEC, em parceria com organizações públicas e privadas, antes da contratação da consultoria do Banco Internacional para Reconstrução e

⁹Maiores informações sobre PAA e PNAE ver em Fonseca et al. (2011) e nos sítios da internet do MDA e MDS.

Desenvolvimento (BIRD), para assessorar a reorientação de sistemas produtivos na região serrana através de pesquisa participativa.

Em meados de 2012, foi elaborado um Termo de Referência (TDR) para contratação de consultoria individual para assessorar a reorientação de sistemas produtivos na região serrana através de pesquisa participativa do Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro (RIO RURAL BIRD, 2012).

Aconteceram participações do Núcleo de Pesquisa Participativa (NPP)/PESAGRO, coordenação serrana Rio Rural, nas ações da Rede de Pesquisa, Tecnologia e Serviços Sustentáveis em Microbacias Hidrográficas com a sensibilização/articulação dos atores. Foi dado apoio técnico e administrativo nas reuniões bimensais, extraordinárias e nas visitas de verificação da conformidade orgânica do grupo Friburgo SPG da ABIO. Foram feitas visitas técnicas e apoio aos jovens rurais técnicos agrícolas do CEFFA, para construção do conhecimento agroecológico além do apoio à implantação da feira orgânica de Nova Friburgo.

A equipe do PESAGRO CEPH/OAO construiu a marca do CSFO em parceria com o grupo e padronizou o *layout* visando a divulgação e organização da feira, aventais, camisas, adesivos, bolsas, panfletos e banners de divulgação do CSFO, conforme Figura 11.



Figura 11. Logo do Circuito da Serra de Feiras Orgânicas. Fonte: PESAGRO CEPH/OAO (2012).

Em agosto de 2012, por iniciativa dos produtores membros do grupo Friburgo SPG da ABIO, com o apoio do Programa Rio Rural, PESAGRO-RIO, Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, EMATER-RIO e Embrapa NTPA, a feira orgânica de Friburgo é reinaugurada na Praça do Suspiro, centro da cidade, local turístico pela atração do teleférico parado com a catástrofe. O local escolhido pelos produtores inicialmente seria a Praça Getúlio Vargas, mas a prefeitura queria revitalizar a Praça do Suspiro, devido a catástrofe do ano de 2011, cedendo então este espaço para o grupo.



Figura 12. Inauguração da Feira Orgânica na Praça do Suspiro. Prefeito, Coordenação Executiva da ABIO e Pesquisadora da PESAGRO CEPH/OAO - agosto 2012. Foto: Anny de Paula Machado (2012).

Para inauguração da feira em Nova Friburgo em 2012, Figuras (12 e 13), a ABIO e a PESAGRO RIO, além de se espelhar nos acordos e compromissos do CCFO (ABIO, 2010), lançaram a proposta do CSFO (ABIO, 2012), a começar por Nova Friburgo e pretendendo organizar os membros do grupo Friburgo SPG ABIO da região Serrana, numa mesma proposta que os caracterizasse, os identificasse para a sociedade e para os consumidores como produtores que seguem as práticas da agricultura orgânica e os princípios da agroecologia. Os acordos de funcionamento construídos estão no ANEXO C.

Em 2012, participavam da Feira Orgânica de Nova Friburgo, no CSFO, 13 famílias de produtores orgânicos cadastrados no MAPA, membros do grupo Friburgo SPG da ABIO, dentre eles agricultores familiares, pequenos produtores e comerciante (visando diversificar a oferta principalmente de produtos processados). O escopo principal dos membros era a produção primária vegetal, conforme definido pela regulamentação oficial da produção orgânica em vigor (GUIMARÃES, 2012).



Figura 13. Inauguração da Feira Orgânica na Praça do Suspiro. Produtor Bicalho e Produtos Murata - Produtores do Sítio São Bernardo e Sítio Irmãos Cardinot - agosto 2012.

Apesar da divulgação, com o passar dos anos os produtores orgânicos foram se desmotivando em comercializar os seus produtos na feira da Praça do Suspiro e aos poucos foram saindo. No início do ano de 2014, os produtores orgânicos decidiram finalizar a feira orgânica na Praça do Suspiro, sendo que alguns foram para o Mercado da Vila Amélia e outros para a Praça do Cônego.

O Sítio Cultivar (4^o Distrito) na localidade Ponte Branca e o Sítio São Bernardo (Distrito), localidade Cardinot se juntaram ao Sítio Irmãos Cardinot, que já tinha uma banca e comercializava orgânicos desde o final da década de 90 no Mercado da Vila Amélia e ao Sítio Três Irmãos, que iniciou a comercialização neste espaço em outubro de 2013.



Figura 14. Banca do Sítio Cultivar no Mercado da Vila Amélia – Ano 2017.

A comercialização dos agricultores familiares convencionais nos mercados institucionais, com o aumento das políticas públicas para agricultores familiares, a Emater-Escritório Local (Esloc) Nova Friburgo e a PMNF, foram agentes executores do PNAE e do PAA, como primeiro município do Estado do Rio de Janeiro.

Em 2015 o Sítio Cultivar, no município de Nova Friburgo, teve experiência de fornecimento de produtos orgânicos para a alimentação escolar (PNAE) à escola estadual no município ao longo do contrato por um semestre. Nos anos de 2016 e 2017, respectivamente primeiro e segundo semestres, forneceu para o PAA. Em entrevista realizada em 2017, os principais problemas elencados pela produtora foram: baixo valor dos produtos (mesmo com as vantagens e facilidades que o programa ofereceu para os orgânicos); logística para entregas em escolas eram complexas (muitas escolas em diferentes bairros); algumas merendeiras não realizavam o pedido conforme contrato; no PAA, o local de entrega dos produtos orgânicos era na CEASA de Conquista, muito distante e dependia de assinaturas frequentes do produtor. Apesar dos preços baixos, as vantagens do programa eram o escoamento dos produtos excedentes do sítio, além da colaboração do fornecimento de produtos saudáveis para a alimentação escolar.

Além dos produtores orgânicos do grupo Friburgo SPG ABIO, de acordo com pesquisa realizada no CNPO atualizado em junho de 2017, o município de Nova Friburgo

possua produtores orgânicos que utilizavam outros mecanismos de garantia da conformidade orgânica: são certificados por auditoria pelas certificadoras Ecocert e INT. Na Tabela 8 apresenta-se o número de produtores orgânicos de Nova Friburgo cadastrados no CNPO do MAPA e os escopos produtivos.

Tabela 8. Produtores orgânicos do município de Nova Friburgo cadastrados no CNPO – MAPA junho de 2017.

QUANTITATIVO	OAC	OPAC (ABIO)	TOTAL
Produtores orgânicos	05	09	14
Escopos produtivos	06	11	17

Fonte: CNPO do MAPA (2017).

Dois produtores orgânicos utilizavam os dois mecanismos de garantia da qualidade orgânica, eram membros do grupo Friburgo SPG da ABIO e eram certificados por auditoria. Os dados referentes aos produtos orgânicos aprovados para comercialização estão incompletos no CNPO, já que de alguns produtores não constam as atividades.

Em 2009/ 2010, com a regulamentação da agricultura orgânica, o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) Nova Friburgo incentivou a certificação individual de produtores orgânicos já membros do SPG ABIO.

No início de 2017, através do Programa “ Sebrae Orgânico”, que tem como diretriz promover o fortalecimento da cadeia produtiva de orgânicos e ao mesmo tempo colaborar com a saúde do produtor, do consumidor e do ambiente (SEBRAE, 2017), fomentou a organização de um grupo de produtores do município de Nova Friburgo através de parceria com a ABIO, para construir grupo de SPG com cerca de 15 novos produtores. Após articulação inicial, houve um esforço da ABIO junto ao grupo Friburgo SPG da ABIO e o grupo em formação denominado “Biodiversos” para manter um único grupo de SPG em Nova Friburgo e região. Isso aconteceu em julho de 2017 com apoio do PRR. Alguns desses produtores orgânicos eram oriundos dos que recebiam incentivos (isenção de custos da certificação orgânica por alguns anos.

4.2 Perfil dos Membros do Grupo Friburgo do SPG ABIO

Para definição do perfil dos produtores orgânicos de Nova Friburgo e regido, em 2016 e 2017, período de pesquisa, trabalhou-se somente com o grupo que já estava registrado no CNPO do MAPA e nos arquivos ABIO (2017). O grupo Friburgo SPG ABIO é bastante diversificado, tanto em produção (produtos *in natura*, processados, produção animal e vegetal), quanto em recursos e informações, com histórico na atividade há mais de 30 anos. O perfil de produtores é composto por pequenos produtores, agricultores familiares e neorurais (renda não agrícola), tais como pesquisadores, aposentados, técnicos e consultores na área agrícola e ambiental, cineastas e educadores que não tem como renda principal a produção de alimentos orgânicos.

Outra característica é que a maioria dos membros habita na área rural e que membros da família participam de alguma fase da atividade. Além do apoio de algumas instituições, também pode considerar como ponto positivo do grupo a diversidade climática dos municípios onde estão localizadas as áreas de produção, o que favorece a possibilidade de terem uma maior diversidade de oferta de produtos em diferentes épocas do ano.

De um modo geral as unidades de produção orgânica estão situadas em pequenas áreas, conforme dados do plano de manejo da ABIO, abrangendo 5 municípios da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro sendo eles Nova Friburgo, Bom Jardim, Cordeiro, Duas Barras e Sumidouro, conforme demonstra a Figura 15.

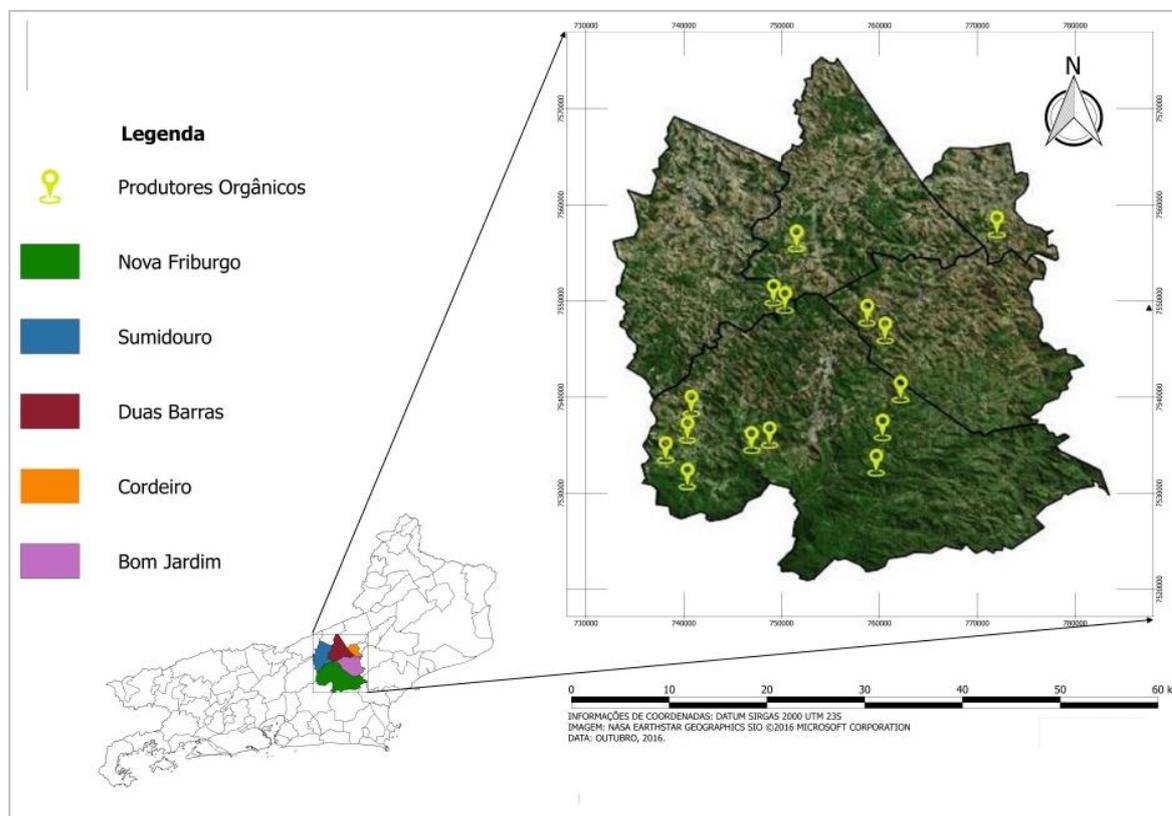


Figura 15. Mapa de Localização das Unidades Produtivas do grupo Friburgo do SPG da ABIO no Estado do RJ – Ano 2017. Fonte: FONSECA et al 2016.

Sistematizou-se o perfil da produção orgânica na Tabela 8. Os escopos produtivos dos membros do grupo Friburgo SPG da ABIO são: produção primária vegetal (hortaliças e frutas) e processamento de produtos de origem vegetal (processamento mínimo, doces e compotas), produção primária animal (apicultura, avicultura postura) e processamento de produtos de origem animal (mel e ovos). Todos os produtos processados dos membros do grupo possuíam os devidos registros (sanitários e alvará de funcionamento). O grupo Friburgo SPG ABIO possuía 14 membros com 18 escopos produtivos, conforme Tabela 9 a seguir.

Tabela 9. Produtores orgânicos registrados no CNPO membros do grupo Friburgo do SPG da ABIO, localização e escopo – junho 2017.

Produtor	Localidade	Escopo
1	Cordeiro	Produção Primária Vegetal
2	Nova Friburgo	Produção Primária Vegetal e Produção Primária Animal
3	Nova Friburgo	Produção Primária Vegetal
4	Bom Jardim	Produção Primária Vegetal
5	Nova Friburgo	Produção Primária Vegetal
6	Bom Jardim	Produção Primária Vegetal
7	Duas Barras	Produção Primária Vegetal
8	Duas Barras	Processamento De Produtos De Origem Vegetal; Produção Primária Vegetal e Produção Primária Animal
9	Nova Friburgo	Produção Primária Vegetal
10	Sumidouro	Produção Primária Vegetal
11	Nova Friburgo	Produção Primária Vegetal
12	Nova Friburgo	Produção Primária Vegetal
13	Duas Barras	Produção Primária Vegetal
14	Nova Friburgo	Produção Primária Vegetal/ Produção Primária Animal

Fonte: CNPO do MAPA (julho 2017)

Apesar da diversidade de produção, recursos e informações, os produtores orgânicos membros do grupo Friburgo SPG da ABIO trabalham individualmente, o que dificulta o desenvolvimento de atividades no coletivo como o planejamento coletivo da produção, a organização da comercialização nos diferentes locais do município e canais de comercialização, as compras coletivas de insumos e o turismo rural.

Os canais de comercialização acessados pelos membros do grupo Friburgo SPG da ABIO encontram-se sistematizados na Tabela 10:

Tabela 10. Canais de Comercialização acessados pelos membros do grupo Friburgo SPG ABIO.

Canal de Comercialização	Número de Produtores que usam o canal de comercialização
Feira do Mercado da Vila Amélia – NF	03
Ponto do Cônego (venda direta) – NF	02
Cestas em Domicílio – NF	04
Cestas em Domicílio – RJ	02
Mercados e Supermercados – NF	03
Lojas especializadas – NF	01
Restaurantes – NF	01
Feiras de CCFO – RJ	05
Feira AAT – Teresópolis	01
Mercado Institucional (PAA e PNAE)	01
Total	23

O canal de comercialização acessado por mais produtores orgânicos do grupo Friburgo do SPG ABIO é o CCFO, seguido das cestas em domicílio no município de Nova Friburgo, dos mercados, supermercados locais e das feiras. Ou seja, uso dos circuitos curtos

4.3 Canais de Comercialização em Nova Friburgo

A comercialização dos produtos orgânicos no município de Nova Friburgo pelos membros do grupo Friburgo SPG ABIO era feita no que chamamos Circuitos Curtos de Comercialização, de acordo com definição de DAROLT (2013).

A Figura 16 demonstra a linha do tempo dos canais de comercialização dos produtos orgânicos acessados pelos membros do grupo Friburgo SPG ABIO.



Figura 16. Linha do Tempo do início das ações de comercialização de Produtos Orgânicos pelos membros do Grupo Friburgo SPG da ABIO.

Os produtos orgânicos ofertados pelo grupo Friburgo do SPG da ABIO são encontrados no município de Nova Friburgo no Mercado da Vila Amélia, na Praça do Cônego, em alguns restaurantes, entregas de cestas em domicílio, lojas especializadas, feiras específicas, mercearias, pequenos supermercados no município de Nova Friburgo e nos programas governamentais (PAA e PNAE).

4.3.1 Feiras

No município de Nova Friburgo existiam (2016 e 2017) duas opções de feira para oferta de produtos orgânicos: o mercado da Vila Amélia no Centro (03 bancas) e o ponto de venda no Cônego (01 barraca) sempre aos sábados.

O Mercado da Vila Amélia foi reconhecido como patrimônio histórico, de propriedade da Associação Friburguense de Amigos e Pais do Educando (AFAPE). A residência da chácara da Vila Amélia foi tombada provisoriamente pela prefeitura municipal, sendo no passado a chácara do português Antônio Pinto Martins. Nascido em 1º de julho de 1862, natural do Minho, em Portugal, veio para o Rio de Janeiro com onze anos de idade trabalhando como caixeiro. Com o tempo, de empregado se tornou dono de uma empresa. Casou-se com Carolina Gomes da Rocha em uma de suas viagens a Portugal, tendo o casal

oito filhos. Em 1914, aos 52 anos de idade, Antônio Martins decidiu residir com a família em Nova Friburgo. O Seu Martins, como era conhecido, adquiriu o imóvel da Família Salusse, conhecido como Sítio do Relógio. Explorou comercialmente a chácara, construiu o Mercado Villa Amélia onde vendia laticínios como leite, queijo e manteiga, verduras, legumes, frutas frescas e em conserva, mel, embutidos e linguiças defumadas, conforme Figura 17.



Figura 17. Mercado da Vila Amélia no início do século XX. Fonte: <https://avozdaserra.com.br/colunas/historia-e-memoria/origem-da-feira-da-vila-amelia>

Em Janeiro de 1915, Seu Martins registrou a logomarca V.A., de Villa Amélia, com um V e um A entrelaçados para distinguir os seus produtos. A linda residência que construiu ficou conhecida como “mansão da Villa Amélia”. Na chácara da Vila Amélia haviam árvores frutíferas (pereiras, macieiras, goiabeiras, canforeiras, jabuticabeiras, laranjeiras, caquis, tojos, bananeiras, pita e nêspers) cujas mudas vieram de Portugal. No brejo, parte baixa da propriedade, plantavam hortaliças, legumes e aspargos. Nas partes mais altas plantava-se café. Em um galpão, ficava o fumeiro onde eram defumadas as linguiças de porco, feitas na propriedade. Na entrada, muitas hortências ladeando todo o caminho até chegar à casa da família. No meio de uma enorme touceira de hortências se erguia um sobreiro, árvore que Antônio Martins trouxe de Portugal e de onde tirava a cortiça para fazer rolhas para as garrafas do vinho que produzia.

Na chácara havia duas nascentes próprias e uma delas com uma queda d'água que formava uma cascata que deram o nome de Cascata Carolina. Um moinho e um riacho acionava um monjolo com um cata-vento. As uvas eram produzidas ao longo do Córrego do Relógio, que era canalizado. As videiras desciam pelo córrego sobre uma pérgula de ferro e forneciam sombra aos que por ali transitavam nos dias de sol causticante. Os veranistas que

passeavam na Praça do Suspiro geralmente percorriam as margens do Córrego do Relógio apreciando suas videiras até alcançar a propriedade de Antônio Martins e adquirir produtos da chácara como o seu famoso mel. Martins trouxe de Portugal a árvore que florescia a flor de tojo, cujo pólen servia para o seu apiário. A família se orgulhava do mel produzido que chegou a ganhar medalha de ouro em Bruxelas, a medalha Mel Flor de Tojo. Desde então, foi feito um rótulo com a estampa da medalha e colocado nos frascos de mel. Estábulo, paiol, vacas, cabras, porcos, enfim, a chácara localizada no coração da cidade, atraía a atenção de todos. Em frente à chácara passavam tropeiros com mercadorias do Campo do Coelho, e, possivelmente faziam intercâmbio comercial (BOTELHO, 2017).

Desde o ano de 2012, visando o resgate do ambiente da feira, o comerciante e administrador do espaço do Mercado da Vila Amélia na época, desenvolveu o Projeto Mãos na Massa, que aconteceu desde o ano de 2012 e tem por objetivo principal a diversão e troca de conhecimentos em torno do tema gastronomia. Trata-se de um workshop (oficina) culinária que acontecia aos sábados no mezanino do Mercado Central de Friburgo, na Vila Amélia, importante ação para reaproximação dos consumidores com os produtores. A cada sábado, tem um convidado diferente, chefs de restaurantes e hotéis, gourmet amadores, foodies de todas as tribos, qualquer um que tenha uma receita ou assunto interessante. As aulas em geral demonstrativas têm início às 10 horas e duração de 40 minutos a 1 hora. São gratuitas e qualquer pessoa pode participar, com limite máximo de 20 pessoas.

No Projeto Mão na Massa em 2014, o Sítio Cultivar que ofertava produtos orgânicos certificados, participou desse projeto junto com o chef em gastronomia do Sítio Montanhês, ambos do Circuito Turístico Ponte Branca¹⁰. Iniciaram a apresentação com um bate papo sobre certificação e manejo orgânico, e, posteriormente foi preparado um risoto de arroz orgânico com cubos de cenoura, acompanhado de uma salada de verduras (alface, rúcula, rabanete ralado, flores comestíveis e hortelã).



Figura 18. Logo do Projeto Mãos na massa do Mercado Central de Nova Friburgo. Foto: PMNF, 2015 – Secretaria Municipal de Turismo e Marketing de Nova Friburgo. Fonte: PMNF (2015).

¹⁰Circuito Turístico Ponte Branca foi criado no início dos anos 90, com objetivo de Turismo de esporte popular (caminhadas) associado a área rural, inicialmente em parceria com SEBRAE e IVV – Instituto da França

No Mercado da Vila Amélia, além de frutas, legumes e verduras (FLV)¹¹, ovos, vasos, flores e peixes, alimentos produzidos sob manejo convencional (uso de agrotóxico), são ofertados também produtos orgânicos de três produtores cadastrados no MAPA, membros do grupo Friburgo SPG da ABIO, que comercializavam seus produtos aos sábados: Sítio Cultivar, Sítio São Bernardo e Sítio Irmãos Cardinot. Todos os três sítios estão no município de Nova Friburgo. Esses três produtores possuem escopo de produção primária vegetal (03) e processamento de produtos de origem vegetal (01) e animal (01).



Figura 19. Banca do Sítio Irmãos Cardinot no Mercado da Vila Amélia – Ano 2016. Fonte: GUIMARAES (2016).

¹¹Para efeitos dessa dissertação:

Produtos convencionais – produtos sob manejo convencional preconizado na Revolução Verde.

Produto orgânico – Aqueles produzidos de acordo com a Lei 10.831/2003.



Figura 20. Banca do Sitio São Bernardo no Mercado da Vila Amélia – Ano 2016. Fonte: GUIMARÃES (2016).

O espaço do mercado da Vila Amélia oferta gêneros alimentícios variados. No mercado era comercializado uma grande variedade de FLV e ovos obtidos sob manejo convencional, de origem animal e vegetal atendendo a restaurantes e hotéis, mas também, a população. No espaço do mercado também existem peixarias, açougue, lojas de distribuição de mercadorias, produtos importados (bebidas e massas), serviços de alimentação (sucos, salgados, tapiocas, bebidas, etc).



Figura 21. Vista Geral do Mercado da Vila Amélia no município de Nova Friburgo. Fonte: <https://www.facebook.com/Mercado-Municipal-de-Nova-Friburgo-Feira-Vila-Amélia-988240377940479/>

Além dos produtos orgânicos do grupo Friburgo SPG da ABIO, o Mercado da Vila Amélia possui outras bancas que fornecem produtos orgânicos processados e produtos não orgânicos, como é o caso do Armazém Manjeriçã, que comercializava diversos produtos processados orgânicos, como café, arroz, geléias, sucos, além de produtos sem glúten, sem lactose e produtos artesanais (Figura 22).



Figura 22. Banca do Armazém Manjeriçã no Mercado da Vila Amélia - Ano de 2016. Fonte: GUIMARÃES (2016).

A banca Luz da Vida (Figura 23), comercializa suco verde de clorofila, produto não orgânico, mas, que pode ter alguns ingredientes orgânicos, além da oferta de alguns produtos orgânicos processados (por exemplo, Arroz Biodinâmico) e kits para produção de suco e brotos germinados (FONSECA e colaboradores, 2017).



Figura 23. Banca Luz da Vida no Mercado da Vila Amélia - Ano de 2017. Fonte: GUIMARÃES (2016).

A comercialização no Mercado da Vila Amélia é feita no atacado e no varejo e, o funcionamento do espaço é de segunda a sábado, porém, os produtores orgânicos só participam do espaço aos sábados. As lojas (box) funcionam todos os dias.

No que diz respeito a informação de Qualidade orgânica aos consumidores, existia dificuldade de identificação das bancas de orgânicos no espaço da Vila Amélia, além de estarem espalhados, misturados às bancas com produtos obtidos sob manejo convencional. Com relação à oferta de orgânicos, não existem produtos a granel (por exemplo, grãos), alguns são embalados e rotulados trazendo a origem. Normalmente quem ficava nas bancas vendendo os orgânicos eram os produtores e membros da família. Alguns produtores expõem os preços e o certificado.

Considerando a reestruturação do Mercado da Vila Amélia, anunciado pela atual gestão da PMNF e os 200 anos do município de Nova Friburgo no ano de 2018, sugere-se melhorias para este ponto de venda direta que também oferta produtos orgânicos. Um modelo de mercado que pode ser adequado a realidade do município é o Mercado do Porto em Portugal, como pode-se observar na Figura 24.

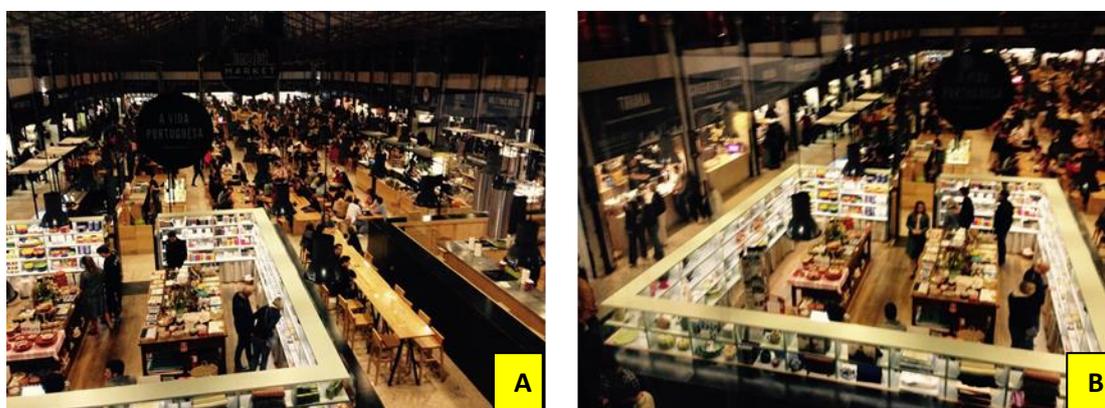


Figura 24. A e B. Mercado do Porto em Portugal, ano de 2016. Foto: Maria Fernanda de Albuquerque Costa Fonseca (Out. 2017).

O mercado do Porto serve como modelo para a reestruturação do Mercado da Vila Amélia pela organização do espaço gastronômico, limpeza, uso interno turístico, abertura todos os dias de semana, qualificação da oferta de produtos (diversificação, origem, venda no varejo).

Outras ações que podem ser consideradas visando à melhoria da oferta de produtos orgânicos e produtos de origem artesanal do Mercado da Vila Amélia é a criação coletiva de acordos de funcionamento do espaço, o incentivo a atividades culturais e de formação nesse local (música, teatro, gastronomia, palestras sobre alimentação e produção de alimentos, etc) aproximando os consumidores dos produtores, despertando o interesse da população urbana para o meio rural e trazendo renda para o produtor do município e região. Além da estrutura física, sugere-se um espaço identificado para os produtos orgânicos do município e região, facilitando a identificação pelos consumidores e evitando fraudes de produtores que não são orgânicos, mas se identificam como tal. Pela manhã poderia-se fazer venda a varejo e almoço. A noite espaço gastronômico.

No caso dos pequenos produtores, é fundamental considerar o apoio a legalização dos serviços de alimentação nas bancas através da regulamentação para o uso das cozinhas caseiras, desde que estas sigam as normas preconizadas pela RDC 49/2013 (BRASIL, 2013b)

identificando as estratégias que estão sendo usadas no município e comparando com estratégias de outros locais, desde estrutura física a marketing; entrevista com grupo focal de consumidores para avaliação da feira.

Outro canal de venda direta de produtos orgânicos tipo feira acessado pelos produtores orgânicos do grupo Friburgo SPG ABIO era o ponto de venda da Praça do Cônego, com a barraca cedida pelo Programa Rio Rural. A barraca comercializava produtos do Sítio Flor da Montanha de Nova Friburgo, localizado no Alto do Schuenck e do Sítio Irmãos Cardinot, localizado no Cardinot membros do grupo Friburgo SPG da ABIO. A feira acontecia aos sábados e além da barraca de produtos orgânicos, no mesmo espaço, em outras 2 bancas, comercializa-se produtos não orgânicos como shitake, queijos, pães, geléias e outros com outros produtores. Não há exibição dos preços e dos certificados de produtor orgânico, não existem regras na feira.



Figura 25. Barraca do Sítio Flor de Nova Friburgo na Praça do Cônego - agosto 2017.

4.3.2 Cestas em domicílio

A entrega de cestas de produtos orgânicos em domicílio é outro canal de comercialização acessado pelos produtores orgânicos há muito tempo (FONSECA, 2000). Quatro produtores membros do grupo Friburgo SPG ABIO, Sítio Cultivar, Sítio Irmãos Cardinot, Sítio da Pedra Solta e Sítio Florescer, forneciam produtos orgânicos no município através da entrega de cestas em diversas localidades, sendo estes: Sítio Cultivar, Sítio Irmãos Cardinot, Sítio da Pedra Solta e Sítio Florescer.

O Sítio Cultivar, localizado na Ponte Branca, produz orgânicos há 25 anos e entrou no mercado de Nova Friburgo há 20 anos. Além da comercialização de produtos orgânicos na

COOPFEIRA (Mercado da Vila Amélia) aos sábados, o sítio fornecia para os principais supermercados do município, restaurantes, mercearias e padarias. A entrega de cestas em domicílio, começou informalmente, com pedidos por email e telefone. A partir do mês de outubro de 2016, os pedidos passaram a ser feitos pelo portal na internet, onde o cliente se cadastrava e realizava a compra (www.sitiocultivarorganicos.com.br). Eram ofertados em média 120 cestas de produtos orgânicos mensalmente, com produtos de origem vegetal e animal (ovos) e produtos processados (alface higienizada, por exemplo). Além dos produtos produzidos no sítio, os produtos ofertados vinham também de outros produtores orgânicos: processados (arroz Volkmann do Rio Grande do Sul certificado pelo IBD; doces do Sítio Quaresmeiras em Duas Barras, membro do grupo Friburgo SPG da ABIO) e *in natura* (feijão, abóbora, milho do Sítio da Lília em Cachoeiras de Macacu, certificada pelo Instituto Nacional de Tecnologia - INT). As entregas não eram cobradas, porém existia uma restrição de pedido mínimo de R\$25,00 (vinte e cinco reais). Os valores praticados nas cestas eram os mesmos da feira. As entregas são feitas de acordo com a Tabela 11, a seguir:

Tabela 11. Escala de entregas de cestas pelo Sítio Cultivar no município de Nova Friburgo – ano 2017.

BAIRRO	DIA DA SEMANA	HORÁRIO
Cascatinha e Sítio São Luiz	Segunda	17:00 às 17:30
Cônego	Segunda, Quarta e Sexta	17:00 às 17:30
Olaria e Paissandú	Segunda	16:30 às 17:00.
	Terça e Quinta	8:00 às 11:00
Vale Dos Pinheiros, Parque São Clemente	Terça e Quinta	8:00 às 11:00
Fazenda Bela Vista, Braunes/Sans Souci, Nova Suíça, Parque Santa Eliza E Catarcione	Segunda e Sexta	15:30 às 21:00
	Quarta	15:30 às 21:00
	Terça e Quinta	8:00 às 11:00
Centro, Vila Amélia/Bom Pastor, Vila Nova, Vilage, Vila Guarani, Chácara Do Paraíso	Quarta	17:30 às 21:00
	Terça e Quinta	8:00 às 11:00
Mury (Estrada Mury-Lumiar Até Km1 Apenas)	Segunda e Sexta	15:30 às 16:30
	Segunda e Sexta	15:30 às 21:00
Ypú, Perissê, Ponte Da Saudade	Quarta	17:30 às 21:00
	Terça e Quinta	8:00 às 11:00
Ponte Branca	Segundas, Quartas e Sextas.	15:30

Fonte: SITIO CULTIVAR (2017).

O Sítio Cultivar além de ofertar produtos orgânicos em diversos canais de comercialização, recebia grupos de estudantes e técnicos de escolas, universidades, colégios técnicos e do ensino fundamental, instituições públicas e privadas de pesquisa, por ser uma referência em agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro. O Sítio Quaresmeiras

também adota essa mesma estratégia. Ambos têm os escopos: produção primária vegetal, produção primária animal e processamento de origem vegetal.

As cestas em domicílio do Sítio Irmãos Cardinot, eram abertas, ou seja, o cliente escolhia o produto que tem ofertado na semana, não tendo pedido mínimo de número de itens. As entregas eram feitas às segundas feiras, em todo município, sendo terceirizada, ou seja, o cliente paga a taxa de entrega que era terceirizada.

O Sítio da Pedra Solta, fornece uma média de 10 cestas de produtos orgânicos no município de Nova Friburgo, nas localidades da Vila Amélia, Centro, Braunes, Cônego, Cascatinha e Mury. As entregas no município de Nova Friburgo eram realizadas semanalmente, às sextas feiras. Na cidade do Rio de Janeiro, as entregas eram feitas às terças feiras, uma média de 15 cestas de produtos orgânicos. Os pedidos eram feitos por email, facebook ou whatsapp e o valor da entrega já estava incluído no valor das cestas, que eram fechadas, ou seja, com produtos disponíveis a cada semana. Possuíam duas opções de cestas: uma de 50 reais contendo lista de 12 itens, outra cesta de 30 reais com 6 itens. Além das cestas em domicílio, o produtor entrega seus produtos orgânicos para outro membro do grupo Friburgo SPG ABIO que comercializa no CCFO na cidade do Rio de Janeiro e participa das feiras mensais da Sociobiodiversidade que acontecem na Usina Cultural, no município de Nova Friburgo.

O Sítio Florescer, localizado no município de Duas Barras, fornece suas cestas de produtos orgânicos, a maior parte, no município de Duas Barras e algumas cestas nos municípios de Nova Friburgo e Cordeiro. O pedido mínimo para entrega sem taxas era de R\$50,00. Não possuem data certa para entrega das cestas.

Além dos membros do SPG, a família Pontes, com produtos orgânicos certificados pela Ecocert, também fazia entregas semanais (três dias na semana) de produtos orgânicos em domicílio no município de Nova Friburgo. Os pedidos eram feitos por email, telefone ou whatsapp, com pelo menos dois dias de antecedência e as cestas eram abertas. Era cobrado valor de frete de R\$5,00 (cinco reais) nos bairros próximos ao centro e R\$10,00 (dez reais) nos bairros mais afastados.

4.3.3 Lojas especializadas

O Armazém Sabor da Roça, loja especializada em produtos processados naturais orgânicos, funcionais, sem lactose, sem glúten, abriu em meados de 2016 na Rua Fernando Bizzoto, centro da cidade de Nova Friburgo. Inicialmente, além dos produtos processados, a loja ofertou produtos *in natura* frescos do Sítio Cultivar e produtos menos perecíveis de outros Estados, como por exemplo, cebola de São Paulo, até o final do ano de 2016, quando deixou de comercializar hortaliças e passou a ofertar somente produtos processados.

Outra loja especializada é o Armazém Manjericão, que comercializa produtos orgânicos processados no Mercado da Vila Amélia aos sábados e possui uma loja física, um bistrô que funciona à noite, no bairro de Mury. A proposta do Armazém é divulgar a alimentação orgânica, vegetariana, viva e vegana, facilitar e incentivar o consumo desses produtos. Além do bistrô, vendem pela internet pelo site (www.armazemmanjericao.com) produtos orgânicos, veganos e naturais, e, coordenam um clube de compras coletivas de produtos orgânicos em Nova Friburgo (arroz, sucos, grãos, geleias, mel).

(Figura 26). No espaço da Usina Cultural na Praça Getúlio Vargas, tem exposto 01 mapa da sociobiodiversidade com os expositores das feiras que acontecem mensalmente (Figura 27).



Figura 27. Mapa da Sociobiodiversidade de Nova Friburgo. Fonte: Energisa (2017).

Os produtos orgânicos também eram comercializados em outros Distritos de Nova Friburgo, como por exemplo Supermercado Grão da Serra localizado no bairro do Cônego, conforme Figura 28.

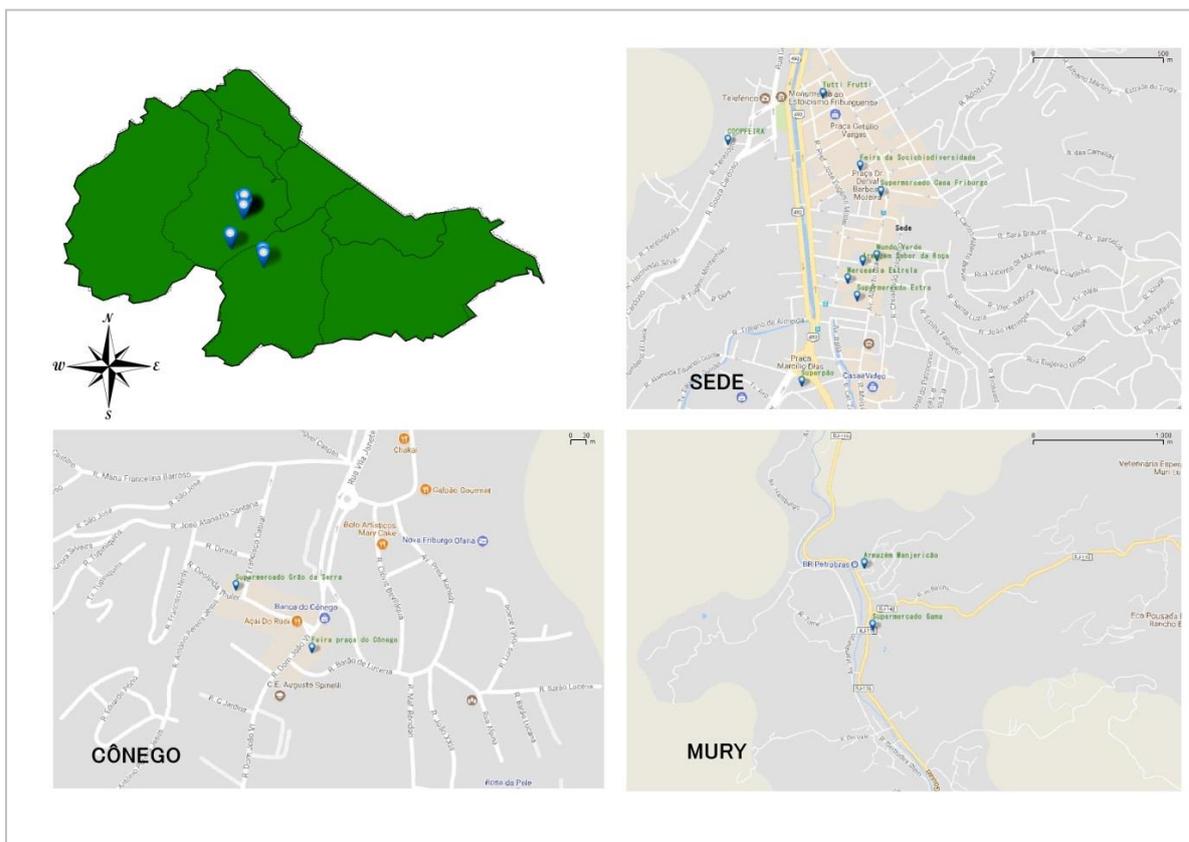


Figura 29. Mapa de Oferta de Produtos Orgânicos nos Distritos no município de Nova Friburgo – ano 2017.

Além dos circuitos curtos de comercialização no município de Nova Friburgo, os produtores do grupo Friburgo SPG da ABIO acessam também outros canais de comercialização, na cidade do Rio de Janeiro, como as feiras do CCFO, realizam entregas de cestas em domicílio usando as feiras como ponto de referência, lojas especializadas e restaurantes, feiras da Associação Agroecológica de Teresópolis (AAT) e cestas em domicílio em Teresópolis e no Rio de Janeiro.

Jovens rurais, filhos de produtores, técnicos agrícolas formados no Colégio Rei Alberto I no 3º Distrito, espaço de ensino que trabalha a pedagogia da alternância, agroecologia e práticas permitidas na agricultura orgânica, e agrônomos do município de Nova Friburgo, estavam envolvidos na comercialização de produtos orgânicos no Mercado da Vila Amélia em Nova Friburgo, no CCFO, na distribuição de cestas em domicílio na cidade, na organização das áreas de produção orgânica, nos controles exigidos pela legislação e nas atividades de turismo rural.

4.4 Oferta de Produtos Orgânicos em Nova Friburgo

No período de agosto a dezembro de 2012, foram ofertados na Feira de Nova Friburgo na Praça do Suspiro, 169 tipos de produtos orgânicos, sendo 46% de produtos processados tais como biscoitos, doces, óleo de linhaça, pães, azeites, milho de pipoca, etc, e, 54% *in*

natura, dentre eles, frutas, verduras, legumes, grãos, raízes e tubérculos. Foram também ofertados materiais de limpeza pela barraca do comerciante, tais como: lava roupas, desengordurante, multiuso, limpa banheiros e amaciantes (GUIMARÃES, 2012).

Os produtos processados apresentados em 2012 foram produzidos por membros do grupo Friburgo SPG da ABIO, na agroindústria do Sítio Quaresmeiras¹², que comercializa doces, geléias e biscoitos e pela agroindústria do Sítio Cultivar, que comercializa saladas processadas, produtos higienizados, polpa de tomate, mini cenouras. Outros produtos processados encontrados na feira nesse período foram os secos comercializados pelo Sítio Caetés (biscoitos, doces sem glúten), cuja origem é a agroindústria Cultivar, membro do grupo Rio Urbano SPG da ABIO e pelo Comerciante do CSFO que atuou de agosto a dezembro de 2012.

A Figura 30 apresenta os produtos mais ofertados pelos produtores do Grupo Friburgo SPG da ABIO através da venda direta na Feira do Suspiro em Nova Friburgo no período de agosto a dezembro do ano de 2012.

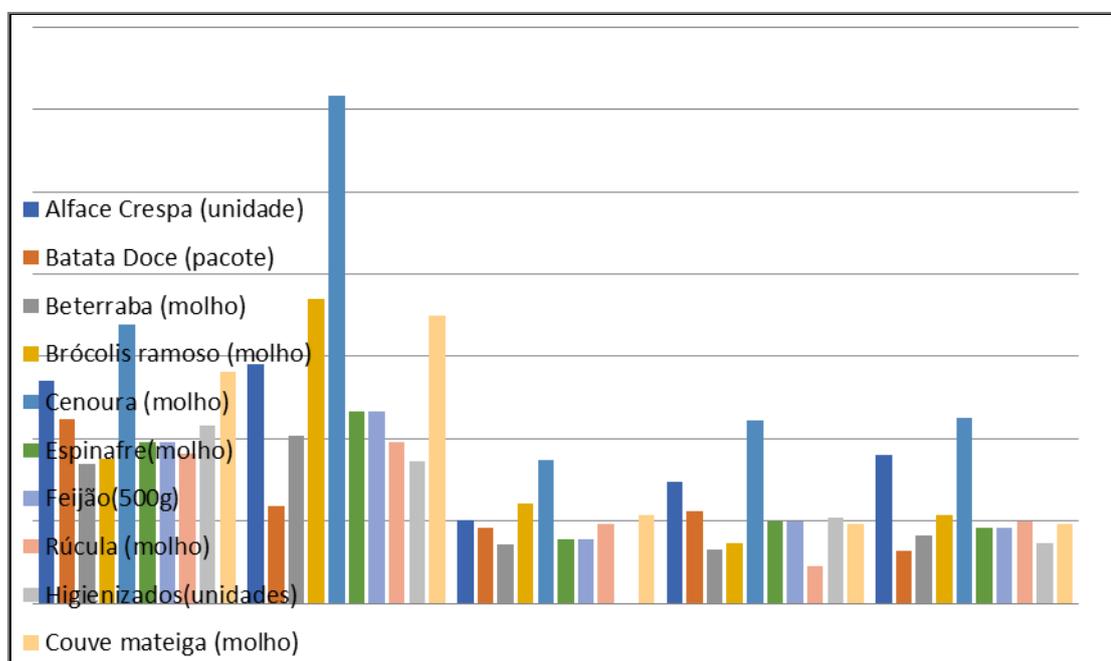


Figura 30. Produtos mais ofertados no CSFO – período de agosto a dezembro de 2012.
Fonte: Guimarães (2012).

Já no período de janeiro a dezembro de 2016, foram ofertados por 3 produtores orgânicos de Nova Friburgo na COOPFEIRA, Mercado da Vila Amélia, no centro de Nova Friburgo, 179 produtos distribuídos por 9 categorias, como pode ser visto no Mapa da Oferta de Produtos Orgânicos no ano de 2016 no Anexo A., sendo: Hortaliças tipo Bulbo, Tubérculos, Raízes e Rizomas; Hortaliças tipo Folha, Flor e Haste; Hortaliças tipo Frutos; Frutas; Ervas, Temperos, Flores e sacarinas; Produtos de origem animal; Produtos Processados de Origem Vegetal; Produtos de Limpeza e Insumos.

¹²Ambos tiveram incentivos do Programa Prosperar da SEAPEC de fomento às agroindústrias pelo Governo do Estado RJ.

Ou seja, mesmo reduzindo o número de produtores orgânicos feirantes, aumentou-se o número de produtos ofertados aos consumidores Friburguenses.

Na Figura 31 tem-se percentual da oferta de cada tipo de produto orgânico ofertado no mercado da Vila Amélia.

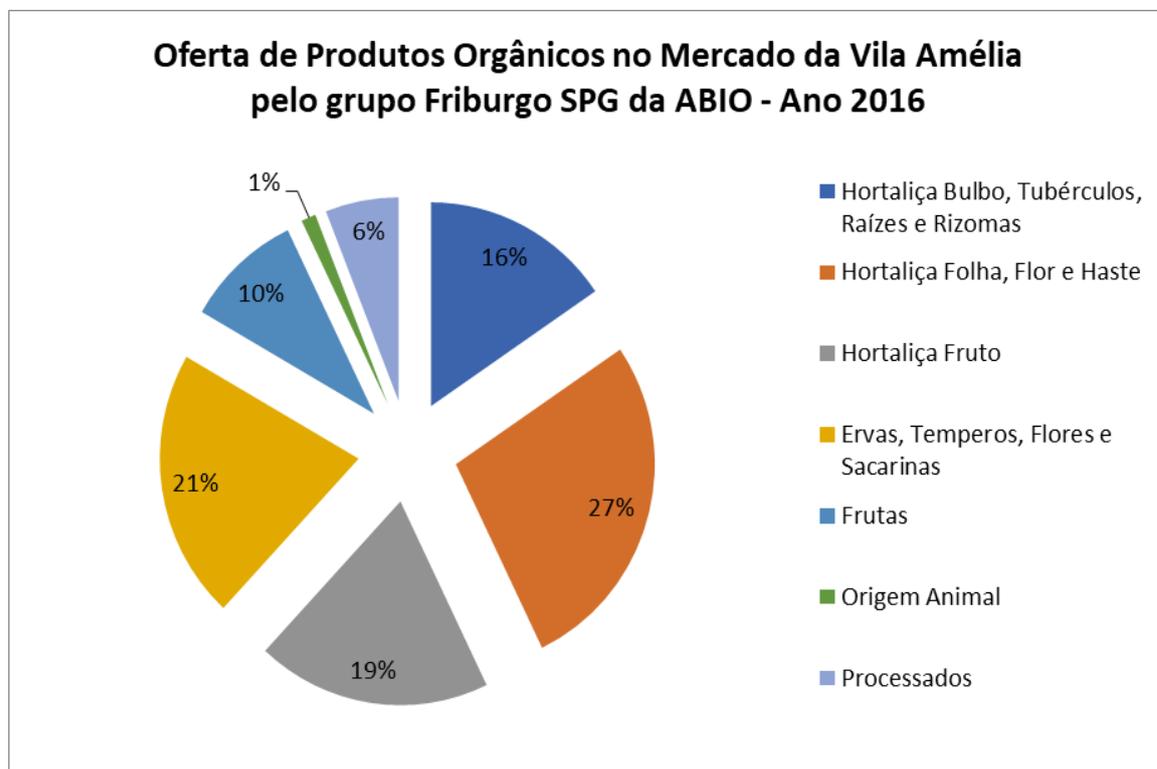


Figura 31. Oferta de Produtos Orgânicos no Mercado da Vila Amélia, em Nova Friburgo - RJ. Período: Jan. –Dez. 2016

O maior número de itens ofertados estava na categoria das Hortaliças tipo Folha, Flor e Haste, representando 27% dos produtos orgânicos expostos nas bancas do Mercado da Vila Amélia. Os produtos dessa categoria mais ofertados ao longo do ano de 2016 foram: alface crespa, alface lisa, alfafa, alho poró, azedinha, chicória, couve chinesa, couve manteiga, espinafre, rúcula e taioba.

Os produtos mais ofertados ao longo do ano de 2016 na categoria Ervas, Temperos, Flores e Sacarinas foram: cebolinha, cheiro verde, louro, nirá, salsa e peixinho, representando 21% da oferta de produtos orgânicos no Mercado da Vila Amélia.

Já a categoria das hortaliças tipo fruto correspondem a 19% da oferta de produtos orgânicos. Os produtos nessa categoria mais ofertados foram: berinjela, chuchu verde claro, chuchu verde escuro, vagem.

Cenoura, rabanete e inhame foram os produtos mais ofertados na categoria das Hortaliças tipo Bulbo, Tubérculos, Raízes e Rizomas representando 16% da oferta de produtos orgânicos.

As frutas representaram 10% da oferta, sendo a Banana d'água como a mais ofertada ao longo do ano.

Ou seja, 93% da oferta eram do escopo produção primária vegetal que corresponde a maioria dos escopos dos produtores orgânicos na região.

Os produtos orgânicos processados ofertados no mercado da Vila Amélia pelos membros do grupo Friburgo SPG ABIO corresponderam a 6%, sendo , em sua grande maioria, mix de saladas e hortaliças higienizadas (brócolis, couve picada, cenoura “bolinha”), as conservas do Sítio Cultivar e os doces em calda e pastosos (bananada, pessegada) do Sítio Quaresmeira que está localizado em Duas Barras, e que comercializa também na cidade do Rio de Janeiro no CCFO, com lojas de produtos naturais e restaurantes.

A categoria dos produtos de Origem Animal representou menos de 1% da oferta de produtos orgânicos. Dos produtores orgânicos fornecedores do Mercado da Vila Amélia somente o Sítio Cultivar possui escopo produtivo para produção primária animal, comercializando ovos orgânicos e possuía entreposto registrado na Secretaria Estadual de Defesa Agropecuária para o funcionamento.

Os produtos processados da banca do Armazém Manjerição e da banca Luz da Vida comercializavam produtos processados orgânicos de origens diferentes e alguns não orgânicos no Mercado da Vila Amélia e na loja de Mury, além de produtos feitos na hora, como a tapioca e o suco verde que não estavam contemplados na figura 30. Essas bancas ofertaram ao longo do ano de 2016, um total de 95 itens diferentes, dentre eles açúcar de côco, açúcar mascavo, berinjela conserva, café, cervejas, conservas, erva mate, geleias e suco de uva.

O Armazém Manjerição possuía também loja em distrito turístico (Mury) que ficava aberta à noite e trabalhava a compra coletiva de produtos orgânicos que não são produzidos pelos produtores orgânicos do grupo Friburgo SPG ABIO, mas de outros estados do Brasil.

Uma oportunidade de melhoria visando o aumento da oferta de produtos orgânicos para a população urbana e rural no município de Nova Friburgo seria a realização de um estudo da viabilidade de criação de pontos de vendas em diferentes bairros, para que os produtos orgânicos sejam ofertados ao longo da semana para diferentes consumidores em diferentes localidades. Esses pontos de vendas podem servir como entreposto para distribuição de produtos orgânicos para outros canais de comercialização nas localidades.

Outras oportunidade é apoiar a elaboração de um planejamento da produção e da comercialização coletiva, ou plano de produção, coletivo e individual, de acordo com o volume previsto de produtos comercializados nos circuitos curtos de comercialização para aumentar a oferta dos produtos orgânicos e reduzir possíveis perdas.

O incentivo ao turismo rural de experiências e gastronomia seria também uma oportunidade para aumentar a diversidade de produtos orgânicos, através da articulação junto aos chefe de cozinha do município, consumidores do Mercado da Vila Amélia, consumidores do ponto de venda do Cônego e demais atores e instituições envolvidos com agricultura orgânica e consumo consciente, visando reconectar o urbano ao rural, a busca do alimento saudável e a conexão com a natureza. Com o mapa da oferta pode-se fazer a criação de um portfólio com os produtos orgânicos de acordo com a sazonalidade e associar a participação em eventos do circuito gastronômicos do município inserindo pratos com ingredientes orgânicos. Pode-se também construir calendário com receitas sazonais.

4.5 Preços dos Produtos Orgânicos

Para análise dos preços dos produtos orgânicos, foram selecionados 22 produtos de um total de 195 produtos ofertados ao longo do ano de 2016. Dos produtos selecionados, montou-se a Figura 32. que demonstra a média de preços dos orgânicos nas feiras no ano de 2016. Para fins comparativos, utilizou-se as médias de preços dos produtos orgânicos no mês de

outubro nas feiras de Nova Friburgo nos anos de 2012 e 2016, e a média de preços do varejo coletados no município no mês outubro de 2016.



Figura 32. Média de Preços dos produtos orgânicos praticados no mês de outubro dos anos de 2012 e 2016 em Nova Friburgo no varejo e nas feiras.

Pode-se evidenciar que todos os preços no varejo (supermercados) foram maiores que as médias obtidas na venda direta nas feiras, resultado semelhante foi encontrado pelo IDEC (2010) e Fonseca (2000). A oferta de produtos orgânicos in natura no varejo foi menor do que a oferta na Feira do Suspiro no ano de 2012 e da oferta no Mercado da Vila Amélia no ano de 2016.

Dos produtos 22 produtos selecionados para sistematização da pesquisa, 86% foram ofertados na Feira do Suspiro no ano de 2012. Já no ano de 2016, 100% dos produtos selecionados foram ofertados no mercado da Vila Amélia, porém, no varejo, somente 51% desses produtos foram encontrados nos estabelecimentos pesquisados no município. Ou seja, os consumidores vão encontrar maior diversidade de produtos orgânicos nas feiras do que nos canais de venda indireta e a preços mais baratos.

O Valor da correção da inflação pelo índice IPC-Brasil FGV, de acordo com o Sisbacen – Sistema do Banco Central, neste período de 4 anos foi de 40%. Considerando os preços nas feiras no mês de outubro de 2012 e no mesmo mês no ano de 2016, a Cenoura e a Couve manteiga tiveram um aumento de 48%, um pouco acima da inflação no período, e o cheiro-verde de 77%, bem acima da inflação. Já a banana d'água demonstrou uma queda de -8,3% no preço médio anual.

A série de preços dos produtos orgânicos ofertados no ano de 2016 no Mercado da Vila Amélia em Nova Friburgo pode ser visto no Anexo B.

Para fins comparativos de preços das feiras do interior do Estado do Rio de Janeiro, comparou-se as médias anuais dos preços de produtos orgânicos praticados no ano de 2016 no Mercado da Vila Amélia com as médias anuais de preços de produtos orgânicos ofertados na feira da Associação de Agricultores de Teresópolis (AAT), no mesmo ano, coletados pela equipe da PESAGRO- RIO CEPH/OAO.

A Tabela 12. apresentou a média de preços dos produtos orgânicos, por categorias, ofertados no ano de 2016 no mercado da Vila Amélia em Nova Friburgo pelos produtores do grupo Friburgo SPG da ABIO e pelos produtores orgânicos membros da AAT grupo Teresópolis SPG ABIO na feira que acontece aos sábados no centro da cidade de Teresópolis.

Tabela 12. Média Anual de Preços de Produtos Orgânicos Ofertados no Mercado da Vila Amélia em Nova Friburgo e na Feira da AAT em Teresópolis no ano de 2016.

PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA NOVA FRIBURGO - 2016 (Valor R\$)	MÉDIA TERESÓPOLIS - 2016 (Valor R\$)	VARIAÇÃO	
Categoria: ERVAS, TEMPEROS, FLORES E SACARINAS				Nova Friburgo (Valor R\$)	Teresópolis (Valor R\$)
Cebolinha	Molho	1,78	1,73	0,05	
Cheiro verde	Molho	1,77	1,73	0,04	
Manjeriçao	Molho	1,71	1,64	0,07	
Ora pro Nobis	Molho	2,00	2,66		0,66
Salsa	Molho	1,92	1,70	0,12	
Categoria: HORTALIÇA FOLHA, FLOR e HASTE					
Alface Lisa	Unidade	2,35	1,72	0,63	
Alface Americana	Unidade	2,10	1,95	0,15	
Brócolis ramoso	Molho	3,67	3,38	0,29	
Couve mineira	Molho	2,42	1,73	0,69	
Rúcula	Molho	2,14	1,89	0,25	
Categoria: HORTALIÇA BULBO, TUBÉRCULOS, RAÍZES, RIZOMAS					
Aipim	Kilo	3,93	4,46		0,53
Batata doce	Kilo	4,50	5,60		1,10
Cenoura	Kilo	7,00	5,50	1,50	
Inhame	Kilo	7,00	6,15	0,45	
Rabanete	Molho	3,52	2,73	0,79	
Categoria: HORTALIÇA FRUTO					
Abóbora bahia	Kilo	4,00	5,46		1,46
Berinjela	Kilo	12,72	6,00	6,72	
Pimentão verde	Kilo	8,00	8,32		0,32
Vagem	Kilo	4,50	5,69		1,19
Tomatinho	Kilo	4,50	8,06		3,56
Categoria: FRUTAS					
Banana d'água	Kilo	2,75	3,27		0,52
Banana prata	Kilo	4,50	4,10	0,40	
Caqui	Kilo	7,50	6,00	1,50	
Laranja	Kilo	6,25	5,13	1,12	
Limão galego	Kilo	6,00	3,84	2,16	
Categoria: ORIGEM ANIMAL					
Ovos	DÚZIA	14,28	13,50	0,78	
Mel	KG	19,00	21,65		2,65

Ao observar-se a Tabela 12, vê-se que dos 27 produtos orgânicos analisados, somente 9 produtos da feira da AAT em Teresópolis eram mais caros que no Mercado da Vila Amélia em Nova Friburgo, com destaque para Hortalíça Fruto (abóbora bahia, pimentão verde, vagem e tomatinho), Hortalíça Bulbo, Tubérculos Raízes e Rizomas (aipim e batata doce). No Mercado da Vila Amélia em Nova Friburgo os produtos apresentaram-se mais caros que em Teresópolis, com destaque para cenoura, berinjela, limão galego e caqui.

4.6 Apresentação da Informação dos Produtos Orgânicos

Nas observações dos espaços de comercialização visitados ao longo dos anos, considerou-se as formas de disposição dos produtos orgânicos, as embalagens e rotulagens nos pontos de comercialização, principalmente, com relação à identificação do selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg) nas embalagens, rótulos e espaços de venda.

As embalagens dos produtos orgânicos, de acordo com a legislação, devem conter informações da qualidade, confirmada pelo selo obrigatório, IN nº 50 (BRASIL, 2009c). No varejo as normas para processamento obrigam a adição de informações nutricionais e obrigatórias.



Figura 33. Rotulagem de Produto Orgânico Processado.

A Figura 33 mostra um produto processado de membro do grupo Friburgo SPG da ABIO. O produto está com embalagem correta, o selo do SisOrg, e com todas as informações necessárias, segundo a legislação (informações nutricionais, origem, data de validade, etc). De acordo com informação pessoal em assembleia no ano de 2011, o selo da ABIO nas embalagens dos produtos certificados é obrigatório e não identificou-se sua presença nos rótulos.

Os produtos *in natura* nas feiras, diferente do varejo, possuem um sistema próprio de garantia da qualidade orgânica e de acesso ao consumidor, reconstituindo-se de uma forma eficiente de informação, principalmente por preservar a interação e oportunidade do contato dos consumidores com os produtores, através da venda direta mas também exercitar o controle social. Além disso, os produtores exibem o certificado ou a declaração de agricultor familiar vinculado a Organização de Controle Social(OCS). É também uma oportunidade de troca de experiências sobre a produção e a qualidade do produto, poder de negociações de preços, receitas e fornecimentos diversos.

Todos os produtos *in natura* comercializados na COOPFEIRA pelos produtores orgânicos do grupo Friburgo SPG ABIO estavam de acordo com as normas e seguiam as regulamentações.

A forma de apresentação nas gôndolas dos supermercados, de acordo com o Decreto 6327/2007 (BRASIL, 2007), observa que deve existir um espaço separado e os produtos devem ser embalados e rotulados, evitando contato dos produtos orgânicos com os produtos convencionais. Em nenhum dos estabelecimentos visitados foi observada a destinação de um espaço específico com uso de placa de identificação, ou seja, todos os supermercados estavam em não conformidade. Os produtos orgânicos *in natura* foram identificados, muitas das vezes, ao lado de produtos convencionais, hidropônicos, embalados ou minimamente processados. Essa prática pode constituir-se como oportunidade para uma escolha equivocada pelos consumidores, simplesmente por não saber identificar a diferença entre um produto orgânico e outro que traga a mensagem do tipo “natural”, “produto sem agrotóxico” ou “produto hidropônico”. Provavelmente isso acontece por dois motivos: o gerente do supermercado vê oportunidade em comercializar os produtos convencionais como orgânicos e a oferta de produtos convencionais é bem maior do que os orgânicos, portanto, não há que se dar destaque para os produtos orgânicos.

4.7 Identificação das não conformidades nos Pontos de venda de Produtos Orgânicos em Nova Friburgo

Como o Mercado da Villa Amélia não é particularmente uma feira de produtos orgânicos, não há acordos de funcionamento da comercialização de produtos orgânicos, causando alguns conflitos pela colocação de identificação “produto agroecológico” ou “produto agroflorestal” mesmo não tendo sido submetido a algum dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica (certificação, sistemas participativos de garantia e controle social para a venda direta) previstos no Decreto 6.323, de 27 de dezembro de 2007 que regulamenta a Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003 (FONSECA e colaboradores, 2017).

Além dos dois produtores membros do grupo Friburgo do SPG ABIO com escopo produtivo de processamento de origem animal e processamento de origem vegetal, observou-se que dois outros membros do grupo que não possuem escopo de processamento, embora comercializassem no mercado da Vila Amélia seus produtos “quase orgânicos” (por descumprirem alguma legislação sanitária ou ambiental); as razões para a não certificação eram porque não possuíam entreposto de ovos ou por não querer vincular seu produto processado denominado PANC ao selo do orgânico, o que não foi objeto desse estudo.

6 CONCLUSÕES

O estudo confirmou a hipótese de que os produtores orgânicos membros do grupo Friburgo SPG ABIO diversificaram seus canais de comercialização focando nos chamados circuitos curtos, o que confirmou isso foram os canais de comercialização acessados: feiras no interior do Estado do Rio de Janeiro, vendas institucionais, cestas em domicílio, vendas na internet, venda para restaurantes, acesso aos mercados locais (supermercados, mercearias) e comercialização semanal no CCFO. Isso demonstra uma estratégia de sustentabilidade dos seus empreendimentos rurais.

Não existiam dados referência de produção para os produtores orgânicos do grupo Friburgo SPG ABIO.

A experiência do grupo Friburgo SPG ABIO expressou como a importância do desenvolvimento das redes alternativas de abastecimento pois atuam como verdadeiros espaços de inovação social, áreas de experimentação de novas soluções para os problemas de produção e consumo emergentes na sociedade, de construção social de uma cultura alimentar alternativa e de suas respectivas práticas.

Os principais gargalos identificados na comercialização dos produtos orgânicos foram: legislação (rotulagem e processamento), falta de identificação dos produtores orgânicos no mercado da Vila Amélia, poucos pontos de comercialização e baixa frequência semanal das feiras.

O grupo Friburgo SPG ABIO, considerando seu perfil diversificado de produtor orgânico ou agricultor familiar, tanto em produção (diferentes escopos produtivos), quanto em recursos e informações, pode favorecer a resolução dos gargalos apontados.

Todos os preços dos produtos orgânicos ofertados no varejo (supermercados, mercearias) de Nova Friburgo são maiores que as médias obtidas na venda direta nas feiras, ou seja, os consumidores foram encontrar produtos orgânicos nas feiras mais baratos que nos supermercados como observado pelo IDEC (2010). Além dos preços, a diversidade de produtos orgânicos *in natura* ofertados no supermercado foi menor do que nas feiras, o que se mostrou como uma vantagem para os consumidores e produtores que usam os canais de venda direta (feiras, cestas).

O grupo Friburgo SPG ABIO possui dois produtores com escopo processamento de produto de origem vegetal e animal que possuem agroindústrias regularizadas com apoio do Programa Prosperar do Governo do Estado do Rio de Janeiro e outros projetos, além de recursos próprios. O escopo processamento é menor, deve-se estimular (agregar valor e vida útil).

A identificação da qualidade orgânica nos espaços e produtos nos canais de comercialização, competindo produtos convencionais, deve ser visível e a comunicação clara.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLAIRE, G. Quality in economics: a cognitive perspective. In: HARVEY, M.; McMEEKIN, A.; WARD, A. (Eds.). *Qualities of food*. Manchester: MUP, 2004.

ANA, ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Carta política. In: III Encontro Nacional de Agroecologia, Juazeiro, BA. Anais..... Juazeiro, ANA, 2014.

ANTONIO, G.J.Y. Constituição de tecnologias sociais a partir de processo de desenvolvimento territorial endógeno: a experiência de ações participativas junto a sistemas de produção familiares em ambientes de montanha em Nova Friburgo (RJ). Seropédica: UFRRJ, PPGAO. 2017. Dissertação.

ARNALDI, C. R.; PEROSA, J. M. Y. Comercialização de produtos orgânicos em Botucatu. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Cuiabá, 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/01O022.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

ASSIS, R. L. Agroecologia no Brasil: análise do processo de difusão e perspectivas. Campinas: UNICAMP, 2002 150f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada).

ASSIS, R. L.; AQUINO, A. M. Pesquisa participativa na região serrana fluminense: experiência do Núcleo de Pesquisa e Treinamento para Agricultores da Embrapa em Nova Friburgo. In: PRADO, R. B.; TURETTA, A.P.D.; ANDRADE, A.G. - Org. Manejo e conservação do solo e da água no contexto das mudanças ambientais). Embrapa Solos, Rio de Janeiro, 2010. p. 239-253, 2010.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BIOLÓGICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ABIO. Reunião Conselho Técnico da ABIO. ABIO, Rio de Janeiro, 2017a. Apresentação em powerpoint. Disponível em: <www.abio.org.br/associados.php>. Acesso em: Junho de 2017.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BIOLÓGICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ABIO. Reunião Conselho Técnico da ABIO. ABIO, Seropédica, 2017b. Apresentação em powerpoint. Disponível em: <www.abio.org.br/associados.php>. Acesso em: novembro de 2017.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BIOLÓGICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ABIO. Acordo de funcionamento do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Rio de Janeiro, ABIO, 2010.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BIOLÓGICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ABIO. Proposta do Circuito da Serra de Feiras Orgânicas. Rio de Janeiro, ABIO/Grupo Orgânicos da Serra, PESAGRO, 2012.

BADUE, A.F.B, CHMIELEWSKA, D. Controle social na alimentação escolar. Caminhos para práticas de consumo responsável. São Paulo, Instituto Kairós, n.3, 2011. Disponível em <https://institutokairos.net/wp-content/uploads/2012/04/Controle-Social-na-Alimentacao-Escolar.pdf>.

BAPTISTA, A. CRISTÓVÃO, A. COSTA, D. GUIMARÃES, H., RODRIGO, I. TIBÉRIO,

M.L. PINTO-CORREIA, T. Recomendações de medidas de política de apoio aos Circuitos Curtos Agro-Alimentares: período de programação 2014-2020: relatório preliminar. Lisboa: ISA: UE: UTAD, 2013.

BARROS, R. C. Agricultura e sustentabilidade ambiental: a qualidade da água dos rios formadores da bacia do Rio Grande -Nova Friburgo/RJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,2004. p. 244 Tese (Doutorado em Geografia).

BOTELHO, J. A origem da Feira da Vila Amélia. Jornal A Voz da Serra, Nova Friburgo,RJ. 21 de Setembro de 2017. Disponível em:< <https://avozdaserra.com.br/colunas/historia-e-memoria/origem-da-feira-da-vila-amelia>>. Acesso em: setembro de 2017.

BRASIL Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Produção orgânica no Brasil. BIOBRASILFAIR., junho 2017. São Paulo, MAPA, 2017a. Apresentação em powerpoint.

BRASIL, Presidência da República. Decreto n. 7.775. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei n. 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília D.O.U.,2012. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em 08/10/2018.

BRASIL, Presidência da República. Lei n. 11.346, de 15 de Setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. D.O.U. Brasília, 15 de Setembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução-RDC N° 49: Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. Brasília-DF, DOU 2013b Disponível em<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0049_31_10_2013.html> Acesso em: Set.2015.

BRASIL. Brasil Agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica-PLANAPO. Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA, Brasília-DF, 2013a. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/planapo/> >. Acesso em: 20 set. 2015.

BRASIL. Brasil agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica-PLANAPO 2016-2019. Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA, Brasília-DF, 2016. 89p. Disponível em: < http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PLANAPO_2016_2019.pdf >. Acessoem: 15 de março de 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Instrução Normativa n.007 de 17 de maio de 1999. Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais. Brasília, DOU, maio 1999. Disponível em:<<http://planetaorganico.com.br/site/?p=2999&preview=true>>. Acesso em: 27 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa n.19, de 28 de maio 2009. Dispõe sobre os mecanismos de garantia e informação da qualidade orgânica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2009b. Seção 1.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Instrução Normativa n. 50, de 05 de novembro de 2009. Institui o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e estabelece os requisitos para a sua utilização nos produtos orgânicos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 06 de novembro de 2009c.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta n. 17 de 28 de maio de 2009. Aprova as normas técnicas para a obtenção de produtos orgânicos oriundos do extrativismo sustentável orgânico. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, n.101, 29 maio 2009a. Seção 1. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/LEGISLACAO/PUBLICACOES_DOU/PUBLICACOES_DOU_2009/DOU_MAIO_2009/DO1_2009_05_29-MAPA_0.PDF>. Acesso em: 18 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. 2014. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/cadastro-nacional>>. Acessado em 16 de janeiro de 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. 2017b. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/cadastro-nacional>>. Acesso em 20 de junho 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa n.64 de 18 de dezembro de 2008. Aprova o regulamento técnico para os sistemas orgânicos de produção animal e vegetal e as listas de substâncias permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção animal e vegetal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 19 dez. 2008b. Seção 1. p. 21-26. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/LEGISLACAO/PUBLICACOES_DOU/PUBLICACOES_DOU_2008/PUBLICACOES_DOU_DEZEMBRO_2008/DO1_2008_12_19-MAPA_0.PDF>. Acesso em: 27.01.09.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento. Produção na agricultura orgânica. Brasília: MAPA/COAGRE, 2012. Folder.

BRASIL. Ministério da Educação, Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, D.O.U., Julho de 2009. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3341-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38-de-16-de-julho-de-2009>.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto n. 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura

orgânica, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 27 dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm. Acesso em: 13 julho. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto n. 6.913, de 23 de julho de 2009. Acresce dispositivos ao Decreto n.4074 de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei n.7802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 24 de jul. 2009b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Decreto/D6913.htm. Acesso em: 18 ago. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 7.794: institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO. Brasília: D.O.U., 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 20 set. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 10.831. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 24 de dezembro de 2003. Seção 1, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.831.htm. Acesso em: 13 jul. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a Lei nº 10.880 de 09 de junho de 2004, e dá outras providências; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 17 jun. 2009a.

BRASIL. Presidência da República. Lei n.11.346 de 15 de Setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, D.O.U, Setembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. D.O.U., Janeiro de 2002. Brasília-DF artigo 99, inciso I. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm.

BROWNE, A. W.; HARRIS, P. J. C.; HOFNY-COLLINS, A. H.; PASIECZNIK, N.; WALLACE, R. R. Organic production and ethical trade: definition, practice and links. FoodPolicy, Guilford, n.25, 2000.

CAMPOS, F.F. A comercialização de frutas, legumes e verduras orgânicas e a inserção do agricultor no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: PPGG/UFRJ, 2001. Dissertação de Mestrado.

CARNEIRO, C. B. M. Compras Coletivas de produtos orgânicos e participação política: um estudo de caso da Rede Ecológica (RJ). Rio de Janeiro (2012). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

CASTAÑEDA M.A. Ambientalização e politização do consumo e da vida cotidiana: uma etnografia das práticas de compra de alimentos orgânicos em Nova Friburgo/RJ 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

DAROLT, M. Circuitos curtos e circuitos longos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L. de; VEZZANI, F.M. (orgs.) Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.

DAROLT, M. R. As dimensões da sustentabilidade. Um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba – PR. Curitiba, Universidade Federal do Paraná/Paris VII. 2000. 310p. Tese de doutorado em meio Ambiente e desenvolvimento.

DAROLT, M. Conexão Ecológica: Novas Relações entre Agricultores e Consumidores. Londrina: IAPAR, 2012.

DIAS, V.V. SCHULTZ, G. SCHUSTER, M.S. TALAMINI, E. RÉVILLION, J.P. O mercado de alimentos orgânicos: um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. *Ambient. soc.* [online]. 2015, vol.18, n.1. Disponível em: <http://ref.scielo.org/62zwgf>.

DOURADO, F. ARRAES, T.C. SILVA, M.F. O Megadesastre da Região Serrana do Rio de Janeiro – as Causas do Evento, os Mecanismos dos movimentos de Massa e a Distribuição Espacial dos Investimentos de Reconstrução no Pós-Desastre. Anuário do Instituto de Geociências - Vol. 35 Rio de Janeiro, 2012.

EMATER. Lei da Alimentação Escolar. Apresentação Green Rio 2016. Disponível em: http://www.greenrio.com.br/arquivos/Cristianne_Mendonca_-_Emater.pdf. Acesso em: Junho, 2017.

EMBRAPA. Distribuição geográfica dos produtores orgânicos no Estado do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ: PPGAO, 2016. Apresentação em powerpoint em aula.

FiBL. IFOAM. The world of organic agriculture: statistics and emerging trends 2017. Frick/Bonn: FiBL/IFOAM, 2017. 300p. Disponível em: <<http://www.organic-world.net/yearbook-2015.html>>. Acesso em: 24 de março de 2017.

FONSECA, M. F. A. C. Agricultura orgânica: regulamentos técnicos para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil. Niterói: PESAGRO-RIO, 2009.

FONSECA, M. F. de A C.; CAMPOS, F. F. O cenário da comercialização dos orgânicos no Estado do Rio de Janeiro: I - perspectivas na visão do agricultor, II – feiras, III – processadoras/distribuidoras, IV – grandes varejistas, V – pequenos varejistas. In: AMBROSANO, E. (Coord.). Agricultura ecológica. Trabalhos apresentados no Simpósio de Agricultura Ecológica, 2 e Encontro de Agricultura Orgânica, 1, 28 de setembro a 1º de

outubro de 1999, Parque de Água Branca, São Paulo. Anais... São Paulo: Livraria Editora Agropecuária, IAC, AAO, 1999.

FONSECA, M. F. de A. C. Canais de comercialização acessados pelos produtores orgânicos nas cidades de Nova Friburgo e Teresópolis: estratégias, não conformidades, preços, ofertas, gargalos e potencialidades. Niterói: PESAGRO, 2016b. Planejamento estratégico 2016-2018.

FONSECA, M. F. de A. C. ET ALLI. O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas: a expansão da venda direta de alimentos orgânicos, o controle social, a regulamentação da agricultura orgânica e os princípios do comércio justo e solidário. In: III Colóquio agricultura familiar e desenvolvimento rural. UFRGS, Porto Alegre, 17 a 18 de novembro 2011. Anais.....Porto Alegre: UFRGS, 2011. 10p.

FONSECA, M. F. de A. C. O estudo do mercado de alimentos orgânicos (frutas, legumes e verduras) in natura no Estado do Rio de Janeiro: o caso da ABIO (Associação dos Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro). Seropédica: UFRRJ, 1999.110p (monografia curso especialização em agribusiness)

FONSECA, M. F. de A.C. Unidade de pesquisa participativa em comercialização de produtos da agricultura orgânica: da feira à roça, do campo a mesa. Fase I. Projeto.Niterói: PESAGRO, 2011. 28p.

FONSECA, M. F. de A.C. Unidade de pesquisa participativa em comercialização de produtos da agricultura orgânica: da feira à roça, do campo a mesa. Fase II. Relatório. Niterói: PESAGRO, 2016a.

FONSECA, M.F de AC; GUIMARÃES, T. da Silva; DIAS, D.V.S; BERGIANTE, S. D. Oferta e preço de produtos orgânicos na região serrana do estado do Rio de Janeiro: o caso do município de Nova Friburgo no ano de 2016.Resumo expandido X CBA: 12 a 15 de setembro de 2017, Brasília- DF.

FONSECA, M.F. de A. C.; GUIMARÃES, T. da S. Proposta de projeto UPP de comercialização de orgânicos (2012) apresentada ao grupo Friburgo SPG ABIO. Nova Friburgo: PESAGRO, 2012.

FONSECA, M.F. de A. C.; GUIMARÃES, T.; MACHADO, A. de P.; MELLO, L. B. de; OLIVEIRA, L.A.A. de. Circuitos curtos de comercialização: as feiras orgânicas como ponto de distribuição e consumo. In: VI Congresso Internacional Sistemas Agroalimentares Localizados Os SIAL face às oportunidades e aos desafios do novo contexto global, de 21 a 25 de maio | Hotel Canto da Ilha | Florianópolis/SC. Anais.... Florianópolis: SIAL, 2013 10p.

FONSECA, M.F. de A.C. Agricultura Orgânica: introdução às normas, regulamentos técnicos e critérios para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil. Niterói: PESAGRO/Programa Rio Rural, 2009. 64p.

FONSECA, M.F. de A.C. Institucionalização dos mercados da agricultura orgânica no mundo e no Brasil: uma interpretação. Rio de Janeiro, UFRuralRJ/CPDA, 2005. 505p.Tese de Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

FONSECA, M.F. de A.C.; SCOFANO, J.E.; GOMES, M.; GUIMARÃES, L.; BERGIANTE, S. D. PLANAPO: oportunidades e desafios no Rio de Janeiro. Resumo expandido. IX CBA:

29 de setembro a 01 de outubro de 2015, Belém-PA. Anais... Belém: Cadernos de Agroecologia, 2015. 5p.

FONSECA, M.F.A.C. A construção social do mercado de alimentos orgânicos: Estratégias dos diferentes autores da rede de produção e comercialização de frutas, legumes e verduras (FLV) in natura no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRRJ (CPDA), 2000. Dissertação de Mestrado.

GOMES, J.C. C. As muitas dimensões da pesquisa em Agroecologia. Rio de Janeiro: LIESA/Revista Agricultura: Experiências em Agroecologia, Rio de Janeiro v. 3, n. 4, p. 4-5, dez. 2016.

GOMES, M. Certificação Pública dos Produtos Orgânicos: O caso do IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária. Seropédica, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica, 2016. 141p. Dissertação de Mestrado.

GOODMAN, D. The quality ‘turn’ and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, v.19, n.1, 2003.

GUIMARÃES, T. da S. Relatório Técnico contendo o planejamento e análise de produção dos produtores orgânicos de Nova Friburgo e o mapeamento dos grupos de produtores orgânicos e em transição agroecológica que estão em microbacias da Região Serrana. Niterói: PESAGRO-RIO, 2012.

GUIVANT, JÚLIA; FONSECA, MARIA FERNANDA; RAMOS, FÁBIO S.V.; SCHWEIZER, MARINA. ANEXO III – Relatório final. Os supermercados e o consumo de FLV orgânico certificado. Rio de Janeiro - RJ: PESAGRO-RIO, 2003. 109 p. Projeto CNPq.

HUBER, B.; SCHIMID, O.; MANNIGEL, C. Standards and regulations. In: WILLER, H.; LENOURD, J. The world of organic agriculture. Statistics and emerging trends. 2015 Frick/Berlin: FiBL/IFOAM, 2015. p. 126 - 133. Disponível em: < <http://www.organic-world.net/yearbook-2015.html>>. Acesso em: 10 de setembro de 2017.

IDEC - INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 2010 Pesquisa de Preços de Produtos Orgânicos. IDEC, 2010 Disponível em <https://www.idec.org.br/uploads/revistas_materias/pdfs/2010-04-ed142-capa-organicos1.pdf> Acesso em 08 de Out. de 2017.

IDEC - INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 2012 Lista de Feiras Orgânicas no Município do Rio de Janeiro. Disponível em www.idec.org.br/pdf/feiras-organicas-rio-janeiro.pdf Acesso em 08 de Out. de 2017.

IDEC - INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Mapa das feiras Orgânicas e Agroecológicas. São Paulo; IDEC, 2013 Disponível em: <https://feirasorganicas.org.br/> Acesso em 08 de Out. de 2017.

IDEC - INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Mapa de Feiras aproxima consumidores e produtores orgânicos. São Paulo: IDEC, 2017. Disponível em <<https://idec.org.br/noticia/mapa-de-feiras-aproxima-consumidores-e-produtores-organicos>>. Acesso 03 de Nov. de 2017.

INCA. INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER JOSE ALENCAR GOMES DA SILVA. Posicionamento do Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva acerca dos agrotóxicos. Rio de Janeiro, INCA, Número 10. 2015. 5p. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/comunicacao/posicionamento_do_inca_sobre_os_agrotoxicos_06_abr_15.pdf>. Acesso em 03 jan. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Manual Técnico de Vegetação Brasileira. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro, IBGE, 1991.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. INEA Artigo sobre Unidades de Conservação da Natureza 2017 RPPN's Disponível em <<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/index.htm&lang=>>> Acesso em 08/10/2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. INEA. APA Estadual de Macaé de Cima: Plano de Manejo - Contextualização e Análise regional. Rio de Janeiro: INEA, 2014a.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. INEA. APA Estadual de Macaé de Cima: Plano de manejo – Informações sintetizadas da UC. -- Rio de Janeiro: INEA, 2014b.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. INEA. Parque Estadual dos Três Picos (PETP): Plano de Manejo- Resumo Executivo. Rio de Janeiro: INEA, 2013.

KARPIC, L. Éléments de l'économiedessingularités. In: STEINER, P. e VATIN, F. *Traité de sociologieéconomique*. Paris: PUF, 2009.

KATTO-ANDRIGUETO, J. Latest developments in policy support for organic agriculture. FiBL.IFOAM. The world of organic agriculture: statistics and emerging trends 2017. Frick/Bonn: FiBL/IFOAM, 2017.p. 159-160. Disponível em: <<http://www.organic-world.net/yearbook/yearbook-2017.html>>. Acesso em: 24 de março de 2017.

KATTO-ANDRIGUETTO, J.; KIRCHINER, C. Participatory guarantee system in 2016. FiBL.IFOAM. The world of organic agriculture: statistics and emerging trends 2017. Frick/Bonn: FiBL/IFOAM, 2017.p.157-158. Disponível em: <<http://www.organic-world.net/yearbook/yearbook-2017.html>>. Acesso em: 24 de março de 2017.

LAGE, M. F. R. O Mercado Orgânico de BH: Um estudo de Caso das Feiras Orgânicas Municipais / Marcela Ferreira Rocha Lage. -2016.60 f.

LEE, H.; GOUDEAU, C. Consumers' beliefs, attitudes, and loyalty in purchasing organic foods: the standard learning hierarchy approach. *British Food Journal*, v. 116, n. 6, p. 918-930, 2014.

LERNOUD, A. P.; FONSECA, M. F. D. A. C. The workshop on alternative certification. IFOAM, MAELA, Centro Ecológico. Torres-RS, Brasil, 13 a 17 de abril de 2004. Proceedings..Torfolk: GROALINK AB, 2004.

MATTOS, R. A. de. População neo-rural e agricultura orgânica: mudanças no meio rural da região metropolitana do Rio de Janeiro. IN: XIV Encontro Nacional dos geógrafos, Porto Alegre – RS, 25 a 31 de julho de 2010. Anais... . Porto Alegre: AGB, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3.

MEDAETS, J. P. A construção da qualidade na produção agrícola familiar: sistemas de certificação de produtos orgânicos. Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (Tese de doutorado), 2003.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO. MAPA. Agricultura Orgânica no Brasil. Palestra durante a BIOBRAZILFAIR, junho 2017. São Paulo, BIOBRAZILFAIR, MAPA, 2017b.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO. MAPA. Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Brasília: MAPA, 2017a. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>>

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO. MAPA. Legislação da agricultura orgânica. Seropédica, UFRRJ/PPGAO, MAPA, 2015. Aula na disciplina Princípios da Agroecologia. Módulo I. Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica (PPGAO). Apresentado pelo PowerPoint.

MOURA, I. Agroecologia na agenda governamental: trajetórias do período 2003-2014. Seropédica-RJ: UFRRJ/PPGCTIA, 2016. 180p. Tese de doutorado.

NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (orgs.) Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: KAIROS, 2013. 393 p.

ORGANIS. CONSELHO BRASILEIRO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA E SUSTENTÁVEL. Consumo de produtos orgânicos no Brasil: Primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos. São Paulo, BIOBRAZILFAIR, 07.06.2017. 49 lâminas. Apresentação em powerpoint. Disponível em: <https://www.organicsnewsbrasil.com.br/wp-content/uploads/2017/06/Pesquisa-Consumo-de-Produtos-Org_nicos-no-Brasil-Palestra-07Jun-1.pdf>. Acesso em 25 junho 2017.

PARANÁ. SECRETARIA DE SAUEDO PARANÁ. Resolução n. 004/2017. Curitiba, SESA, 2017. Disponível em: <<http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/ApresentasobreResoluSesn00417.pps>>

PEREZ-CASARINO, J. A construção social de mecanismos alternativos de mercado no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia. Curitiba: UFPR, 2012. Tese. (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento).

PEREZ-CASARINO, J.; FERREIRA, A.D.D. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecovida de Agroecologia. IN: NIERDELE, P.A.; ALMEIDA, L. VEZZANI, F.M. (orgs.) Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecovida de Agroecologia. KAIROS, Curitiba-PR, 2013.

PISTELLI, R.; MASCARENHAS, T. Organização de grupos de consumo responsável. São Paulo: Instituto Kairós, 2011.

PORTILHO, F. Ambientalização do consumo: alianças entre movimentos ambientalistas e movimentos de defesa dos consumidores. Paper apresentado no GT1 do III Encontro Nacional da ANPPAS. Brasília, 2006.

RADOMSKY, G. F. W. Certificação participativa e agricultura ecológica: rede, processos de inovação e conhecimentos locais. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Org.). Os atores do desenvolvimento rural. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. Uma identidade que se constrói em Rede. Caderno de Formação, n.1. Curitiba: Rede Ecovida de Agroecologia, 2007

RIO DE JANEIRO, Decreto Estadual nº 31343 2002 de 05 de junho de 2002 Cria o Parque Estadual dos Três Picos (PETP), Rio de Janeiro, Junho de 2002 Disponível em <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/148506/decreto-31343-02>.

RIO DE JANEIRO, Decreto Estadual nº 29.213 2001 de 08 de Agosto de 2006 Cria a Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima (APA de Macaé de Cima), no município de Nova Friburgo e dá outras providências. Rio de Janeiro, Agosto de 2006. Disponível em http://www2.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=94&url=L3NjcHJvMDMwNy5uc2YvMDJhYzZmMjc5YjU2OGUyNDgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzkvOWQ4OGVINGY4OThiMjU2ZjgzMjU3MWJmMDA1Y2NIYTc/T3BlbkRvY3VtZW50.

RIO DE JANEIRO, Decreto Estadual nº 40.909 de 17 de Agosto de 2007. Regulamenta a Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN). Rio de Janeiro, Agosto de 2007. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/RPPN/CriacaodeRPPN1/INEA0015095>.

SAHOTA, A. The organic market for food & drink. In: FiBL. IFOAM. The world of organic agriculture: statistics and emerging trends 2017. Frick/Bonn: FiBL/IFOAM, 2017. p.138—142. Disponível em: <<http://www.organic-world.net/yearbook/yearbook-2017.html>>. Acesso em: 24 de março de 2017.

SCOFANO, J.E. Avaliação da Conformidade Orgânica: Cenário, entraves e Perspectivas no Estado do Rio de Janeiro. 2014. 192p. Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

SEAPEC. Agricultura Emergência. Diagnóstico do impacto das chuvas nas áreas agrícolas da região serrana do estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária, Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro - RIO RURAL / BIRD. SEAPEC, Niterói, jan. 2011.

SEBRAE, SEBRAE Orgânico, Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/rj/institucional/organicos,1390f96c96c17410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>

SEVILHA, G., Agroecología y agricultura ecológica: hacia una "re" construcción de la soberanía alimentaria Eduardo Sevilla Guzmán Agroecología, ISSN 1887-1941, ISSN-e 1989-4686, N°. 1, 2006.

SEVILLA, G.S. Del desarrollo rural a la agroecología: hacia un cambio de paradigma Eduardo Sevilla Guzmán, Marta Soler Motiel Documentación social, ISSN 0417-8106, N° 155, 2009 (Ejemplar dedicado a: Crisis del medio rural: procesos sustentables y participativos).

SILVA, I.A. Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Participação Social Em Nova Friburgo – RJ. II Encontro de Grupos de Pesquisa UFU. Anais... Uberlândia, 2006.

SÍTIO CULTIVAR, 2017. Escala de entrega cestas em domicílio. Nova Friburgo, Sítio Cultivar, 2017.

WILLER, H.; LERNOURD, J. The world of organic agriculture: summary. In: FiBL. IFOAM. The world of organic agriculture: statistics and emerging trends 2017. Frick/Bonn: FiBL/IFOAM, 2017.

WILLER, H.; YOUSSEFI, M.; SORENSEN, N. (Eds.) (2008) The World of Organic Agriculture. Statistics and Emerging Trends 2008. International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM) Bonn, Germany and Research Institute of Organic Agriculture (FiBL) Frick, Switzerland, 2008.

YAMAMOTO, Arthur. Por que continuamos juntos? Reciprocidade, mudança cultural e relações de poder entre o urbano e o rural. Fortaleza-CE, 2006. 145f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2006.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010. 248p.

8 ANEXOS

Anexo A. Mapa da Oferta de Produtos Orgânicos na COOPFEIRA – 2016.

PESAGRO-RIO		Mapa de Oferta de Produtos Orgânicos no Mercado da Vila Amélia Nova Friburgo - Ano: 2016												RIO RURAL	
Produto	Unidade	Jan	Feb	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
HORTALICA BULBO															
Aipim	Kilo														
Aipim manteiga	kilo														
Alho	150g														
Batata baroa	Pct														
Batata doce	Kilo														
Batata inglesa	Pct														
Batata doce vacou	Pct														
Beterraba	Pct														
Cebola	Bndj														
Cenoura	Pct/ Bni														
Inhame	Kilo														
Palmito	Haste														
Rabanete	haste														
HORTALICA FOLHOSA															
Acelga Chinesa	Und.														
Agrão	Molho														
Agrão da água	Molho														
Alface Americana	Und.														
Alface Crespa	Und.														
Alface Crespa roxa	Und.														
Alface Lisa	Und.														
Alface Romana	Und.														
Alfafa	kilo														
Alho poró	Und.														
Almeirão	Molho														
Azedinha	Molho														
Broccoli Americano	Und.														
Broccoli Ramoso	Molho														
Chicória	Molho														
Couve Chinesa	Molho														
Couve flor	Und.														
Couve manteiga	Molho														
Espinafre	Molho														
Radicho	Bni														
Repolho verde	Und.														
Rucula	Molho														
Taioha	Molho														
HORTALICA FRUTO															
Abobora	Bni/ kilo														
Abobora japonesa Tetsukabo	Pedaco														
Abobrinha	500g														
Berinjela	500g														
Berinjela branca	Kilo														
Chuchu verde claro	Kilo														
Chuchu verde escuro	Pct														
Ervilha	500g/ kilo														
Jiló branco	Kilo														
Jiló verde	kilo														
Jiló gigante	Kilo														
Pimentão verde	Kilo														
Pepino	kilo/ Bni														
Quiabo	Kilo/ Pct														
Vagem	Kilo/ Bni														
Tomatinho	Kilo														

Legendas:

	Produto Maior Oferta - Ofertado mais de 7 vezes ao longo do ano
	Produto de Médiana Oferta - Ofertado pelo menos 3 vezes ao longo do ano
	Produto de Menor Oferta - Ofertado 1 ou 2 vezes ao longo do ano
	Produto não ofertado

Pesquisa realizada mensalmente no Mercado da Vila Amélia, município de Nova Friburgo, ao longo do ano de 2016, pela equipe do Observatório da Agricultura Orgânica de Nova Friburgo. Resultado do Projeto de Pesquisa: Canais de Comercialização acessados pelos produtores orgânicos nas cidades de Nova Friburgo e Teresópolis: Estratégias, Não Conformidades, Preços, Ofertas, Gargalos e Potencialidades.

Anexo A. (continuação).

 		Mapa de Oferta de Produtos Orgânicos no Mercado da Vila Amélia Nova Friburgo - Ano: 2016											
Produto	Unidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
ERVAS, TEMPEROS, FLORES E SACARINAS													
Aipo	Molho												
Capim limão	Molho												
Cebolinha	Molho												
Chiguinsai	Molho												
Cheiro verde	Molho												
Coentro	Molho												
Coentro Japonês	Molho												
Cúrcuma	Kg												
Hortelã	Molho												
Louro	Molho												
Manjeriço	Molho												
Nirã	Molho												
Ora pronobis (PANC)	Molho/												
Peixinho (PANC)	Molho												
Salva	Molho												
Salva crespa	Molho												
Salvia	Molho												
Tonilho	Molho												
FRUTAS													
Abacate	Kilo												
Banana d'água	Kilo/												
Banana Prata	Kilo/												
Caqui	Bui												
Côco	Und.												
Laranja	Amarrado												
Limão galego	Dz.												
Pocão	Dz.												
ORIGEM ANIMAL													
Ovos	dz.												
LIMPEZA													
Biowash Lava Louça - Sem fragrância	650ml												
Biowash Lava Louça - Capim Limão	650ml												
Biowash Lava Louça - Menta	650ml												
Biowash Lava Louça - Erva Doce	650ml												
Biowash Lava louças em pó	500g												
Biowash Limpa Vidro	650ml												
Biowash Lava Roupas	500ml												
Desengordurante	Garf												
Lava banheiro	Garf												
Lava louças	Garf												
INSUMOS													
Biofertilizante	310ml												

Legendas:

	Produto Maior Oferta - Ofertado mais de 7 vezes ao longo do ano
	Produto de Médiana Oferta - Ofertado pelo menos 3 vezes ao longo do ano
	Produto de Menor Oferta - Ofertado 1 ou 2 vezes ao longo do ano
	Produto não ofertado

Pesquisa realizada mensalmente no Mercado da Vila Amélia, município de Nova Friburgo, ao longo do ano de 2016, pela equipe do Observatório da Agricultura Orgânica de Nova Friburgo. Resultado do Projeto de Pesquisa: Canais de Comercialização acessados pelos produtores orgânicos nas cidades de Nova Friburgo e Teresópolis: Estratégias, Não Conformidades, Preços, Ofertas, Gargalos e Potencialidades.

Anexo A. (continuação).

 		Mapa de Oferta de Produtos Orgânicos no Mercado da Vila Amélia Nova Friburgo - Ano: 2016											
Produto	Unidade	Jan	Feb	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
PROCESSADOS													
Acúcar de coco	250g												
Acúcar mascavo	500g												
Aioim descascado/cortado	500g												
Arroz integral	kilo												
Arroz biodinâmico	kilo												
Arroz quebrado	kilo												
Arroz preto	500g												
Arroz Exótico	500g												
Aveia em flocos	250g												
Bananada	Und.												
Barrinha	Und.												
Barrinha de açaí	Und.												
Berinjela conserva	Pote												
biO2 juice kids - Banana, Macã	200ml												
biO2 juice kids - Laranja, Cenoura e	200ml												
Bolo integral	Und.												
Blocks sabores	Und.												
Brócolis Ramoso Sitio Cultivar	Bndi												
Brownie	Und.												
Bolo	Und.												
Café	90g/ 250g												
Café biodinâmico	Pct												
Café Expresso	50g												
Café torrado	Cápsula												
Chá Orgânico	pct												
Cenoura bolinha	120g												
Cenoura processada	120g												
Cenoura processada	500g												
Cereal	Kilo												
Cerveja Stein Hons	300ml												
Cerveja Stein Hons	500ml												
Chia	250g												
Conserva de figo verde	Pote												
Conserva de laranja	Pote												
Conserva de nêssego	Pote												
Conserva de pepino	Pote 240g												
Conserva de shitake	250g												
Conserva de tomate	Pote												
Conve mineira Sitio Cultivar	Bni												
Conve picada Sitio Cultivar	Bni												
Chips de banana-Bananacracker	35g												
Escabeche	Pote 240g												
Erva mate	kilo												
Farinha de arroz	850g												
Farinha de feijão branco	100g												
Farinha de milho	500g												
Farinha de jiló	Kilo												
Farinha de mandioca desidratada	Kilo												
Feijão Azuli	500g												

Legendas:

	Produto Maior Oferta - Ofertado mais de 7 vezes ao longo do ano
	Produto de Mediana Oferta - Ofertado pelo menos 3 vezes ao longo do ano
	Produto de Menor Oferta - Ofertado 1 ou 2 vezes ao longo do ano
	Produto não ofertado

Pesquisa realizada mensalmente no Mercado da Vila Amélia, município de Nova Friburgo, ao longo do ano de 2016, pela equipe do Observatório da Agricultura Orgânica de Nova Friburgo. Resultado do Projeto de Pesquisa: Canais de Comercialização acessados pelos produtores orgânicos nas cidades de Nova Friburgo e Teresópolis: Estratégias, Não Conformidades, Preços, Ofertas, Gargalos e Potencialidades.

Anexo B. Série de Preços de Produtos Orgânicos no ano de 2016

 Série Mensal de Preços de Produtos Orgânicos no Mercado da Vila Amélia de Nova Friburgo-RJ		 ANO: 2016												
Todos os valores em R\$														
Produto	Unidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	MÉDIA
<i>Ervas, Temperos, Flores e Sacarinas</i>														
Aipo	Molho								3,50					3,50
Capim limão	Molho		2,00	2,00	2,00									2,00
Cebolinha	Molho	1,50	1,00	1,50	2,00				2,00	2,50	2,50	1,50	1,50	1,78
Chiguinsai	Molho					2,50	2,50	2,50	2,50					2,50
Cheiro verde	Molho	1,50	1,50	2,00	2,00	1,50	1,50	1,50		2,50	2,50	1,50	1,50	1,77
Coentro	Molho	1,00	1,00						2,00	2,00		1,00	1,00	1,33
Coentro Japonês	Molho			2,50	2,00		2,00		2,00					2,13
Cúrcuma	Kg											20,00	20,00	20,00
Hortelã	Molho											2,00	2,00	2,00
Louro	Molho		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
Manjerição	Molho	1,00	1,75	1,50	2,00							2,00	2,00	1,71
Nirá	Molho	2,00	2,00	2,00	2,00				2,00	2,50	2,50	2,25	2,25	2,17
Ora pronobis	Molho				2,00					2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
Ora pronobis	Saco (Kg)	30,00										20,00	20,00	23,33
Peixinho (PANC)	Molho		1,00	2,00	2,00				1,00	2,00	2,00	1,00	1,00	1,50
Salsa	Molho	1,33	1,00	2,50	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,25	2,00	2,00	2,00	1,92
Salsa crespa	Molho											1,00	1,00	1,00
Salvia	Molho					1,00	1,00	1,00	1,00	2,25	2,25	0,00		1,21
Tomilho	Molho			2,00	2,00	2,00	2,00	2,00				2,00	2,00	2,00
<i>Frutas</i>														
Abacate	Kilo				3,00	3,00		3,00						3,00
Banana d' água	Kilo			2,75										2,75
Banana d' água	Penca				4,50	2,50		2,50	2,50	2,50	2,50			2,83
Banana Prata	Kilo	4,50	2,50	3,25										3,42
Banana Prata	Penca		4,50	4,50	4,50									4,50
Caqui	Bni			4,50										4,50
Coco	Und								4,50					4,50
Laranja	Amarrado					5,00	5,00	5,00		5,00				5,00
Limão galego	Dz.		6,00											6,00
Pocão	Dz.					3,00	5,00	3,00	3,00	3,00	3,00			3,33
<i>Produtos de origem animal</i>														
Ovos	dz.	10,50	12,00	10,50	12,00	12,00	12,00	12,00	12,00			12,00	13,00	11,80
<i>Produtos de limpeza</i>														
Biowash Lava	650ml								15,90	15,90	15,90			15,90
Biowash Lava	650ml								15,90	15,90	15,90			15,90
Biowash Lava	650ml								15,90	15,90	15,90			15,90
Biowash Lava	650ml								15,90	15,90	15,90			15,90
Biowash Lava	500g								24,90	24,90	24,90			24,90
Biowash Limpa	650ml								21,75	21,75	21,75			21,75
Biowash Lava	500ml								26,00	26,00	26,00			26,00
Desengordurante	Garf			22,90	22,90	22,90	22,90	22,90						22,90
Lava banheiro	Garf			20,00	20,00	20,00	20,00	20,00						20,00
Lava louças	Garf			15,90	15,90	15,90	15,90	15,90						15,90
<i>Insumos</i>														
Biofertilizante	500ml				8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00			8,00

Anexo B. (Continuação).

		Série Mensal de Preços de Produtos Orgânicos no Mercado da Vila Amélia de Nova Friburgo-RJ													ANO: 2016
Todos os valores em K\$															
Produto	Unidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	MÉDIA	
Hortalíça Bulbo															
Aipim	Kilo	6,00	4,00	4,25	4,25	3,00	3,00	3,00						3,93	
Aipim manteiga	kilo			3,00										3,00	
Alho	150g	4,50	4,50											4,50	
Batata baroa	Pct			4,00										4,00	
Batata doce	Kilo	4,00	4,50	5,50									4,00	4,50	
Batata inglesa	Pct								4,00				5,00	4,50	
Batata doce vacon	Pct					3,00	3,00	3,00						3,00	
Beterraba	Pct								3,00	4,00	3,00			3,33	
cebola	Bndj											4,00	4,00	4,00	
Cenoura	Pct	3,50	3,67	7,00					4,00	4,00	4,00			4,36	
Cenoura	Bni				3,50				3,50		3,50	4,00	4,00	3,70	
Inhame	500g		4,50			3,75		3,75	4,00	4,50	4,50			4,17	
Inhame	Kilo		9,00	5,00										7,00	
Palmito	Haste			18,00	4,25		3,00							8,42	
Rabanete	Molho	3,00	2,83		3,00	3,50	3,50	3,50	3,70	3,70	4,00	4,00	4,00	3,52	
Hortalíça Folhosa															
Acelga Chinesa	Und									3,00				3,00	
Agrião	Molho	1,75	1,75						2,00	2,50	2,50			2,10	
Agrião da água	Molho									2,50		2,00	2,00	2,17	
Alface Americana	Und	2,00								2,50	2,00	2,00	2,00	2,10	
Alface Crespa	Und	2,00	2,25	2,25	2,00	2,25	2,25	2,25	2,00	2,25	2,25	2,00	2,00	2,15	
Alface Crespa roxa	Und	2,00	2,25	2,50	2,00									2,19	
Alface Lisa	Und			2,25	2,00	2,25	2,25	2,25	2,00	2,25	2,25	2,00	2,00	2,15	
Alface Romana	Und				2,00									2,00	
Alfafa	kilo		7,00	7,00										7,00	
Alfafa	120g				3,00	3,00		3,00	3,00	3,00	3,00			3,00	
Alho poró	Und	2,00	1,50	3,25					3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	2,72	
Almeirão	Molho					2,00	2,00	2,00		2,00	2,00	2,00	1,50	1,93	
Azedinha	Molho	1,75	1,67	2,00		2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	1,50	1,50	1,86	
Brócolis Americano	Und		2,50			4,50	4,50	4,50						4,00	
Brócolis Ramoso	Molho	2,50							3,50	3,75	3,75	2,50	2,50	3,08	
Chicória	Molho	2,00	1,75	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,50	2,25	2,25	2,00	2,00	2,06	
Couve Chinesa	Molho			3,50	2,00	3,50	3,50	3,50	2,50	3,50	3,50			3,19	
Couve flor	Und					4,50	4,50	4,50	3,00	4,00				4,10	
Couve manteiga	Molho	1,83	1,75	2,50	2,50	2,00	2,00	2,00	2,50	2,50	2,50	2,25	2,25	2,22	
Espinafre	Molho		2,50	2,25	2,50	2,33	2,33	2,33	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,43	
Radicho	Bni	3,50				3,50	3,50	3,50						3,50	
Repolho verde	Und	3,00							3,00	3,00	2,00	3,00	3,00	2,83	
Rúcula	Molho	1,83	1,83	2,50	2,00	2,50	2,50	2,50	2,25	2,25	2,00	2,00	1,50	2,14	
Taioba	Molho	1,50	1,50	2,50	2,50	2,00	2,60	2,00	2,50			2,00	1,50	2,06	

Anexo B. (Continuação).

		Série Mensal de Preços de Produtos Orgânicos no Mercado da Vila Amélia de Nova Friburgo-RJ													ANO: 2016
Todos os valores em R\$															
Produto	Unidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	MÉDIA	
Processados															
Acúcar de coco	250g			18,50	18,50	18,50	18,50	18,50	18,50	18,50	18,50			18,50	
Acúcar mascavo	500g			6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	7,30	7,30	6,66	
Aipim	500g								4,50	4,50	4,50			4,50	
Arroz integral	kilo				9,75	9,75	11,50	9,75	9,75	9,75	9,75	9,00	9,00	9,78	
Arroz biodinâmico	kilo				9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	11,50	11,50	9,56	
Arroz quebrado	kilo				6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	8,00	8,00	6,44	
Arroz preto	500g											14,00	14,00	14,00	
Arroz Exótico	500g											22,00	22,00	22,00	
Aveia em flocos	250g				10,50										
Bananada	Und					15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00			15,00	
Barrinha	Und	4,50	4,00	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50						4,43	
Barrinha de açaí	Und									2,90	2,90			2,90	
Berinjela conserva	Pote	16,90	16,90	16,90	16,90	16,90	16,90	16,90	16,90	16,90	16,90			16,90	
biO2 juice lids -	200ml									5,00	5,00			5,00	
biO2 juice lids -	200ml									5,00	5,00			5,00	
Bolo integral	Und				14,00	14,00	14,00	14,00	14,00					14,00	
Bloco sabores	Und		2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	
Brócolis Ramoso	Bndj								3,00			4,00	4,00	3,67	
Brownie	Und		12,50											12,50	
Bolo	Und		13,00											13,00	
Café	90g			8,00	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50			10,19	
Café	250g	8,85		14,70							17,50	17,50	18,00	15,76	
Café	500g	23,00												23,00	
Café biodinâmico	Pct			19,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00			26,00	26,00	21,38	
Café Espresso	50g				14,50	14,50	14,50	14,50	14,50	21,00	21,00			16,36	
Café torrado	Cápsula				23,00	23,00	23,00	23,00	23,00	24,00	24,00	24,00	24,00	23,44	
Chá Orgânico	pct												20,00	20,00	
Chia	250g				13,00									13,00	
Cenoura bolinha	120g	3,10				3,00	3,00	3,00	3,00		4,50			3,27	
Cenoura	120g	3,10												3,10	
Cenoura	500g		3,00									4,00	4,00	3,67	
Cereal	Kilo	20,00												20,00	
Cerveja Stein Hous	300ml				17,00	17,00	17,00	17,00	17,00	17,00	17,00			17,00	
Cerveja Stein Hous	500ml				19,00	19,00	19,00	19,00	19,00	19,00	19,00			19,00	
Conserva de figo	Pote						13,00		13,00	13,00	13,00			13,00	
Conserva de	Pote			13,90	13,90	13,45	13,45	13,45	13,45	13,45	13,45			13,56	
Conserva de	Pote					13,00	13,00	13,00	13,00	13,00	13,00			13,00	
Conserva de pepino	Pote 240g			13,90	13,90	13,90	13,90	13,90	13,90	13,90	13,90	13,90	13,90	13,90	
Conserva de	250g									20,00	20,00			20,00	
Conserva de tomate	Pote			16,90										16,90	
Couve mineira	Bnj		3,00	1,87	2,50	2,50	2,25	2,50	2,50	2,50	2,50	2,25	2,25	2,42	
Conve picada Sitio	Bnj	3,10			3,50		3,50			3,50	3,50	4,00	4,00	3,59	
Chips de banana-	35g									5,50	5,50			5,50	
Escabeche	Pote 240g		15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	
Erva mate	kilo		20,00	20,00	20,00	20,00		20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	
Farinha de arroz	850g			9,00	11,50	11,50	11,50	11,50	11,50	11,50	11,50	11,00	11,00	11,15	
Farinha de feijão	100g	13,00			6,00	6,00		6,00	6,00	6,00	6,00			7,00	
Farinha de milho	500g											8,10	8,10	8,10	
Farinha de jiló	Kilo	16,50												16,50	

Anexo B. (Continuação).

Hortaliça Fruto													
Abóbora	Kilo		4,00	4,00									4,00
Abóbora	Bui			3,10	3,50				3,00	3,00			3,15
Abóbora japonesa	Pedaco				3,00								3,00
Abobrinha	500g		4,00	4,00									4,00
Berinjela	500g		4,00	7,00	5,50	7,00	7,00	7,00					6,36
Berinjela branca	Kilo			4,00									4,00
Chuchu verde claro	Kilo	2,50	4,00		1,50	2,00		2,00				1,50	2,25
Chuchu verde	Pct			3,00	3,00		2,00					1,50	2,38
Ervilha	kilo		3,00										3,00
Ervilha	500g				4,00				5,00	5,00			4,67
Jiló branco	Kilo	4,00	2,00										3,00
Jiló verde	kilo		4,00	4,00									4,00
Jiló verde	500g				4,00								4,00
Jiló gigante	Kilo	4,00	3,00										3,50
Pimentão verde	Kilo	3,50	4,00									3,00	3,50
Pimentão verde	500g				4,00							4,00	4,00
Pepino	Kilo	4,25											4,25
Pepino	Bndj									4,00	4,00		4,00
Quiabo	Kilo	2,00	2,00										2,00
Quiabo	Pct			4,00									4,00
Vagem	Kilo		4,00									5,00	4,50
Vagem	Bui			4,40	4,20	4,50	4,50	4,50	7,00				4,85
Tomatinho	Kilo	5,00		4,00									4,50

Farinha de	Kilo	13,50											13,50
Feijão Azuli	500g	0,00	9,00	9,00							12,00	12,00	8,40
Feijão fradinho	kilo	12,00	10,00	10,00									10,67
Feijão preto	Kilo										20,50	20,50	20,50
Feijão vermelho	kilo										21,00	21,00	21,00
Feijão preto	500g		7,00	7,00	8,00	8,00		8,00	8,00	8,00	8,00	9,00	8,00
Fubá	Kilo	16,50											16,50
Geleia sabores	Pote	13,50										12,00	12,00
Geleia de damasco	160g								16,50	16,50			16,50
Geleia laranja	240g		12,50	12,50					13,90	13,90			13,20
Geleia de jabu	240g		12,50	12,50									12,50
Geleia de	290g								13,90	13,90	13,90	13,90	13,90
Geleia sem açúcar	250g										15,50	15,50	15,50
Geleia de tomate	280g				16,90	16,90	16,90	16,90	16,90	16,90	16,90	16,90	16,90
Geleia orgânica	Bismaga								11,90	11,90	13,00	13,00	12,45
Girassol	100g	3,00	3,00	3,00									3,00
Goiabada	Und.					15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00		15,00
Goma de beterraba	500g				8,00	8,00	8,00	8,00	8,00				8,00
Linhaca orgânica	180												13,00
Mel Orgânico	330g										19,00	19,00	19,00
Melado	330g			11,90					12,50	12,50	13,50	13,50	12,78
Melado de maçã	pote										15,00	15,00	15,00
Milho pipoca	kilo		7,00	7,00							8,00	8,00	7,50
Mini block	45g									7,00	7,00		7,00
Mix salada Sítio	Bndj								3,00	3,00	3,00	4,00	3,40
Molho de tomate	550g									22,90	22,90	18,00	20,45
Isopor com suco	Und.	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00	20,00					20,00
Purê Orgânico de	180g									15,00	15,00	15,00	15,00
Purê Orgânico de	180g									15,00	15,00	15,00	15,00
Quinoa	200g				13,00								13,00
Sal rosa do	500g	20,00			20,00	20,00		20,00	20,00	20,00	20,00	16,00	19,11
Semente de alfafa	Kilo	20,00											20,00
Soja em Grão	500g											6,00	6,00
Suco sabores	300ml	9,33								9,85	9,85		9,68
Suco de amora	Garf			17,50									17,50
Suco de maçã	1L											19,00	19,00
Suco de mirtilo	300ml									12,00	12,00		12,00
Suco de mirtilo e péi	Garf			11,00									11,00
Suco de uva	2L			17,50									17,50
Suco de uva	1l				19,90	19,90	19,90	19,90	19,90		19,90	19,00	19,68
Suco de pêssego	Garf			18,90									18,90
Suco de tangerina	1L			17,50									17,50
Trigo em grão	500g	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	8,50	5,00	5,00		5,00		5,39

Anexo C. Acordo de Funcionamento do Circuito Serrano de Feiras Orgânicas - Feira de Nova Friburgo

I – O QUE É O CIRCUITO SERRANO DE FEIRAS ORGÂNICAS

1 – O CIRCUITO SERRANO DE FEIRAS ORGÂNICAS – Feira de Nova Friburgo, é resultado da parceria entre a ABIO e a Prefeitura de Nova Friburgo.

2 – As Feiras do CIRCUITO destinam-se à venda direta de produtos orgânicos, conforme definidos pela legislação que rege a agricultura orgânica no Brasil.

2.1 - Em cada feira, será permitida a participação de apenas 1 (um) comerciante, para a venda, exclusivamente, de produtos orgânicos importados de outros estados e de outros países, que não estejam sendo produzidos no Estado do Rio de Janeiro.

2.1.2 - O comerciante não poderá ocupar mais do que 3 (três) barracas em cada feira.

3 – O CIRCUITO adota os princípios do comércio justo e solidário.

II – FEIRAS QUE FAZEM PARTE DO CIRCUITO

1 – O CIRCUITO é composto pela Feira Orgânica de Nova Friburgo, e pelas demais feiras orgânicas que venham a ser criadas em espaços públicos da cidade do município, como resultado da parceria entre a ABIO e as respectivas prefeituras municipais.

2 – Cada feira do CIRCUITO terá seu Certificado de Conformidade Orgânica emitido pelo SPG-ABIO.

III – OBJETIVOS DO CIRCUITO

1 – O CIRCUITO tem como objetivos:

1.1 - Criar canais de venda direta de produtos orgânicos, contribuindo, assim, para a viabilização econômica dos produtores orgânicos do Estado do Rio de Janeiro;

1.2 – Aumentar o acesso da população da cidade de Nova Friburgo aos alimentos orgânicos;

1.3 – Viabilizar a ampliação da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro.

1.4 – Contribuir para o desenvolvimento rural sustentável do estado do Rio de Janeiro e para o consumo consciente

IV – QUEM PODE PARTICIPAR DO CIRCUITO

1 – Poderão participar das feiras do CIRCUITO os agricultores familiares e pequenos produtores e comercializadores associados à ABIO, e submetidos a algum dos mecanismos de garantia (certificação, sistemas participativos de garantia e controle social para a venda direta) previstos no Decreto 6.323, de 27 de dezembro de 2007 que regulamenta a Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

1.1 – No caso da feira de Nova Friburgo será permitida a participação de artesãos.

1.1.1 – A participação de cada artesão deverá ser autorizada pela ABIO e pelos feirantes.

1.1.2 – O número de barracas ocupadas por artesãos não poderá ser superior a 20% do número de barracas ocupadas por agricultores familiares, pequenos produtores e comerciantes de produtos orgânicos.

1.2 – No caso da Feira de Nova Friburgo, será permitida a participação de organizações e movimentos ligados à alimentação saudável.

2 – O número de barracas não poderá ser superior a 20 (vinte) por feira, sendo 1 (um) ocupado pelo Ponto de Informação da ABIO e parceiras institucionais (PESAGRO, EMATER, EMBRAPA,).

V – SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES

1 – Para a implantação de novas feiras, e para a ocupação de vagas nas feiras já implantadas, a ABIO comunicará a todos os seus associados a abertura de processo de seleção, por meio de Chamada.

1.1 - Será remetido a todos os associados o Formulário de Pré Inscrição, e informado o prazo e os meios para a entrega do formulário preenchido.

2 – A seleção dos participantes será feita pela Diretoria da ABIO ou por representantes nomeados por esta.

2.1 – A reunião da Diretoria em que for feita a seleção dos participantes será aberta à participação dos associados pré inscritos, que terão direito a voz, mas não a voto.

2.2 – Caso discorde da decisão tomada pela Diretoria, o associado pré inscrito poderá apelar ao Conselho de Recursos da ABIO.

2 – A seleção dos participantes será feita pela Diretoria da ABIO, ou por representantes nomeados por esta, e pelos associados pré inscritos.

2.1 – Caso discorde da decisão tomada, o associado pré inscrito poderá apelar ao Conselho de Recursos da ABIO.

3 – Na decisão sobre a seleção dos participantes deverá ser considerada a diversidade da oferta, e deverão ser aplicados os seguintes critérios:

a) os associados que ainda não participam de nenhuma feira do CIRCUITO terão prioridade sobre aqueles que já participam de outras feiras;

b) grupos organizados de produtores terão prioridade sobre produtores individuais;

3.1 – Neste Acordo, entende-se por grupos organizados os produtores que estabelecem entre si uma relação associativa e cooperativa para a venda de seus produtos em uma feira.

3.1.1 – Os membros do grupo devem assinar documento de adesão ao mesmo, no qual declaram conhecer este Acordo de Funcionamento.

VI – ADMINISTRAÇÃO DO CIRCUITO

1 – Cada feira do CIRCUITO será administrada por um Gerente selecionado pela ABIO e confirmado pelo coletivo de feirantes.

1.1 O processo de seleção será divulgado pelos membros do núcleo SPG da ABIO e os interessados devem apresentar currículo e proposta dizendo porque quer ser gerente da feira e como pretende atuar.

2 – O Gerente será contratado pela ABIO e atuará como seu representante na feira.

3 – São atribuições do Gerente

3.1 – Controlar o cumprimento das regras de funcionamento contidas no item VII abaixo.

3.2 – Receber, registrar e dar o devido tratamento, conforme o item VIII deste Acordo, as reclamações e denúncias de consumidores.

- 3.3 – Convocar e relatar as reuniões mensais de feirantes.
- 3.4 – Recolher os Formulários de Rastreabilidade (Romaneio) antes do início de cada feira.
- 3.5 – Preparar relatório das feiras de cada mês, apresentando-os aos feirantes e à ABIO.
- 3.6 – Manter atualizados os cadastros dos feirantes e demais registros e documentos exigidos pelas autoridades competentes (certificado dos produtores que entregam nas feiras, por grupos etc.), bem como os necessários ao bom funcionamento da feira.
- 3.7 – Gerir as finanças da feira, prestando contas, mensalmente, aos feirantes e à ABIO.
- 3.8 - Organizar a disposição dos feirantes no espaço da feira, segundo os critérios estabelecidos pela ABIO e pelos próprios feirantes.
- 3.9 – Sugerir aos feirantes e à ABIO ações de divulgação da feira.
- 3.10 – Orientar a oferta de produtos pelo feirante comerciante, de acordo com a disponibilidade de produtos do Estado do Rio de Janeiro informada pelos feirantes produtores.
- 3.11 – Providenciar a guarda de barracas na quantidade solicitada pelos feirantes.
- 4 – O Gerente deve manter-se, sempre que possível, no Ponto de Informação.
- 5 – O Gerente receberá, a título de remuneração, o valor de R\$8,00 (oito reais) por barraca, por feira.
- 5.1 – Alterações do valor da remuneração do Gerente serão estabelecidas pela ABIO e confirmadas pelos feirantes.
- 6 – Cada feira terá uma Comissão de Ética, composta por 3 (três) membros titulares e 1 (um) membro suplente, escolhidos, por sorteio, entre os feirantes.
- 6.1 – O mandato dos membros será de 3 (três) meses, devendo obrigatoriamente haver mudança de 2 (dois) dos membros titulares.
- 6.2 - São atribuições da Comissão de Ética:
- a) Assessorar o Gerente nas decisões relacionadas à qualidade orgânica dos produtos comercializados na feira.
 - b) Decidir sobre os casos omissos neste Acordo, que tiverem que ser resolvidos durante a realização da feira.
 - c) Informar e esclarecer procedimentos antiéticos que estejam acontecendo nas feiras e que venham a prejudicar a reputação da agricultura orgânica

VII – REGRAS DE FUNCIONAMENTO

- 1 – Somente poderão atuar como vendedores as pessoas listadas no Cadastro de Feirante das municipalidades e da ABIO.
- 2 – O feirante responsável poderá ser substituído por membro de sua família ou por empregado diretamente envolvido na produção ou, ainda, no caso de produtores, por parceiro.
- 2.1 – Excepcionalmente, a critério da ABIO e dos feirantes, o feirante responsável poderá ser substituído por pessoa indicada como seu representante.
- 2.2 – Os substitutos devem ser devidamente capacitados sobre agricultura orgânica e listados no Cadastro de Feirantes.

2.3 – É obrigatória a presença, na feira, do feirante responsável ou de membro do grupo, pelo menos uma vez por mês, no dia da reunião do coletivo mensal de feirantes.

2 – É obrigatório o uso, nas barracas, dos seguintes itens padronizados:

a) placa sinalizadora da origem dos produtos;

b) forro dos tabuleiros;

c) bandeira com a logomarca do CIRCUITO.

d) preços dos produtos por kg ou por unidade em local visível ao consumidor

3 – É proibido expor produtos em qualquer outro espaço que não as barracas.

4 – É obrigatório o uso do uniforme completo pelos feirantes responsáveis e pelos vendedores.

3.1 – O uniforme é constituído pela camiseta, pelo avental, pelo protetor de cabeça (boné ou lenço), e por calçado adequado e pelo crachá.

5 – A guarda e a manutenção da placa sinalizadora, do forro dos tabuleiros, da bandeira e das peças do uniforme, e dos preços são de responsabilidade dos feirantes.

5.1 – Em caso de necessidade de reposição por perda ou mau uso, o feirante arcará com o custo de reposição da placa sinalizadora, do forro dos tabuleiros, da bandeira e das peças do uniforme.

6 – Para o transporte dos produtos das áreas de produção até a feira devem ser utilizadas embalagens condizentes com a higiene e com a boa apresentação.

6.1 – As embalagens devem ser mantidas, durante toda a feira, preferencialmente, embaixo das barracas ou nos veículos.

6.1.1 – Se mantidas fora dos espaços acima, as embalagens deverão ser mantidas organizadas.

7 – As embalagens com produtos não poderão ser colocadas diretamente no chão.

8 – Sacolas plásticas somente poderão ser usadas se forem biodegradáveis.

9 – Todos os produtos deverão ser expostos a granel, exceto aqueles que necessitam de proteção para evitar danos à sua constituição física.

9.1 - A venda de produtos embalados será autorizada, caso a caso, pelo Gerente da feira.

9.2 – É desejável a utilização de embalagens biodegradáveis.

10 – O uso de sacos plásticos transparentes somente é permitido para folhosas.

10.1 – Legumes e grãos deverão ser, preferencialmente, embalados em sacos de papel.

11 – Quando houver venda de produtos a peso, é obrigatório o uso de balanças devidamente aferidas.

12 – Os preços praticados nas feiras deverão obedecer as faixas propostas pela ABIO e aprovadas pelos feirantes.

13 – É obrigatório, para os produtos vendidos a granel, o uso de plaquetas padronizadas para a informação dos preços.

13.1 – Para os produtos embalados, o feirante poderá optar pela sinalização do preço em cada embalagem.

13.2 – A utilização de outras formas de sinalização de preços deverá ser autorizada, caso a caso, pelo Gerente.

- 14 – Os feirantes devem zelar por sua higiene pessoal (unhas, cabelos, mãos.).
- 15 – Preferencialmente depois de manusear dinheiro, os vendedores deverão higienizar as mãos com álcool, antes de manusear produtos a granel.
- 16 – O feirante deve cumprir rigorosamente os horários de funcionamento da feira (das 07:00 hrs às 13 hrs).
- 16.1 – O Gerente poderá autorizar exceções desde que devidamente justificadas e aprovadas pela ABIO e pelos feirantes.
- 17 – O feirante não poderá faltar à feira sem prévia comunicação ao Gerente, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, ou sem apresentar posteriormente ao Gerente a justificativa para a falta.
- 17.1 – Em caso de falta sem prévia comunicação, o feirante deverá pagar as despesas relacionadas a feira.
- 18 – Em caso de falta de produção, o feirante poderá se ausentar da feira por um período de até 3 (três) meses.
- 18.1 – A ausência deverá ser previamente autorizada pela ABIO e pelos feirantes.
- 19 – Caso não pretenda mais participar da feira, o feirante deverá comunicar à ABIO sua intenção, por escrito, com a 2 (duas) semanas de antecedência.
- 20 – É proibido qualquer barulho que possa incomodar os moradores dos arredores da feira, particularmente durante a montagem e a desmontagem da mesma.
- 21 – Os feirantes devem informar o valor total das vendas efetuadas a cada feira.
- 21.1 – Ao final de cada feira, o Gerente recolherá, diretamente em um envelope, a informação, que não precisará ser identificada.
- 21.2 - O envelope contendo as informações de todos os feirantes será lacrado, identificado com o nome e a data da feira, e entregue à ABIO.
- 21.3 – A ABIO compromete-se a manter sigilo sobre o valor das vendas de cada feirante, divulgando apenas o valor geral movimentado a cada feira.
- 22 – Cada feirante é responsável pela limpeza e pela organização do espaço ocupado por suas barracas e do entorno das mesmas.
- 22.1 – O espaço deve ser mantido limpo durante e após a realização da feira.
- 23 – É proibido aos feirantes fumar no espaço da feira.
- 23.1 – Entende-se por espaço da feira aquele ocupado pelo conjunto das barracas, acrescido de 5 (cinco) metros à frente, atrás e de cada um dos lados desse conjunto.
- 24 – É obrigatória a participação de todos os feirantes na reunião mensal.

VIII – RECLAMAÇÕES E DENÚNCIAS

- 1 – Reclamações de consumidores, inclusive aquelas feitas a um feirante sobre outro feirante, e aquelas relacionadas à qualidade dos produtos, devem ser encaminhadas ao Gerente.
- 2 – Ao receber as reclamações, o Gerente deverá adotar os seguintes procedimentos:
- a) registrar a reclamação, identificando o reclamante (nome e contato);
 - b) dirigir-se ao feirante ao qual a reclamação se refere, buscando esclarecer os fatos;

- c) tomar as providências cabíveis e informá-las ao consumidor que fez a reclamação;
 - d) entregar à ABIO todos os registros das reclamações e das providências tomadas.
- 2.1 – As reclamações deverão ser relatadas pelo Gerente na reunião mensal de feirantes.

2 – Denúncias relacionadas à qualidade orgânica dos produtos deverão ser encaminhadas ao Gerente, mesmo quando apresentadas a um feirante.

2.1 - Somente serão acatadas as denúncias feitas por escrito e mediante identificação do denunciante.

2.2 – As denúncias deverão ser encaminhadas à ABIO, que determinará as providências a serem tomadas.

2.3 – A ABIO comunicará aos feirantes, na reunião mensal, o encaminhamento dado à denúncia, e o resultado das apurações.

3 – Reclamações e denúncias não poderão ser tornadas públicas, nem mesmo entre os feirantes, antes da apuração.

4 - O Gerente poderá, a seu critério, determinar a retirada de venda de produtos sob suspeita de não atendimento dos regulamentos da agricultura orgânica.

4.1 – A retirada de venda dos produtos deverá ser precedida de consulta à Comissão de Ética da feira.

4.2 – A retirada de venda dos produtos deverá ser acompanhada de notificação ao feirante, conforme formulário próprio.

4.3 – O formulário preenchido e assinado pelo Gerente, pelos membros da Comissão de Ética e pelo feirante deverá ser encaminhado à ABIO em até 48 (quarenta e oito) horas após o ocorrido.

4.4 – Caberá à ABIO analisar o fato e, se for o caso, determinar por escrito a punição do feirante, segundo o previsto neste Acordo.

4.5 – A ABIO comunicará aos feirantes, na reunião mensal, o encaminhamento dado ao fato e o resultado das apurações.

4.6 – Caso o feirante punido ou os demais feirantes discordem do encaminhamento, do resultado das apurações da análise e da punição, poderão apelar ao Conselho de Recursos da ABIO.

5 – O Gerente poderá, a seu critério, coletar amostras de produtos para análise.

5.1 – A coleta de amostras deverá cumprir os procedimentos adequados.

IX – CUSTOS

1 – São os seguintes os componentes dos custos de cada feira:

- a) Montagem das barracas (R\$ 50,00) por mês;
- b) remuneração do Gerente: R\$8,00 (oito reais) por barraca;
- c) remuneração da ABIO: R\$2,00 (dois reais) por barraca.

2 – Todos os demais custos são considerados custos extras, devendo ser previamente aprovados pelos feirantes e pela ABIO.

2.1 – Os custos extras serão rateados entre os feirantes, proporcionalmente ao número de tabuleiros barracas ocupadas por cada um.

X – RASTREABILIDADE

1 – Os feirantes deverão entregar ao Gerente, antes do início de cada feira, o formulário Rastreabilidade de Produtos devidamente preenchido.

2 – O Gerente poderá, a qualquer momento, conferir as informações contidas no formulário.

XI – FALTAS E PUNIÇÕES

1 – O descumprimento de qualquer das Regras de Funcionamento implicará em advertência, pelo Gerente, ao feirante.

1.1 – As advertências deverão ser feitas por escrito, devendo uma cópia da mesma ser entregue ao feirante, e o original arquivado e entregue à ABIO juntamente com o relatório mensal da feira.

2 – Três advertências em 6 (seis) meses poderão, a critério da ABIO e dos feirantes, resultar em suspensão do feirante por uma feira.

3 – As faltas abaixo serão punidas com uma advertência, seguida de suspensão por um mês em caso de reincidência, podendo, em caso de nova reincidência, resultar, a critério da ABIO e dos feirantes, na exclusão do feirante:

- a) comercializar ou expor produtos sem garantia da conformidade;
- b) não dispor de cópias dos certificados;
- c) não entregar o Formulário de Rastreabilidade antes do início da feira;

3.1 – A decisão de exclusão do feirante será tomada pela ABIO e comunicada aos feirantes.

3.1 – O feirante excluído poderá apelar da decisão ao Conselho de Recursos da ABIO.

XII – PONTO DE INFORMAÇÃO

1 – A barraca “Ponto de Informação” da ABIO e parceiros é um espaço destinado a estabelecer um canal de comunicação entre os consumidores e a gerência da feira, e entre a ABIO, parceiros, a Prefeitura de Nova Friburgo e os consumidores e feirantes.

2 – No Ponto de Informação haverá um formulário para que os consumidores deixem suas sugestões na Caixa de Sugestões.

3 – A ABIO venderá poderá vender, no Ponto de Informações, sacolas, camisetas, aventais e outros materiais promocionais da feira e da agricultura orgânica.

4 – Serão expostos e distribuídos materiais de divulgação e explicativos sobre a ABIO, a Prefeitura de Nova Friburgo, a feira, o CIRCUITO e sobre a agricultura orgânica.

XIII – ALTERAÇÕES E CASOS OMISSOS

1 – Os casos não previstos neste Acordo serão tratados pela ABIO, pelo Gerentes e pela Comissões de Ética de cada feira.

2 – As alterações deste Acordo serão feitas pela ABIO, pelos Gerentes e pelas Comissões de Ética das feiras, e confirmadas pelos feirantes de cada uma das feiras do CIRCUITO.